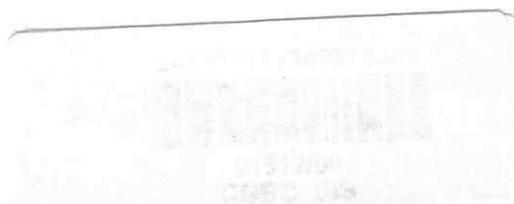


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**ANOS NOVENTA- UM NOVO CICLO DE
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: ILUSÃO OU
REALIDADE?**

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

Campina Grande - Pb, Abril de 2000



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

**ANOS NOVENTA- UM NOVO CICLO DE
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: ILUSÃO OU
REALIDADE?**

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Economia da Universidade Federal da Paraíba
– Campus II como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Renato Kilpp

Campina Grande, Abril de 2000



S232a Santana Júnior, Gildásio.
Anos noventa - um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil : ilusão ou realidade? / Gildásio Santana Júnior. - Campina Grande : 2000.
115 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
"Orientação : Prof. Dr. Renato Kilpp".
Referências.

1. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 2. Desenvolvimento Econômico - Anos Noventa. 3. Crescimento Econômico. 4. Dissertação - Economia. I. Kilpp, Renato. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338.1(81)(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**ANOS NOVENTA- UM NOVO CICLO DE
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: ILUSÃO OU
REALIDADE?**

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Renato Kilpp
(ORIENTADOR)**

**Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão
(EXAMINADOR)**

**Prof. Dr. Francisco José Soares Teixeira
(EXAMINADOR)**

Campina Grande, Abril de 2000

À Tina que me emprestou o brilho dos seus olhos para iluminar os trechos mais nebulosos da caminhada e, quando não era bastante, colocava-me no colo para superar os obstáculos ou para afugentar os fantasmas que me importunava. Além disso, transforma as trilhas que aparecem em nossas vidas em ruas, avenidas e alamedas com seu sorriso de Vale do Pati.

A Gildásio Santana pela grandiosidade dos seus atos, entre eles, o de ensinar-me olhar o mundo com calma e perseverança para poder perceber o possível e impossível das coisas, das pessoas e dos momentos.

AGRADECIMENTOS

O final de qualquer caminhada exige o agradecimento a diversas pessoas, que direta e indiretamente contribuíram para obtenção do êxito. Sem sombra de dúvida o risco de omissão é por demais presente, porém necessitamos explicitar nomes que exerceram um papel marcante.

A primeira referência se destina aos familiares: Mamãe, Tia Dejinha, Gilsy, Jaciara, Gildeon, Gilsely e Yves que foram compulsoriamente exilados do meu convívio durante o período de estada em Campina Grande e nem porisso deixaram de emanar fluidos positivos de incentivos e alegrias. Esse núcleo familiar, com o decorrer do tempo, foi ampliado, passando a contar com os Pinas: DLourdes, Dico, Rogério, Íris, Márcio, Carlos Alberto, Linda, Larissa e Iuri que fortaleceram a corrente de incentivo, de apoio e em muitos momentos serviram de abrigo para meu exílio das ondas altas da vida. Sem esse ambiente dificilmente teria conseguido chegar até aqui.

Preciso citar também os amigos, Olga, João Diógenes, Kel, Chico e Clodoaldo companheiros de aventura em terras distantes, que muito mais que dividir as quentinhas, foram presenças marcantes que nos ajudava a espantar ou conviver com o “banzo” num lugar sem parente nem derente. Contudo, os amigos que lá não estiverem materialmente, compareciam em energia para reforçar cada passo de cada dia. Entre esses citamos Antônia, Sandra, Eduardo, Ednaldo e, principalmente, Coelho que serviu de farol e sustentáculo de tal empreitada.

Agradeço ao meu orientador pela paciência, provocações e incentivo; aos professores do Mestrado pelas sementes que plantaram, dentre esses, destaco Gelfa e Robério. A Neuma pela sua constante presteza e pelos assíduos sorrisos, inclusive nas tardes ensolaradas do Planalto da Borborema.

Aos trabalhadores em geral, por sustentar o programa de Bolsas da Capes, sem a qual não seria possível a realização desse sonho.

Por fim, agradeço aquela pessoa que consegue reunir o conjunto de qualidades, que me emprestou o ombro, que enxugou as lágrimas; que é família, amiga, professora; que alimentou todo esse projeto, foi interlocutora, leitora e crítica e, se esse trabalho tem alguma qualidade, isso só foi possível por causa dela, Tina Pina.

RESUMO

Discutimos as bases teóricas das mudanças ocorridas na economia nacional (privatização de empresas estatais, intensificação da abertura comercial, estabilização monetária), questionando até que ponto as referidas medidas conseguiram transformar-se em indutores de uma nova etapa de crescimento/desenvolvimento na economia brasileira. Essa questão é levantada partindo das conclusões que, desde os anos 80, o esquema de acumulação capitalista liderado pelo Estado brasileiro dava sinais claros de exaustão e demonstrava a necessidade de modificações. Chegando ao fim da década dos noventa, consideramos razoável refletir se a opção adotada pelos governos (e referenciada por uma parte substancial da academia) viabilizou um novo período de crescimento/desenvolvimento. Para tal tarefa, debatemos com as formulações dos economistas que concordam com a análise e o conjunto de medidas adotadas pelos governos nesse período. Incorporamos, também, outras perspectivas analíticas com o intuito de compor um leque mais amplo e variado de interpretações e, por fim, laçamos mão de dados das contas nacionais elaboradas pelo IBGE. Apesar das reiteradas negativas dos administradores que passaram por Brasília, as teses do Consenso de Washington constituíram-se na base das políticas implementadas no Brasil e que os resultados macroeconômicos dessas medidas, após dez anos de aplicação, estão aquém dos alcançados na chamada década perdida. A experiência brasileira nos anos noventa jogou por terra alguns argumentos neoliberais, dentre eles, a propalada tese que conseguindo a estabilidade monetária o país estaria pronto para crescer. O Brasil experimentou mais de quatro anos de estabilidade monetária e, a cada ano, crescia menos.

ABSTRACT

In this work we analyse the theoretical basis of changes occurred in national economy (monetary stabilisation, privatisation of state undertakings, enhancing of trade openness), and discusses the efficacy of these steps as inductors of a new increase/development stage in Brazilian economy. It is assumed that, from the 80's on the capitalistic accumulation schema, which was leaded by Brazilian State, showed its weakness and claimed for changing. Now, at the end of the 90's, it is rational to reflect if the option chose by the governments and accepted by an important number of scholars has allowed a new period of increase/development. We challenged the assumptions of economists that have agreed on both the analysis and the set of steps chose by the governments in this period. We also took other analytical perspectives in order to have a wider range of interpretations and we used some data about national accountability made by IBGE. Despite the three governments deny it, we can show that the economic policies applied in Brazil were based on the thesis of the Washington Consent and we realised that after ten years the macroeconomic results of these steps are worse than those in the so called "lost decade". The Brazilian experience in the 90's has destroyed some neoliberal arguments, like the well known thesis according to which after the monetary stabilisation the country will grow up: Brazil had more than four years with monetary stabilisation and has grown less each next year.

Then emerges the lack of a national project, trending to development. This project should not to link the participation of the population's majority in the results of social production with a current stabilisation or with a proposal of future increase. To make this project concrete we should lead the state to act as a promoter of social equity. In this sense the state has to be more than an economic regulator and representative of the "invisible hand", it has often to challenge the profits and the properties. It reappears then the question: how to do this within the capitalistic frontiers?

Lista de Gráficos, Quadros e Tabelas

1	Quadro 1: Inflação Pós-Plano.....	66
2	Quadro 2: Medidas do PAI objetivando o equilíbrio financeiro do Estado.....	74
3	Gráfico 1: Reservas Cambiais	80
4	Quadro 3: Índices de Preços.....	81
5	Gráfico 2: Inflação Mensal e Planos Econômicos.....	89
6	Tabela 1: Balança Comercial no Plano Real.....	92
7	Tabela 2: Balanço de Pagamentos 1995/96.....	93
8	Tabela 3: Carga Tributária do Brasil 1985-1996.....	96
9	Quadro 3: Expansão do Consumo(1993-1995).....	98
10	Gráfico 3: As vendas do Setor Supermercadista no Brasil (1995/99).....	99
11	Quadro 5: Vendas à População no Comércio Varejista do Nordeste e Sudeste.....	100
12	Quadro 6: Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB.....	100
13	Quadro 7: Taxa Média de Desemprego Aberto.....	101
14	Gráfico 4: Taxas de Desemprego Aberto nas Áreas Metropolitanas 1995/99.....	101
15	Gráfico 5: Movimento Comercial (São Paulo, 1994 a 1998).....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Crescimento e Desenvolvimento: do que se trata?	1
CAPÍTULO I - O Desenvolvimento Brasileiro em Perspectiva: do sistema agro-exportador à crise dos anos oitenta	13
Da Colônia aos anos trinta	13
A internacionalização produtiva e o novo paradigma	18
O Brasil e a internacionalização produtiva	23
Busca de um novo padrão de acumulação	28
CAPÍTULO II – O Congresso de Washington: a opção brasileira de desenvolvimento nos anos 90	32
O Brasil e o Consenso de Washington	52
Origens do Consenso	53
CAPÍTULO III – A Política Econômica Aplicada nos anos 90	59
Contextualização histórico-teórica	59
Implementação do real	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	110

INTRODUÇÃO

Desde os anos 80, o esquema de acumulação capitalista brasileiro, liderado pelo Estado, baseado na política de substituição de importações, dava sinais claros de exaustão. Exaustão em decorrência do Estado (sujeito responsável pelas reconversões produtivas e por boa parte da demanda) ter sido espoliado de tal forma que chegara a uma situação de completa incapacidade de garantir a continuidade da acumulação nas mesmas bases, e ainda porque as elevações das taxas de juros e a escassez de capitais na banca internacional, com destino ao Brasil, dificultavam o financiamento da economia brasileira¹.

Com isso, o Estado não conseguia refinanciar-se e continuar alavancando o desenvolvimento. Sem a presença marcante e decisiva do Estado, o nível de garantia aos capitais privados se reduzia e, como consequência direta, as atividades da economia retraíam-se, as condições sociais pioravam e as Contas Nacionais demonstravam um processo de diminuição do PIB.

A economia brasileira entrava em uma crise que perduraria por toda a década de oitenta. As evidências dessa turbulência foram de tal monta que autores de correntes teóricas distintas (a exemplo de Bresser Pereira, Chico de Oliveira e Jurandir Xavier) diagnosticaram esse período de forma semelhante, diferenciando-se nas indicações das causas explicativas e possíveis medidas de superação da crise. Ou seja, a partir de 1990, uma nova fórmula teria que ser posta em prática com intuito de recuperar os anos perdidos e içar o país a uma nova rota de crescimento/desenvolvimento.

Com a vitória de Collor nas eleições de 1989, o Brasil passou a intensificar reformas administrativas de cunho liberalizante, desregulamentação comercial/financeira e privatização. Essas medidas foram continuadas e ampliadas pelos governos subseqüentes – de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Ao longo do texto, discutiremos e demonstraremos que essas medidas significam que, a

¹ Além do Estado, a força de trabalho (responsável por parte da demanda) foi conduzida a um estágio tal de exploração que não tinha condições de garantir a expansão dos mercados; e, por fim, a iniciativa privada, buscando a lucratividade dos seus capitais, direcionava seus ativos para as inversões parasitárias (especulação financeira) dentro ou fora do país.

partir de então, a fórmula para levar o país a um novo patamar de desenvolvimento estava escolhida. Ou seja, apontamos como suposto que as teses e práticas do Consenso de Washington foram utilizadas com o intuito de viabilizar um novo esquema de acumulação capitalista no país por Collor de Melo, bem como por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

A partir das questões acima, debateremos as linhagens teóricas do Consenso de Washington e investigaremos até que ponto as medidas aplicadas desde os anos noventa, com o governo Collor, continuadas por Itamar Franco e Fernando Henrique conseguiram equalizar os problemas evidenciados nos anos oitenta, “corrigindo” os rumos da economia nacional e levando o país a experimentar uma nova rota de crescimento.

Posta a temática e a problematização que levantamos, a primeira questão a ser enfrentada é definir qual o conceito de crescimento/desenvolvimento a ser adotado nessa dissertação.

Crescimento e Desenvolvimento do que se trata?

Sabemos que os termos crescimento/desenvolvimento fazem parte de um conjunto de categorias que, com o passar do tempo, não permaneceram estáticas, foram re-elaboradas, apropriadas de diversas formas por distintos interesses o que resultou numa série de interpretações que podem nos levar a lugares diametralmente opostos. Dito de outra forma, quando falamos de crescimento/desenvolvimento é necessário expressar claramente sobre que significado estamos nos reportando.

Uma plêiade de economistas consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Conforme Souza (1997), enquadram-se neste grupo os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como o de Meade e o de Solow, e o de inspiração keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Ela prossegue efetuando os seguintes comentários:

“Associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro

da mesma problemática. A idéia é a de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. (Souza, 1997, pág. 20)

Essa noção perpassa pelos filólogos que cristalizaram, até hoje, nos dicionários uma identidade entre crescimento/desenvolvimento. Nos dicionários encontraremos três significados para o termo desenvolvimento, todos eles associado a crescimento²:

1- ato ou efeito de desenvolver-se, desenvolvimento.

2- adiantamento, crescimento, aumento, progresso.

3- estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimentos de fatores de produção.

Essa noção de desenvolvimento é bem apropriada à primeira fase da teoria econômica (até a primeira metade do século XIX), quando os escritos mercantilistas, fisiocratas e as formulações da Escola Clássica preocupavam-se, dentre outros objetos de estudo, em encontrar as causas da riqueza das nações. Para David Ricardo, por exemplo, crescimento seria resultado da acumulação de lucros e condição para a prosperidade do país, só a equação lucros/acumulação/desenvolvimento poderia gerar o avanço do país e felicidade para todas as pessoas. Aumento de riqueza da nação alcança-se através do crescimento/desenvolvimento: essa formulação é bem comum a esses pensamentos.

O desenvolvimento da nação é tomado como uma ação benéfica a toda população e inclusive como solução ao conflito das classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras). Seria algo parecido com: se a nação se desenvolve, o indivíduo desenvolve-se também. Daí que, nesta perspectiva, o significado de desenvolvimento pode ser entendido como crescimento, expansão e progresso de uma forma geral.

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. Ed., 33ª impressão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. Segundo o Dicionário Aurélio, desenvolver-se significa: 1. Fazer crescer; 2. Fazer que progrida, aumente, melhore; 3. Fazer uso de, pôr em prática, empregar, exercer, ampliar, se adiante; 4. Dar origem a, originar, gerar, produzir; 5. Expor extensamente com minúcia; 6. Tirar o acanhamento; 7. Tirar do invólucro, desenrolar; 8. Movimentar-se; 9. Efetuar o desenvolvimento de, expandir; 10. Tornar-se o mais forte, crescer; 11. Estender-se, prolongar-se; 12. Aumentar, progredir.

Karl Marx, em *O Capital* (1883) analisava o crescimento capitalista como fruto da concorrência intercapitalista e da luta entre capital e trabalho. Em Marx, crescimento capitalista é observado como aumento de riqueza e, ao mesmo tempo, aumento da pobreza. Aumento, crescimento, expansão, progresso das possibilidades produtivas mas, também, aumento do número de necessitados e de seus problemas. Além disso, Marx via o crescimento composto de várias fases, além do crescimento propriamente dito, que ele conceituou como fase ascendente, haveria o auge, a regressão e a depressão, ou seja, ele faz uma análise cíclica da economia.

Observemos que Marx reescreve a equação do desenvolvimento. Para ele, o fato de uma nação desenvolver-se necessariamente não implicaria em resultados positivos para todos. Há de se registrar na análise de Marx o papel central que ele atribui à luta de classes. Os resultados da luta de classe (capital x trabalho) significariam melhoria ou decréscimo nas condições de vida dos trabalhadores. Note-se que a luta de classes pode constituir-se em fator opositivo à tendência de pauperização das massas subjacente na lógica de produção capitalista.

Porém, apesar de uma nova visão sobre os resultados e indicação de novos determinantes do desenvolvimento capitalista, Marx não se concentra em distinguir o que seria crescimento e desenvolvimento. De uma maneira geral, crescimento e desenvolvimento das forças produtivas são termos tomados como sinônimos.

Em 1911, Schumpeter, com o lançamento da obra *Teoria do Desenvolvimento*, vai contribuir para estabelecer uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Ele estabelece que o crescimento significa o funcionamento da economia em fluxo circular de equilíbrio, cujas variáveis econômicas aumentam apenas em função da expansão demográfica. O desenvolvimento ocorreria com a presença de inovações tecnológicas. Assim, o fluxo circular seria incrementado com novos fatores.

Apesar desta distinção, a palavra desenvolvimento permaneceu com um conteúdo e expressão quase mágica, nos impelindo a pensar em ampliação. A manutenção da identidade entre crescimento e desenvolvimento deve ser debitada ao pensamento neoclássico, que através de uma abordagem otimista do processo de produção assinalava que o crescimento econômico gera uma distribuição

proporcionalmente eqüitativa para os agentes econômicos, sem conflitos, de acordo com a produtividade marginal de cada um.

Se aos neoclássicos pode ser imputado a manutenção da identidade entre crescimento e desenvolvimento, foi também a partir do fracasso do instrumental de política econômica marginalista que a questão da diferenciação entre desenvolvimento e crescimento adquiriu mais força. Ou seja, a partir dos anos 30, após seguir os receituários da teoria dominante, a diferenciação entre países ricos e pobres ficava mais evidente.

Antes de mais nada, ao nosso ver, temos que resistir ao automatismo das fábulas, às forças das aparências e inserir algumas indagações ao debate: desenvolvimento seria aumentar o quê? Crescer para onde e para quem? Expandir quais variáveis?

Discordando do pensamento clássico, por que não pensar desenvolvimento com os verbos dividir, diminuir, transferir? Dividir a riqueza, diminuir as desigualdades, transferir capacidades produtivas. Esses verbos não seriam mais apropriados atualmente quando constatamos uma riqueza crescente e acumulada na mão de poucos ao passo que, na outra ponta, constatamos uma miséria desumanizante na vida de muitos? Ficam as questões que servirão de base para nossa conclusão.

Vejamos que esse questionamento não se constitui em novidade nem originalidade. Ao longo da história das ciências sociais e particularmente da economia essa interrogação recorrentemente vem sendo apresentada. Seja com as reflexões do autores considerados socialistas utópicos (Owen, Fourier, Blanc, Saint-Simom e Proudhon), que estão impregnados de um ideal de justiça e fraternidade ou confiança no poder da razão para descobrir as falhas da organização econômica existente e os remédios conducentes a essa melhoria. Eles admitem a possibilidade de atuar a vontade humana sobre a evolução econômica, de modo a reformá-la, orientando-a no sentido do progresso. Seja pelos questionamentos da Escola Institucionalista, que discordando dos liberais mas sem concordar com os socialistas, apresentam uma série de formulações sobre uma possível adequação do capitalismo aos ideais de bem estar geral.

A novidade na re-apresentação da proposta consiste no tempo. Se antes um ideal igualitário poderia suscitar temores e obstáculo na marcha do progresso,

comprometendo a acumulação e o crescimento, hoje, devido às conquistas técnico-científicas, a questão da produção na maioria dos tópicos já foram equacionadas.

Feito esse *tour* na história do pensamento econômico, apontamos que, em grande medida, nosso referencial teórico serão as formulações de Marx que apontam o crescimento capitalista com fins diferenciados e antagônicos para as classes sociais³ e influenciado pela luta de classes. Dito de outra forma, além de crescimento estar desassociado de desenvolvimento, ele significa, para nós, uma moeda de duas faces com ganho para uns e perda para outros, seja no plano local, nacional ou internacional, pois a máxima do sistema capitalista pressupõe a diferenciação, a apropriação e privatização dos frutos do trabalho social. Levando essas conclusões de encontro ao objeto e à problemática da nossa dissertação, apontamos uma análise da economia brasileira que leve em considerações as disputas dos vários setores da sociedade.

Voltando a Souza (1997) ela ressalta que,

“a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo. Associado ao crescimento econômico, pode estar ocorrendo outros efeitos perversos, tais como:

a. Transferência do excedente de renda para outros países, reduzindo a capacidade de importar e de realizar investimentos;

b. A apropriação de parcelas crescentes desse excedente por poucas pessoas no próprio país, aumentando a concentração da renda e da riqueza;

c. Salários básicos extremamente baixos limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo mais popular;

d. Empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor de mercado interno;

³A categoria classes sociais é utilizada no sentido de proprietários dos meios de produção e não proprietários dos meios de produção.

e. Dificuldades para implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno.”(Souza, 1997, pág. 21)

Nesse sentido, esta autora aponta outra corrente de economistas que teorizam o crescimento como condição indispensável mas não suficiente para o desenvolvimento. Segundo ela, nesse grupo poderíamos citar economistas como Arthur Lewis, Albert Hirschman, Guinar Myrdal e Ragnar Nurkse que, embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas.

Vejamos as justificativas que ela nos apresenta:

“Essa corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.” (Souza, 1997, p.21)

Ela prossegue, incluindo nessa corrente economistas de orientação crítica, como Raul Prebisch, Celso Furtado, Paul Singer e os demais autores da tradição cepalina e marxista, como grande parte dos chamados *economistas do desenvolvimento*. Essa noção de desenvolvimento implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.

E, por fim, conclui com a seguinte definição de desenvolvimento:

“Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.” (Souza, 1997, p.22)*

Seguindo a tradição de acentuar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento e procurando enfatizar as mudanças qualitativas numa sociedade, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990, com o objetivo de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial. Os signatários desse índice conclamam que conseguiram impactar a opinião pública e as instituições acadêmicas de tal forma que, após pouco tempo do seu lançamento, a comunidade internacional adotou o IDH como indicador para medir o progresso dos países em matéria de desenvolvimento (IPEA/PNUD 1996).

O IDH, sem sombra de dúvida, alarga a dimensão humanista do conceito de desenvolvimento quando propõe 3 (três) variáveis básicas para compor o índice de desenvolvimento: a) desfrutar uma vida longa e saudável; b) possibilidade de adquirir conhecimento e c) ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente. O crescimento econômico permanece como condição necessária, o que denota que apesar de substituir o adjetivo (de desenvolvimento econômico para desenvolvimento humano) o índice mantém a hierarquia entre crescimento e desenvolvimento.

Contudo, apesar da aparência de avanço, o documento do IPEA e a segunda definição apresentada por Souza conservam características das proposições clássicas sobre o desenvolvimento. Ou seja, essa proposição teórica mantém o crescimento como condição indispensável para mudanças qualitativas e estruturais. Assim sendo, permanece com uma hierarquização: para se alcançar o desenvolvimento tem que haver crescimento. Sem crescimento não poderíamos pensar no desenvolvimento. Ou seja, mesmo querendo criticar o pensamento neoclássico, tais perspectivas ficam circunscritas nas teias daquele pensamento. O que acontece é apenas uma mudança de grau nas análises.

Tomando o Brasil como exemplo, de acordo com essas formulações, teríamos de adotar medidas que proporcionassem uma ação econômica mais equitativa, isto sendo resultado de um processo de crescimento mais equilibrado. Todavia, examinemos a hipótese contrária: não seria mais apropriado para um país que em cinquenta anos alcançou o patamar de décima economia mais rica entre os 174 países do globo, inverter a hierarquia?

Se num espaço de tempo relativamente curto o país alcançou um patamar de destaque, mas concomitantemente observou-se uma concentração da renda e da riqueza e, relativamente, um decréscimo das condições de vida da maioria da população, parece haver boas razões para não se condicionar uma mudança qualitativa nas estruturas sociais a novos períodos de crescimento. Ou seja, medidas razoáveis em busca do desenvolvimento seriam no intuito de reordenar a propriedade da riqueza e da renda que já foi construída, e não condicionar mudanças estruturais a novos períodos de crescimento. Dessa forma, constata-se a necessidade da construção de índices de desenvolvimento que contabilizem e mensurem ações desconcentradoras.

Apostando nessa premissa visualizamos uma terceira corrente de economistas que, mesmo concordando que o desenvolvimento significa uma mudança qualitativa nas estruturas sócio-econômicas, admitem a possibilidade de ocorrer desenvolvimento sem crescimento, ou seja, o crescimento não seria uma condição indispensável para o desenvolvimento. Neste sentido, Colman & Nixson (1985) afirmam

"(...) Conversivelmente, é possível conceber um desenvolvimento com crescimento negativo. Isso poderia ocorrer quando (como talvez tenha sido o caso, recentemente, em Moçambique) reestruturações importantes ocorrem nas atitudes, instituições políticas e relações de produção (por formas tais como reforma agrária e formações em vilas de pequenas comunidades), as quais criam as condições para um desenvolvimento futuro, embora a um custo de curto prazo representado por redução de PNB em razão de desagregação do sistema de produção e de distribuição anterior. Assim, havemos de concordar com Streeten (1972, p. 31) quando ele diz que, 'do mesmo modo que é possível o crescimento econômico sem desenvolvimento, é possível haver desenvolvimento sem crescimento econômico'" (Colman & Nixson, 1985, pág. 23)⁴

Observemos que não se quer criar uma lei. Não se pretende estabelecer uma regra geral, busca-se adotar uma análise dinâmica. Em algumas situações, como no Brasil agora, as ações para mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas passa necessariamente por uma ação desconcentradora da renda e da riqueza já socialmente construída, independente de novos estágios de crescimento.

⁴ Os autores citam a obra de STREETEN, P. *The Frontier of Development Studies*. Macmillan, 1972.

Baseado nessas premissas consideramos razoável refletir, chegando ao fim da década dos noventa, se opção teórica que advogava uma saída neoliberal para a crise brasileira, no intuito de viabilizar um novo período de crescimento/desenvolvimento, conseguiu mostrar-se acertada. Ou seja, se o “dever de casa” foi adequado para o Brasil avançar no seu crescimento/desenvolvimento.

Hoje, após as crises do Leste asiático, da Rússia e do próprio Brasil, parece óbvia uma problemática como a que apresentamos. Mas, se agora é admitido e sentido por quase todos a ocorrência de graves turbulências nos mecanismos capitalistas da economia global e, também se já se apontam para os equívocos da política econômica do governo brasileiro ao longo dos últimos anos, esse tipo de reflexão, de uma forma majoritária, é nova. Quando começávamos a formular nossa problematização acerca dos rumos do desenvolvimento nacional no início dos anos noventa, detectávamos um outro consenso⁵.

Era um consenso favorável às medidas econômicas aplicadas a partir de 1990, alicerçadas nas pregações do Consenso de Washington. Quem discordava era taxado de “neobobo”, “dinossauro” e “fracassomaniaco”.

Tendo o objeto delimitado e a problemática estabelecida, passamos às tarefas da investigação de formas distintas. Primeiro, conduzimos a pesquisa tentando apreender como algumas interpretações caracterizaram crescimento na teoria geral e como ocorreu o desenvolvimento no Brasil, ou seja, selecionamos alguns autores e problematizamos suas principais conclusões a respeito do nosso objeto de estudo. Segundo, partimos em busca de dados, indicadores que nos possibilitassem uma caracterização e posicionamento frente ao problema.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos uma retrospectiva do desenvolvimento brasileiro, ressaltando o esgotamento do modelo agro-exportador e a gênese do modelo urbano-industrial, dando destaque à sua implementação até chegar à crise e esgotamento. Ao longo dessa discussão efetuamos as devidas interligações entre a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil com a acumulação no plano mundial. Um elemento de destaque é a

⁵Esse trabalho teve início com a elaboração do projeto de mestrado, no início de 1997

importância atribuída às questões de geopolítica nos desdobramentos da acumulação (surgimento do socialismo na Rússia, a II Guerra Mundial e a Guerra Fria e o desmoronamento do socialismo real).

No segundo capítulo, enfatizamos algumas propostas de superação da crise dos anos oitenta. Discutimos as análises de Jurandir Xavier, Fernando Fajnzylber, Francisco de Oliveira e Bresser Pereira. Analisamos as mudanças no contexto da acumulação mundial nos últimos anos, salientando as mudanças no padrão tecnológico, as movimentações no sentido de constituição de zona de livre comércio de âmbito regional, a consolidação das teses neoliberais e o desmoronamento do que se convencionou chamar de socialismo real.

A questão principal desse capítulo é a indicação de que o Brasil não ficou de fora da avalanche liberal e paulatinamente foi adotando as teses do Consenso de Washington para superar os problemas enfrentados na década de 80. Ou seja, dentre as alternativas de projetos de desenvolvimento postos para superação da crise, o vitorioso nos embates políticos foi a proposta neoliberal. Por fim, enfatizamos as origens do Consenso e sua inter-relação com o Brasil e sua opção política. Nesse ponto, estabelecemos os fundamentos para a caracterização da linhagem teórico-política da política econômica dos anos noventa: o que anteriormente apontávamos como suposto, reaparece, após as pesquisas, como tese.

No terceiro capítulo, explicitamos o elenco de medidas adotadas pelo Brasil nessa década. Em que pese o país ter, nesse período, passado por 3 (três) experiências administrativas, enfocamos que houve uma continuidade administrativa, decorrente do fato do estatuto teórico que guiou os governos ter sido o mesmo.

Baseados na tese da continuidade desses governos, iniciamos a discussão através de uma contextualização histórica das três administrações. A partir dessa contextualização, discutimos as principais medidas adotadas para superar a crise da década de 80, quais sejam: a concepção de Estado-Mínimo e a abertura comercial/financeira e consideramos alguns dos seus resultados concretos.

Nas considerações finais afirmamos que apesar das reiteradas negativas dos administradores que passaram por Brasília, as teses do Consenso de Washington

constituíram-se na base das políticas implementadas no Brasil e que os resultados macroeconômicos dessas medidas, após dez anos de aplicação, estão aquém dos alcançados na chamada década perdida.

CAPÍTULO I

O Desenvolvimento Brasileiro em Perspectiva: do sistema agro-exportador à crise dos anos oitenta.

A década de oitenta representou um retrocesso nos níveis econômicos e sociais da América Latina e, especificamente, do Brasil. Esse retrocesso pode ser evidenciado na diminuição do PIB, no processo de desindustrialização⁶, na maior concentração de renda, no aumento da dívida externa, na escalada inflacionária, na perda do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, no aumento da miséria, da violência, entre outros fatores. Mais que um retrocesso, os anos oitenta significaram, também, o fim de um ciclo de desenvolvimento que havia sido iniciado na década de 30.

Façamos uma visita à história do desenvolvimento do Brasil, objetivando identificar as principais causas desse retrocesso e os porquês do esgotamento do ciclo de desenvolvimento urbano-industrial. Essa visita é crucial para entendermos os dilemas do debate sobre as opções de desenvolvimento nos anos 90.

Da colônia aos anos trinta.

No Brasil, desde os tempos coloniais, as questões relativas ao desenvolvimento sempre se fizeram presentes, de uma forma implícita ou explícita. Sempre foi recorrente o debate sobre os caminhos que o país deveria percorrer, a forma como os recursos deveriam ser alocados e as possíveis conseqüências que essas ações provocariam, privilegiando ou penalizando espaços, regiões, setores econômicos, pessoas e classes sociais.

Uma vez que este era um país de base agrária até os anos 30, discutir desenvolvimento nesse período era posicionar-se sobre a agricultura e as ações do Estado. As questões que eram colocadas no centro da polêmica eram do tipo: quando o governo iria incentivar tal cultura? Em quanto se iria tributar tal produto? Onde deveria

⁶ *No Brasil, em 1980, a indústria de transformação contribuía com cerca de 31,1% do PIB e com 76,1% do produto real gerado no setor industrial. Em 1990, decresceu para o patamar de 23,3% na participação do PIB e o índice de produto real ficou nos 98,8%. A indústria de transformação não logrou*

ser construída tal estrada de ferro? Qual deveria ser a taxa de câmbio? Tais perguntas, como suas respectivas respostas, estavam relacionadas diretamente com o Estado e a agricultura. Logo, pensar o desenvolvimento nacional, nesse período, implicava em pensar o papel do Estado na economia nacional.

Contudo, na maioria das vezes, as respostas a essas perguntas não eram produzidas exclusivamente no espaço nacional⁷. O que plantar, quanto tributar, onde construir infra-estrutura ou qual deveria ser a taxa de câmbio eram questões que dependiam de uma série de condições determinadas pelo sistema econômico mundial.

Dito isso, admite-se que o desenvolvimento brasileiro não era ditado única e exclusivamente por uma dinâmica interna (Estado Nacional – Agricultura), o que acontecia aqui fazia parte de um todo. Temos, assim, que acrescentar na análise, ainda, a divisão internacional do trabalho (fatores externos)⁸.

Nesse sentido, consideraremos dois planos: o vivido e o pensado⁹. Quanto ao vivido, discorreremos sobre a dinâmica da acumulação capitalista no mundo, a partir da segunda metade do século XIX. Quanto ao pensado, revisitaremos a análise teórica preponderante desse período que, de certa forma, servia de parâmetro tanto para os países centrais como para os países periféricos do sistema capitalista.

Desde a segunda metade do século XIX, até 1929, o capitalismo viveu sob a égide teórica dos liberais¹⁰. Anunciava-se que toda oferta criava a sua demanda. Ou seja, não caberia preocupação com a venda da produção. O simples fato da mercadoria ter sido produzida, implicaria na sua inexorável alocação nos mercados¹¹. Sendo assim, o instrumental de política econômica deveria procurar retirar obstáculos à maximização dos lucros. Para tanto, bastaria não intervir no mercado, pois o mesmo seria o elemento

atingir os níveis de produção alcançados no final da década de setenta" (Xavier, 1993, p. 53)

⁷ Mello (1995), defende argumento em contrário. Segundo o autor, a partir da constituição do Estado Nacional os fatores internos passaram a preponderar diante dos fatores externos na dinâmica da economia nacional.

⁸ Os estudos de história econômica deparam-se com a dificuldade de realizar uma análise que leve em conta tanto os fatores internos como os fatores externos. Geralmente temos a preponderância de um sobre o outro, o que leva à distorções nas conclusões.

⁹ Lançamos mão do conceito empregado por Paula (1997), para designar os conceitos, os propósitos e ações das escolas do pensamento econômico.

¹⁰ De um ponto de vista da história do pensamento econômico, a hegemonia liberal desse período corresponde à escola neoclássica.

¹¹ Apesar dessas considerações, havia uma disputa entre os países mais desenvolvidos por mercados e

definidor e balizador nas relações humanas, e com tamanha perfeição que, se ajustes fossem necessários, “uma mão invisível” se encarregaria dessa tarefa.

Do ponto de vista do desenvolvimento das nações, o liberalismo defendia a tese da abertura comercial como sendo a forma perfeita das nações periféricas alcançarem o desenvolvimento, em consequência da especialização produtiva¹². Além disso, indicavam que a forma de chegar ao desenvolvimento seria através da disciplina. Desde quando as forças de mercado estivessem desobstruídas, o desenvolvimento seria uma questão de tempo, numa analogia com as fases do desenvolvimento humano (infância - adolescência - maturidade).

Os neoclássicos mostraram-se inflexíveis. Ainda que na prática e nas políticas tenham efetivado o contrário, esses autores afirmavam que a ordem econômica estava dada e que alterações nesse sistema não seriam possíveis. Os papéis que cada segmento social deveria desempenhar já estavam preestabelecidos.

Um posicionamento contrário àquele foi apresentado pelo pensamento marxiano. Marx, no *Manifesto Comunista* (1993), afirmava que o papel do Estado na sociedade capitalista seria o de intervir e agir na sociedade de acordo com os interesses da classe dominante (burguesia). Na centralização do espaço, na emissão de leis, no gerenciamento do sistema de crédito, na alocação de mão-de-obra, via estímulo ou proibição de migração, enfim, seja na paz ou na guerra, o Estado teve um papel relevante na economia capitalista desde a sua gênese (Braverman, 1981).

Quanto ao desenvolvimento, Marx vai elaborar uma concepção diametralmente oposta a tudo que se formulava. Para Marx, desenvolvimento é o aprimoramento das forças produtivas, que no capitalismo representa concentração dos meios de produção sob o comando de uma minoria, enquanto a maioria da população seria, cada vez mais, expropriada e explorada. Ou seja, em Marx, desenvolvimento é

fontes de suprimento de matérias primas, disputa essa que desembocou na I Guerra Mundial (1914-1918).

¹² Os neoclássicos mantiveram o princípio ricardiano da especialização produtiva como fator homogeneizador dos frutos do progresso técnico. A tese da especialização produtiva vem de Smith, com suas vantagens absolutas. Foi aperfeiçoado por Ricardo, que desenvolveu a tese das vantagens comparativas. Ricardo advogava que as nações deveriam especializar-se nas mercadorias cujos custos relativos fossem mais baixos. Caso outros países fossem menos produtivos, deveriam redirecionar seus fatores de produção para processos mais vantajosos, pois a quantidade de horas de trabalho, alocadas nessas fabricações mais produtivas, resultaria em benefícios mais elevados para o país e, por

aumento de riqueza e de pobreza ao mesmo tempo. Aumento das possibilidades produtivas, mas, também, aumento das necessidades. Ainda mais, Marx via o desenvolvimento como um processo composto de fases: inicialmente uma fase ascendente, em seguida a fase do auge, depois o período de depressão e, a depender das circunstâncias, o início de um novo ciclo. Sintetizando, o desenvolvimento seria fruto da concorrência inter-capitalista e da luta entre o capital e o trabalho. A busca por lucros levaria os capitais a alterarem constantemente o processo produtivo, aumentando a composição orgânica, diminuindo o tempo de trabalho necessário e ampliando o tempo de trabalho excedente. Dito de outra forma, desenvolvimento capitalista significa uma moeda de duas faces com ganho para uns e perda para outros, seja em níveis local, nacional ou internacional.

Este pensador alemão afirmava que a sociedade estava dividida em classes com interesses antagônicos. Logo, onde os neoclássicos viam harmonia, Marx enxergava conflito. Onde era apontada a imutabilidade das coisas, Marx enxergava possibilidade de Revolução. Dessa forma, o Estado não poderia representar o bem comum, já que esse não existia. Sendo assim, não haveria possibilidade para o consenso.

Os autores neoclássicos, ao desconsiderarem o papel do Estado na economia, de certa forma, mantiveram-se ausentes, por um longo tempo, das reflexões sobre as atividades desempenhadas pelo Estado nas questões econômicas. Sem contar que esse paradigma não percebia as inter-relações que existem entre justiça, educação, mercados, política, oferta e demanda.

Entretanto, à medida que as forças produtivas desenvolviam-se e o capitalismo afastava-se da sua fase inicial, passando para a fase monopolista¹³, a partir da segunda metade do século XIX, as análises dos neoclássicos, referentes ao desenvolvimento e ao papel do Estado, eram refutadas pela realidade. Por um lado, o avanço de países como Estados Unidos, Alemanha e Japão colocava por terra as teses do crescimento através

consequência, para o sistema econômico como um todo.

¹³Compreende-se como fase monopolista do capitalismo o período em que passa a predominar a centralização de capitais e o centro capitalista deixou de ser exclusivamente a Inglaterra, passando a contar com França, Alemanha, Estados Unidos e, em certo sentido, Japão; isso ocasionou um intenso acirramento da concorrência e a disputa pelo controle das fontes de matéria-prima, via concessão de empréstimos e financiamentos à produção de produtos primários na periferia, ao ponto de provocar duas guerras mundiais.

do livre jogo do mercado. Por outro lado, de uma maneira geral, o Estado adquiriria maior dimensão. Braverman faz os seguintes comentários a respeito do papel do Estado na fase monopolista do capitalismo:

“(...) com o capitalismo monopolista este papel é grandemente ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada. Em alguns países, sobretudo Alemanha e Japão, o capitalismo monopolista tanto criou como foi criado por um novo poder estatal: assim, o moderno papel do Estado aparece nesses países desde o próprio início da época. Em outros países, sobretudo Estados Unidos e Inglaterra, a classe capitalista assinalou para o governo uma esfera de ação mais restrita, e por essas e outras razões o aumento do intervencionismo social e econômico por parte do Estado assumiu durante certo tempo, a forma peculiar de um movimento de reforma e pareceu revelar uma luta contra o capital conquanto isto se mostrasse ilusório. De qualquer modo, finalmente e em todos os lugares, o amadurecimento das várias tendências do capitalismo monopolista criou uma situação na qual a expansão das atividades estatais imediatas na Economia não mais podiam ser evitadas.” (Braverman, 1981, p. 243)

Apesar da crescente participação do Estado na economia, os neoclássicos insistiam em negar qualquer tipo de inserção estatal na vida econômica. A compreensão da realidade, desconsiderando os fenômenos mais evidentes, resultou num instrumental de política econômica incapaz de conseguir o que eles mesmos propunham como objetivo, o equilíbrio na economia mundial.

Concomitante a esses fatos, acontecem grandes movimentos de contestação ao modo de produção capitalista em várias partes do mundo. Por um lado, a partir das organizações de trabalhadores, diversos movimentos revolucionários eclodiram na Europa desde a segunda metade do século XIX¹⁴. Em 1917, na Rússia, pela primeira vez uma revolução socialista chegava à vitória, materializando e consolidando a ameaça ao modo de produção capitalista. Esses movimentos reivindicavam melhores condições de vida e uma nova organização política e social. Por outro lado, nas colônias, um vigoroso movimento de independência tomava corpo.

As primeiras décadas do século XX apresentavam um cenário, no qual as

concepções neoclássicas mostram-se incapazes de produzir uma intervenção política, econômica e ideológica que garantisse ou alargasse os caminhos à acumulação capitalista. O sistema colonial, que transferia riqueza das colônias para as metrópoles, estava em crise e passava por um processo de redefinição. O movimento de organização e contestação dos trabalhadores era crescente e apontava, as vezes enfaticamente, para uma nova ordem social.

Os fatos distanciavam-se da teoria. A permanência do conteúdo das teses liberais, cada vez mais, distanciava-os dos fatos históricos concretos. Esse afastamento ficou constatado com a ocorrência de inúmeras crises, desde o final do século passado, e teve um coroamento com a grande crise de superprodução de 1929¹⁴.

As conseqüências da crise foram a bancarrota da teoria liberal, pois não davam uma explicação convincente dos acontecimentos e a constatação da inadequação de suas análises com os acontecimentos da realidade. Em decorrência disso, ficava comprovada a ineficácia do seu instrumental de política econômica.

A internacionalização produtiva e o novo paradigma.

Após 1930, as condições para o surgimento de um novo paradigma estavam criadas, seja pelo lado do vivido ou do pensado. A oferta perdera o seu peso relativo, o mercado não parecia tão eficiente assim. A “mão invisível” não conseguia atenuar os descompassos do sistema econômico. A demanda dava um passo à frente. “Vitoriosa”, passaria a ter um enfoque central.

A sociedade capitalista teria que encontrar uma resposta para as reivindicações dos movimentos contestatórios, principalmente face ao avanço socialista. A Rússia conseguira resistir e vencer os ataques contra-revolucionários empreendidos por diversas nações européias. Ademais, os socialistas puseram em prática um programa de desenvolvimento que, em poucos anos, já sinalizava a possibilidade de transformar a Rússia feudal em uma nação industrializada, o que representava mais uma contestação

¹⁴ Uma parcela considerável desses movimentos inspiravam-se nas teorias de Marx e Engels.

¹⁵ Ver neste sentido, entre outros, Maurice Dobb, *“A evolução do Capitalismo.”* 3. ed. Tradução de

às teorias de desenvolvimento calcadas na divisão internacional do trabalho e no comércio entre nações.

A grande questão colocada para os capitalistas era apresentar uma resposta às contestações socialistas ao modo de produção capitalista. Precisava-se garantir uma apropriação mais coletiva dos frutos do desenvolvimento das forças produtivas, sem colocar em cheque as premissas do capitalismo: a propriedade privada e os lucros. Daqui ganha força o pensamento político de tentar controlar o capitalismo, dando uma feição social para o mesmo, o que leva a recorrer ao Estado para ser o grande sujeito responsável pela harmonia e controle dos excessos. Toda essa questão poderia ser resumida num adágio popular: "*dão-se os anéis para não perder os dedos*".

Formas e maneiras para garantir melhores condições de vida e mais igualdade entre as pessoas deveriam ser encontradas. Novos mecanismos foram elaborados, objetivando a regulação do processo econômico e aumento do bem estar geral. Tentava-se assegurar as condições para a realização das mercadorias, criando mecanismos para a conclusão do processo de rotação do capital¹⁶ que possibilitasse um novo arranjo.

Novos instrumentos de política econômica são considerados e o Estado, até então esquecido e rejeitado pelos teóricos liberais, passa a ser tematizado como o principal sujeito de geração e manutenção da demanda e do bem estar social. O Estado deveria coordenar, disciplinar as ações no mercado e lançar-se como investidor nas esferas produtivas. Produzir endereços certos para os produtos dos ciclos produtivos existentes, assim como assegurar demanda para ofertas provenientes de novos ciclos resultantes dos seus investimentos produtivos. Partindo desses pressupostos, certas formulações de Malthus e de Marx, entre outros, passaram a ser reexaminadas.

Ocupando o lugar deixado pelos liberais, surgiram as teorias sobre demanda efetiva com o esquecido M. Kalecki, em 1933 e, posteriormente, com o festejado J. M. Keynes, cuja obra principal veio a público em 1936. Acoplados às modificações no

Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Nova Cultural. 1988 - Coleção os Economista.

¹⁶ Compreende-se como rotação do capital a soma do tempo de produção com o tempo de circulação das mercadorias.

sistema produtivo proveniente do desenvolvimento do fordismo¹⁷, esse conjunto de fatos caracterizaram os chamados anos dourados do capitalismo¹⁸.

O fordismo sustenta-se nos aumentos de produtividade, que permitem aumentos de salários, os quais tentavam compensar os trabalhadores pela maneira como lhes foi imposto produzir e concorriam para a dinamização do setor de bens de consumo, acionando as outras partes do círculo. Neste “acordo” geral, a gestão de trabalho assumia relevância, pois cabia a ela a regência da organização da produção para se conseguir mais e mais produtividade¹⁹.

O fato do consumo individual dos trabalhadores servir de base para acumulação, aproxima-se das afirmações de Marx quando ele trata do assunto:

“Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores e existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital” (Marx, 1983)

¹⁷ O fordismo representou a conservação e ampliação de todo o aparato taylorista, isto é, a maximização do controle e da desqualificação dos operários. Primeiro, através do sistema de intercambialidade das peças e depois eliminando todos os deslocamentos do trabalhador ao objeto de trabalho: desde então, o objeto de trabalho iria ao encontro do trabalhador. A partir das linhas de montagem, via esteiras, o trabalhador observava o objeto de sua tarefa desfilar a sua frente. E cada ferramenta humana adicionava de maneira perfeita e sincronizada uma parte da força de trabalho necessária a dar forma à mercadoria final.

¹⁸ Os “anos dourados” do capitalismo foram um arranjo, que, pelo menos nos chamados países centrais, articulou melhoria das condições de vida da população como um todo, servindo de estímulo constante a novas e grandes inversões, possibilitando, ainda, altas taxas de lucros para os capitalistas. Esse período acontece em decorrência, sobretudo, da associação dos fatores de geopolítica com as modificações na gestão de trabalho. Adiante nos deteremos um pouco mais sobre essa temática.

¹⁹ No Brasil, a força de trabalho esteve associada à desqualificação e ao desprestígio social. Com o advento da administração científica do trabalho, através do taylorismo e do fordismo, essa condição não foi alterada. Quando se importava gestões de trabalho, objetivava-se eliminar qualquer dificuldade que estivesse no caminho da potencialização do mais-valor em cada jornada de trabalho. Foram copiadas as regras e princípios que dizem respeito ao aumento da produtividade. Todavia, as vantagens para o trabalhador, que aquelas regras continham, como os aumentos de salários preconizados por Taylor ou o modo de desenvolvimento fordista com incentivo ao consumo, não foram verificadas por aqui. (Ver Segnini, 1982).

Observa-se que a magnitude do capital variável, nos países centrais, se expande continuamente com a incorporação de partes dos ganhos de produtividade, tornando os salários dos trabalhadores sempre crescentes. A explicação para esse fato são as questões relativas à luta de classe e um barateamento dos produtos decorrentes da aplicação de novas tecnologias. Esse aumento de capital variável passa a ser alienado em produtos extras, através, principalmente, do estabelecimento de um novo comportamento, divulgado e massificado, que impõe um novo condicionante moral, ampliando o rol dos itens necessários para a sobrevivência de cada operário. Outra causa explicativa para tais fatos foi o resultado da Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu novas nuances na acumulação capitalista.

Com a vitória das forças aliadas, que contou com grande performance do exército russo, difundiam-se os ideais de justiça, igualdade e fraternidade. Há de se considerar dois importantes fatos: primeiro, a derrota do nazismo fazia afirmar um discurso em prol da liberdade, da independência dos povos e contra as discriminações étnicas e raciais, o que contrariava um dos pilares das doutrinas liberais praticado até então. Segundo, ganhava destaque o desempenho russo. Não nos esqueçamos que a Rússia socialista data de 1917 e, nesse tempo, tratava-se de um país recém-saído do feudalismo. Passado trinta anos, esse país lidera um bloco internacional, assumindo a condição de um dos principais vencedores da Guerra, sustentando uma posição divergente com as principais potências capitalistas.

Logo, os vencedores da Guerra estavam divididos em posições ideológicas distintas. De um lado, Estados Unidos, comandando política-tecnológica-militarmente o bloco capitalista. Do outro, União Soviética, liderando o bloco socialista. De agora por diante, cada bloco tentava influenciar o maior número de países, com o objetivo de transformá-los em "aliados". Devido a essa situação, ganha força a economia de guerra ou a "guerra fria", elemento de geopolítica que influenciará, em muito, o processo de acumulação em nível internacional. Aos Estados Unidos coube a responsabilidade de reconstruir a Europa Ocidental e o Japão, assim como criar as mais variadas ações para garantir sua supremacia e manter o "perigo vermelho" longe da América, Ásia e África. Já a reconstrução do Leste Europeu coube à União Soviética que, do mesmo modo, tentava criar vitrines para atrair adeptos.

Aqui temos uma mudança muito grande, apesar das disputas entre as nações não constituírem em novidades e terem como objetivo estabelecer ou garantir uma hegemonia no contexto mundial. Cabia aos vencedores uma certa margem de manobra que vinha favorecer seus interesses. O caso da Inglaterra constitui-se num bom exemplo. Mas esses países comungavam das mesmas aspirações. Quando falamos de uma disputa entre EUA e URSS, reportamo-nos a uma contenda entre duas visões de ordem social distintas: o embate entre o capitalismo e o socialismo. Esse fato irá influenciar, por demais, as relações internacionais, principalmente no tocante ao desenvolvimento.

Ratificada a nova correlação de forças no bloco capitalista, onde os EUA assumem a condição de líder, surge um novo acordo monetário internacional. A anarquia monetária mundial do período entre guerras deu lugar à estabilidade do sistema monetário internacional, advinda da convenção de Bretton Woods. Do padrão ouro, o sistema monetário passa ao sistema ouro-dólar. Essa mudança contribuiu para a tranqüilidade e possibilidade de intensificação das relações econômicas internacionais²⁰.

Nesse contexto, o Estado-Nação ganhava importância, dando vazão ao movimento de descolonização e à fragilização o quebra de vários elos da cadeia imperialista. Concomitantemente, era o tempo em que o capital produtivo ultrapassava as fronteiras dos países industrializados e fixava-se em regiões que não tinham desenvolvido esse tipo de experiência produtiva. Locais que, anteriormente, estavam "reservados" única e exclusivamente para a realização das mercadorias e o fornecimento de matérias-primas passam a ser *locus* da produção mundial.

Dessa feita, não era apenas o capital-dinheiro que se aventurava em outras terras. Além dele, o capital produtivo, nesse período, de forma preponderante, também mudava de endereço, transferia-se dos Estados Unidos e da Europa para as outras partes do planeta. Como resultado disso, as mercadorias passaram a percorrer sentidos inversos.

²⁰ A partir dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o termo internacional adquire um significado diferente. Pois, desde então, conformou-se dois territórios inter-nações. Dessa forma, o termo internacional, na maioria das vezes, referia-se a um dos dois blocos, e não ao conjunto dos países do mundo. O acordo de Bretton Woods diz respeito, unicamente, ao bloco capitalista.

Esses acontecimentos estão denominados, na literatura corrente, como o processo de internacionalização da produção²¹.

Apesar do sentimento nativista estar em alta, ao passo que se nacionalizavam territórios, o Estado-Nação, diferentemente da aparência, cedia espaço e importância para multinacionais²². Isto era determinado pelo fato de os fluxos comerciais e, secundariamente, os financeiros passaram a ser determinados, em grande medida, numa relação intra-firma.

O Brasil e a Internacionalização Produtiva.

Esse repensar das teorias atingiu em cheio os economistas latino-americanos e, especialmente, os brasileiros. Bielschowsky apresenta os seguintes comentários a esse respeito:

"A tradição da ideologia econômica brasileira, desde o início do século XIX até anos 30, foi liberal, como é consenso entre os historiadores. A crise internacional e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram solaparam a base real de sua sustentação. Nasceram, a partir daí, diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar, ela mesma, por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade."
(Bielschowsky, 1988, p. 43)

Além de assinalar a crise das interpretações dos neoclássicos, o autor refere-se à gênese de outras concepções a respeito do desenvolvimento brasileiro. Dentre essas novas concepções, destaca-se o pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)²³.

²¹ Ver nesse sentido Michalet (1983), Benakouche (1980), Müller (1987), entre outros. O novo paradigma que emergiu após a grande depressão de 1929 denomina-se Keyensianismo e teve como líder o economista inglês John Maynard Keynes. Sua obra mais importante é *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* publicada em 1936. Keynes (1988).

²² Multinacionais ou transnacionais como precisam alguns autores. Aqui não trataremos dessa polêmica. Ver nesse sentido Michalet (1983), Geraldo Müller (1987), dentre outros.

²³ A Cepal, entidade da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada nos anos 40 com o propósito de realizar estudos e sugerir alternativas que viabilizassem a superação do atraso econômico da região. Sob a direção do argentino Raul Prebisch, a Cepal elaborou seus primeiros estudos de impactos, como "*O desenvolvimento da América Latina e alguns dos seus problemas principais*" e "*Estudo Econômico da América Latina*" de 1949. A idéia fundamental desses documentos era o sistema Centro-Periferia, um conceito destinado a explicar a estrutura da economia mundial e as razões dinâmicas do subdesenvolvimento. Pelo mecanismo da deterioração dos termos de troca dizia-se que as periferias

A Comissão desenvolveu um pensamento peculiar, quando afirmava que o capitalismo, deixado a sua própria sorte, não resultaria obrigatoriamente em desenvolvimento. As conseqüências do capitalismo também assumiriam a forma de subdesenvolvimento. Ou seja, o atraso econômico e social, verificado na América Latina, não era decorrente exclusivamente da falta de capitalismo na periferia econômica. Esse acontecimento registrava-se em decorrência da divisão internacional do trabalho. Dito de outra forma, da própria dinâmica capitalista.

Percebemos um descontentamento com as teses liberais de desenvolvimento. Desse modo, em busca do desenvolvimento, caberia uma ação mais ostensiva do Estado nas esferas produtivas, no intuito de promover a industrialização brasileira e, por conseguinte, o desenvolvimento nacional²⁴.

Entretanto, para esse pensamento ganhar terreno no Brasil, seria necessário um rearranjo com as classes dominantes de então, as oligarquias exportadoras. O período Vargas foi o responsável por estabelecer uma nova hegemonia na sociedade brasileira, o que representou, simultaneamente, uma ruptura e uma continuidade com a estrutura dominante pré-30. O sucesso dessa empreitada pode ser explicada a partir da acomodação dos interesses oligarcas exportadores com a dinâmica do novo período. Segundo Bresser Pereira (1996), essa composição foi possível porque a elite oligarca brasileira guardava diferenças com a parte mais ortodoxa do (neo)liberalismo burguês²⁵.

Os pontos que Bresser Pereira destaca não deixam de ser verdadeiros. Porém, com isso, não podemos concluir que havia diferenciação completa entre os (neo)liberais

repassavam aos centros parte dos seus ganhos de progresso técnico. Concluiu-se que as estruturas econômicas reservavam às periferias um crescente desequilíbrio em várias frentes: desemprego, intercâmbio comercial e uma verdadeira tendência ao subdesenvolvimento. Como solução a todos esses problemas, a Cepal recomendava o processo de industrialização das economias latino-americanas, capitaneado pela marcante presença do Estado.

²⁴ A Cepal desenvolveu vários estudos sobre a deterioração dos termos de troca entre os países sul-americanos e as potências centrais do capitalismo. Argumentavam que, a medida que o tempo passava, diminuía a demanda por produtos primários, ao passo que aumentava a demanda de produtos industrializados. Esse movimento refletia-se no preço dos produtos, o que ocasionava, cada vez mais, uma necessidade de mais produtos primários para fazer face aos produtos industrializados. Dessa forma, a América Latina estava condenada a um permanente atraso e subdesenvolvimento, caso mantivesse a mesma estrutura produtiva.

²⁵ Aqui parece haver uma confusão entre períodos, quando tenta-se comparar a fase agro-exportadora com o neoliberalismo. Mas é o próprio Bresser Pereira que traça uma linha de identidade entre a fase liberal pré-30 e as propostas neoliberais que (re)surgem a partir dos anos setenta. Sendo assim, a comparação que efetuamos não incorre nem numa confusão de períodos nem numa infidelidade com o pensamento do autor citado.

e a oligarquia brasileira. Vamos encontrar diversos traços de identidade, como por exemplo, a posição racista que tentava criar a ideologia do homem branco brasileiro e a inferioridade do índio e, sobretudo, do negro.

O comportamento daquela elite denota um faro capitalista. Desde quando seus interesses foram preservados, aceitaram a nova conformação hegemônica do Brasil pós-30²⁶.

No Brasil, aquele período ficou conhecido como "estatal-desenvolvimentista" ou "ciclo urbano industrial". Apresentou como principal característica o processo de industrialização do Brasil, com o Estado assumindo crescentemente funções produtivas. A participação na internacionalização produtiva representou alteração na postura do país na divisão internacional do trabalho. Como resultado, o Brasil deixou a condição exclusiva de exportador de produtos primários e matérias primas, passando a industrializar-se. Essa transformação alterou as funções e diversos aspectos do cotidiano nacional²⁷.

Seguindo aquele posicionamento, a industrialização brasileira adotou uma estratégia de substituição de importações²⁸. Paulatinamente, o Brasil começava a produzir bens que, anteriormente, eram adquiridos pela importação. Esse processo iniciou-se com produtos de bens de consumo leves, passando pelos bens de capital, até chegar aos bens intermediários. Coube ao Estado criar as condições para a

²⁶ Essa aceitação não se dá sem conflitos, haja visto a Revolução de 1930, o Movimento Constitucionalista de 1932, a Constituinte de 1934 e a instauração do Estado Novo em 1937. Todavia, à medida que os interesses das antigas elites eram preservados, diminuía as resistências e aproximava-se a adesão.

²⁷ A partir de então acentuava-se o processo de mudança setorial da população economicamente ativa (PEA) do Brasil. Paulatinamente, a maior parte da população deixava de empregar-se nas atividades primárias e passava a empregar-se nas atividades industriais e de serviços, conforme tabela abaixo da participação da população rural e urbana na PEA.

	1950	1960	1970	1980	1990
Rural	60	53	44	30	25
Urbana	40	47	56	70	75

Fonte: Conjuntura Econômica. Citado por Cardoso, 1997, p. 38.

²⁸ A industrialização brasileira durante a colônia era proibida pelo governo português. Após a Independência, continuou a proibição para não haver concorrência com os produtos ingleses. Contudo, com o alargamento do incipiente mercado interno, as experiências industrializantes ganhavam corpo no Brasil, preponderantemente, a indústria de bens de consumo leves (têxtil, bebidas, etc.). A partir dos constantes problemas cambiais, que dificultavam as importações, e o estabelecimento do mercado interno, a produção industrial, lentamente ia-se endogeneizando.

industrialização brasileira, seja com políticas monetárias e creditícias, mas sobretudo, com a intervenção produtiva.

Nesta fase, o Estado não teve apenas um papel secundário, mas transformou-se no carro chefe da acumulação capitalista no Brasil, chamando para si as responsabilidades dos investimentos produtivos, dos riscos, da atuação em áreas de pouca rentabilidade e de longa maturação.

Esse tipo de intervenção estatal no processo produtivo foi denominada, por Xavier (1993), de superação negativa da crise. Apesar da solução encontrada conseguir contornar a crise dos anos trinta, alcançava seu intento graças a um esquema que levava à diminuição dos custos de produção, não pela revolução técnica, mas sim através da intervenção estatal deficitária, arrocho salarial e social-extermínio dos trabalhadores. Os ajustes que elevavam a rentabilidade dos capitais imobilizados produtivamente, contudo, sacrificavam a reconstrução expansiva dos mercados por dificultar o consumo produtivo do Estado, bem como do trabalhador.

Para Xavier, quando o Estado é chamado a assumir as responsabilidades de investidor produtivo, dada a incapacidade e renúncia da iniciativa privada, demonstra a situação senil do capitalismo, visto que não consegue ampliar-se por obra e graça dos investimentos capitalistas. Esta será uma especificidade no processo de acumulação das economias subdesenvolvidas industrialmente, principalmente as latino-americanas, tendo como conseqüência a possibilidade dessas economias conviverem constantemente em ambientes de crise, devido à incapacidade de manutenção do seu esquema de sustentação.

Contudo, o estatal-desenvolvimentismo não significou apenas uma composição entre os interesses oligarcas e industrializantes. Além dessa interação nas frações dominantes, aconteceu a composição entre os desenvolvimentistas e parcelas consideráveis dos trabalhadores, dando face a uma característica importante do período: o populismo²⁹. A relação com os trabalhadores ocorria em decorrência de dois

²⁹ Movimento político que enfatiza a relação direta entre a cúpula do Estado e as massas populares, mediada pelo desempenho de um líder carismático. Apresenta em geral uma ideologia difusa, sem espírito de classe manifesto. Sua valorização popular pode ser espontânea ou um recurso manipulado por ideologias de direita ou de esquerda. (Sandroni, 1985)

propósitos: primeiro, o apoio da massa de trabalhadores favorecia a burguesia modernizante no seu embate com os setores oligarcas; segundo, visava neutralizar uma propagação das teses comunistas no seio dos trabalhadores³⁰.

Com o golpe militar de 1964, a proposta desenvolvimentista adquiria novos contornos e novos signatários. Saem de cena, à custa da repressão, exílio e morte, as organizações dos trabalhadores e as teses do nacionalismo. A burguesia liberal e aristocrática, militares e o capitalismo internacional deram o tom na administração política do Brasil. Apesar dessas mudanças, o Estado continua como carro chefe do processo de acumulação brasileiro³¹.

Do ponto de vista das formulações teóricas sobre desenvolvimento das nações, verificamos, até então, uma sincronia entre as opções aplicadas no Brasil com as teses advogadas para os países centrais do capitalismo. Quando a teoria liberal foi hegemônica no centro capitalista, também era utilizada por aqui. Quando o keynesianismo assumiu a condição de paradigma dominante, advogando uma presença marcante do Estado nos circuitos produtivos, aconteceu o mesmo na América Latina e no Brasil. Claro que não houvera uma transposição "ipsis litteris". Mas aconteceram modificações e adaptações das propostas e das práticas políticas de uma forma geral.

No final dos anos 60, nos países centrais, os ganhos de produtividade começam a declinar, gerando uma crise que nem mesmo o aparato fordista de regulação conseguiu deter. De virtuoso, o círculo passa a vicioso, desencadeando uma erosão no sistema de acumulação do pós-guerra, ou o fim dos anos de ouro.

Essa passagem de um círculo a outro poderia ser assim representada: com a queda dos ganhos de produtividade, as empresas não conseguem bancar a elevação real

³⁰ Mesmo a relação com os comunistas foi facilitada pós Segunda Guerra Mundial, devido a orientação do Partido Comunista (III Internacional Comunista) indicar a necessidade de composição com os "setores progressistas" da burguesia nacional, como forma de isolar e combater o imperialismo e o latifúndio. A parcela majoritária dos comunistas advogavam a tese de alcançar a revolução socialista por etapas, primeiro uma revolução liberal, afirmado a soberania nacional, numa segunda etapa a revolução socialista. Tudo isso formava uma simbiose entre os interesses da burguesia industrializante e dos comunistas. O resultado foi uma ação autoritária e paternalista do Estado para com os movimentos dos trabalhadores.

³¹ Outro fato importante do período foi a opção dos golpistas em aliar-se com a política dos EUA. A partir de então, chegava ao fim uma certa independência ou ambigüidade do país, no sentido de decidir aliar-se a um dos lados da Guerra Fria.

dos salários, não conseguindo contornar, como antes, os conflitos com os sindicatos. Com a ausência de salários reais maiores, o setor de bens de consumo perde o seu dinamismo, que, por sua vez, ocasiona diminuição na demanda de bens de capital. Ainda nesse momento, verifica-se no balanço das empresas lucros nominais que irão impulsionar preços e salários.

No meado dos anos setenta ocorre uma diminuição da liquidez, elevando os juros e, “por tabela”, o endividamento das empresas, o que resulta numa crise na capacidade de investimentos. Completando o quadro, todos os ingredientes acima citados tomam o ambiente inflacionário. As empresas reagem demitindo; em conseqüência, ampliam-se os gastos do Estado-providência. Para fazer face às novas despesas, os Estados majoram os impostos, elevando ainda mais os custos das empresas e, finalizando, observa-se a desaceleração da acumulação capitalista.

Busca de novo padrão de acumulação

A tentativa de conter a desaceleração da acumulação capitalista levava a alterações no padrão de acumulação. Mas, assim como os acontecimentos dos anos trinta impuseram determinadas condições para a dinamização da acumulação, nos anos setenta não seria diferente. As formulações sobre os novos rumos da valorização do capital tinham, necessariamente, de levar em conta e tentar responder, pelo menos, algumas condições que ficaram, de antemão, estabelecidas:

- Exigia-se uma combinação da demanda e da oferta³²;
- uma nova base de sustentação, já que a lógica consumista, baseada no acesso de amplas parcelas da população, estava esgotada do ponto de vista capitalista;
- uma gestão diferenciada para o processo produtivo, pois o fordismo apresentava limites e já havia consolidado uma base técnica que permitia avanços por um lado e necessitava ser superada;
- conter a espiral inflacionária;

³² Desprezava-se a concepção de que a oferta garante a demanda, como também, deixa-se de lado a idéia de que a garantia da demanda, por si só, efetivaria a realização das mercadorias. Contudo, estabelecia-se que, se esses aspectos não podem ser considerados isoladamente, de maneira alguma eles podem ser descartados.

- e, por fim, conter os gastos estatais.

Enquanto os países centrais entravam em crise, o Brasil a partir de 1964, financiando-se com o excesso de liquidez no mercado mundial, experimentava o seu *boom* de crescimento, que ficou conhecido como milagre brasileiro. Nos anos setenta, a crise capitalista assume cores mais fortes, devido ao primeiro e segundo choques do petróleo. O Brasil optou por acelerar seu processo de substituição de importações, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que visava completar a estrutura industrial brasileira, principalmente no tocante aos bens intermediários³³. No Brasil e na América Latina permaneciam a lógica da acumulação baseada no Estado, ao passo que na Europa e nos Estados Unidos, decorrente das dificuldades da acumulação capitalista nos patamares anteriores, ganhava corpo uma férrenha crítica às políticas de inspiração keynesiana.

Diante desse quadro econômico, o país experimentou importantes transformações políticas e sociais. A situação econômica, apesar do crescimento do produto, impunha mais sacrifícios aos trabalhadores. Como síntese do ciclo urbano-industrial no Brasil, podemos afirmar que o resultado desse período foi significativo para o país. A economia brasileira superava sua condição marginal e tornava-se uma das dez principais economias capitalistas, alcançando uma taxa média de crescimento em torno dos 7% ao ano, constituindo um parque produtivo complexo, interligado e diversificado.

Esse crescimento apresentou-se de forma bastante desigual para a população brasileira. Houve uma concentração de renda e de riqueza em torno de uma minoria, enquanto a maioria da população era marginalizada na apropriação dos frutos do trabalho social³⁴. Apesar de incorporar amplas parcelas da população no processo produtivo, essa participação acontecia às custas de uma baixa remuneração, o que

³³ Alguns autores argumentam que essa escolha nos anos setenta seria a principal causa do endividamento do Estado e, por conseguinte, um dos pontos explicativos para a falência do Estado nos anos oitenta. João Paulo Reis Velloso, Ministro do Planejamento no período 1969/1979, discorda dessas posições, salientando a necessidade daquele esforço para completar a estrutura industrial do país, superando assim, vários gargalos econômicos e conseguindo autonomia na produção de insumos industriais importantes.

³⁴ As condições de vida do ponto de vista absoluto melhoraram. Há, contudo, uma piora relativa na qualidade de vida da maioria da população brasileira. Os ricos apropriam-se, bem mais do que os pobres, dos frutos desse processo.

dificultava as condições de sobrevivência dos não-proprietários de bens de produção. Com isso, tínhamos um desenvolvimento cada vez mais excludente.

A partir de 1975, os trabalhadores reiniciam o processo de organização e pressão por melhores condições de vida³⁵. Lentamente o país ia-se democratizando³⁶. Em 1988, acontece a Assembleia Nacional Constituinte e, em 1989, a primeira eleição direta para Presidente da República, desde o golpe militar de 1964. À Assembleia Constituinte coube organizar a legislação que desse conta de um novo acordo entre os diversos interesses, como também assentar as bases jurídicas em que se processaria a acumulação capitalista nos próximos anos. Quanto à eleição direta para presidente da República, primeira após 28 anos, estava em jogo, além da condução do Estado, o projeto de desenvolvimento que governaria o país no início da década de noventa.

Quanto à sincronia da acumulação capitalista nos países centrais e no Brasil, chegamos em 1980 com uma situação bem distinta. O Brasil, estava alcançando seu pico produtivo, mantendo o seu esquema de acumulação oriundo de 1930, e as potências capitalistas, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, após mais de dez anos de crise, iniciavam um novo processo de acumulação com base em propostas neoliberais: privatizações, diminuição de impostos, forte controle dos gastos estatais e diminuição das garantias sociais (seguro desemprego, aposentadoria, gastos com saúde e educação).

Contudo, ainda em 1979, os EUA promovem uma abrupta elevação dos juros, o que ocasiona mudanças no mercado financeiro internacional. Em 1982, cessam os empréstimos para os países latino-americanos e os juros, inclusive os dos empréstimos passados, são vertiginosamente elevados pelos credores. Sem os financiamentos externos e com a obrigação de pagar seus passivos internacionais, o Estado ficava impossibilitado de sustentar o esquema de acumulação vigente.

³⁵ A resistência a ditadura Militar foi intensa, desembocando em luta armada. Contudo, desde a edição do Ato Constitucional 5, as mobilizações de massa foram expressamente proibidas e duramente reprimidas. Das mobilizações iniciadas por volta de 1975 foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1985.

³⁶ Em 1979 acontece uma reforma que extingue o bi-partidarismo. Em 1982, são realizadas eleições diretas para Governador dos Estados, que estavam proibidas desde o golpe militar. Em 1985, acontecem eleições diretas para as capitais e cidades consideradas áreas de Segurança Nacional e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na clandestinidade desde 1946, e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Na primeira metade dos anos oitenta, o governo tratou o problema de forma bem tradicional. Ortodoxamente, conduziu o país para uma grande recessão e tentou chamar para si os efeitos da crise, assumindo as dívidas externas do setor privado, no intuito de que esses ocupassem a posição de novos condutores da economia brasileira. Contudo, a crise era bem mais profunda do que se pensava. Significava uma transição no processo de acumulação capitalista no Brasil.

Com a escassez dos financiamentos externos, o governo passa a endividar-se internamente³⁷, o que foi comprometendo, cada vez mais, a capacidade de investimento e de ação do Estado. Paralelo a esse endividamento e alimentado por ele, a inflação assume um comportamento ascendente, o que veio complicar ainda mais a situação macroeconômica do país.

A partir da segunda metade dos anos oitenta, quando da posse do governo civil³⁸, a inflação vai assumindo, cada vez mais, uma magnitude estratosférica. A atuação do governo vai resumindo-se a planos de estabilização de orientação heterodoxa, que não conseguem alcançar seus objetivos, tendo a inflação continuado sua trajetória ascendente, chegando à casa dos 80% mensais, no primeiro trimestre de 1990.

Apesar dos sucessos alcançados e dos feitos conseguidos, aquele ciclo de desenvolvimento brasileiro, a partir dos anos oitenta, conhecia o seu esgotamento. No próximo capítulo, discutiremos as causas desse esgotamento e as propostas de superação desses obstáculos apresentadas no debate político nacional. É o esforço de formulação da orientação geral da política econômica. O momento de definição dos rumos da gestão governamental da economia que delineou o cenário dos anos noventa.

As questões abertas pela crise dos anos oitenta, que é filha do estatal-desenvolvimentismo, constituir-se-ão no palco das disputas do anos noventa e da vitória das teses neoliberais/ Consenso de Washington.

³⁷ Os capitalistas instalados no país passam, cada vez mais, a investir seus capitais nos papéis do governo, por serem mais lucrativos e seguros do qualquer investimento produtivo.

³⁸ O processo de mobilização social desenvolveu uma intensa campanha por eleições diretas. A proposta foi votada e derrotada pelo Congresso Nacional. Em decorrência daquele movimento, formou-se uma coalizão com a oposição (a exceção do Partido dos Trabalhadores - PT) e setores dissidentes da situação, que apresentou a chapa Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente) ao Colégio Eleitoral, a qual sagrou-se vencedora.

CAPÍTULO II

O Consenso de Washington: a opção brasileira de desenvolvimento nos anos 90

Neste capítulo abordamos o esgotamento do ciclo de desenvolvimento e a opção de desenvolvimento adotada pelos governos brasileiros nos anos noventa. Para isso, elegemos quatro pontos: o processo inflacionário; algumas interpretações sobre as crises dos anos oitenta; as mudanças no contexto da acumulação mundial e as relações entre o Brasil e o Consenso de Washington.

Estes pontos estão intimamente ligados à crise e às novas políticas. O processo inflacionário constituiu-se na evidência mais forte das crises e seu controle era apontado como condição *sine qua non* para superação da crise. Quando optamos em relatar algumas análises sobre a dinâmica dos anos oitenta, objetivamos demonstrar algumas opções de política econômica que constavam no leque de opções do governo brasileiro. Como o Brasil não estava desconectado da dinâmica capitalista mundial, passaremos em revista aos principais pontos dessa dinâmica, tentando estabelecer as devidas ligações entre a situação brasileira e mundial, identificando obstáculos e oportunidades. Por fim, explanaremos sobre o Consenso de Washington: a base das políticas econômicas aplicadas nos anos noventa.

O sinal mais forte e característico da crise dos anos 80 foi traduzido nos altos índices de inflação. No último mês do governo Sarney, fevereiro/1990, a inflação registrou 84%. Os diversos fracassos acumulados na tentativa de controlar tais índices, denotavam a gravidade do problema. A opção brasileira por um dos caminhos para substituir o modelo que se esgotava passava em muito pelo entendimento do processo inflacionário.

Um acirrado debate entre monetaristas e estruturalistas dominou a cena econômica, principalmente no tocante às políticas de controle da inflação, ao longo da década de oitenta. Durante o governo Figueiredo (1979 – 1985), a política econômica aplicada no Brasil seguiu os preceitos dos monetaristas. No governo da Nova República (1985 – 1989), o país experimentou políticas de cunho estruturalista, quando da vigência dos Planos Cruzado, Bresser e Verão.

A compreensão da corrente monetarista sobre o sistema econômico advoga um equilíbrio entre oferta (nível de produção física) e demanda (velocidade renda da moeda) na economia. Dessa forma, a moeda (estoque de moeda) seria um intermediário das transações. A partir dessa equação, a teoria monetarista aponta as causas do processo inflacionário.

"Segundo os monetaristas, o índice de preços depende do nível de produção física, da velocidade-renda da moeda e do estoque nominal de moeda. Como os dois primeiros (oferta e demanda) mudam de forma estável no mercado livre, os movimentos do índice geral de preços refletiriam unicamente os movimentos do estoque de moeda, determinados pela política econômica"(Sandroni, 1985, p. 208)

Logo, a inflação seria um sintoma de desequilíbrio, de que algo não estaria funcionando bem. A causa desse mau funcionamento seria uma interferência (indevida) no livre curso do mercado, geralmente provocado por intervenção do Estado.

Para os monetaristas, o sistema econômico funcionaria de acordo com as proposições de Say, ou seja, toda oferta criando sua demanda e a moeda agindo como um intermediário das transações. A solução monetarista para resolver o problema da inflação seria uma adequação da quantidade de moeda em circulação na economia, pois as outras variáveis, em decorrência daquela providência, ajustar-se-iam caminhando para um novo ponto de equilíbrio.

A principal decorrência dessa formulação é apontar o governo como principal responsável pela inflação. Pois, caso o governo fosse um guardião competente da moeda, insensível a apelos politíqueiros e eleitoreiros, regularia adequadamente a quantidade de moeda na economia e não teríamos inflação.

"Os planos de gastos do governo, excessivos em relação à capacidade de tributação e endividamento do Tesouro Nacional, devidos a créditos subsidiados, ou uma política econômica incompetente (por exemplo, taxas de juros abaixo do nível de equilíbrio), fariam com que se expandissem os meios de pagamentos para coibir esses gastos. Como não haveria aumentos equivalentes no produto real ou na velocidade com que a moeda circula, os preços subiriam.

O combate à inflação deveria respeitar a "espontaneidade" do mercado (aumentando o desemprego se necessário) para procurar reverter as expectativas inflacionárias. Seria necessário emitir títulos, aumentar os impostos e, sobretudo, neutralizar a ação dos mecanismos de reajustes, espontâneos ou não, de preços, salários, câmbio e taxa de juros" (Sandroni, 1985, p. 209).

Outra leitura sobre as causas e soluções do processo inflacionário foi elaborada pelos estruturalistas. Vejamos:

"Os estruturalistas lembram o impacto inflacionário do aumento de salários, do custo de certos insumos, da indexação dos preços de certos produtos ao custo de produção, da estagnação da produtividade de bens de consumo etc. Para combater a inflação, o governo deveria intervir diretamente nos reajustes de preços, salários, câmbio e juros, para eliminar o poder de barganha dos agentes econômicos-sociais 'inflacionantes' (por exemplo, as grandes empresas e os sindicatos)." (Sandroni, 1985, p. 208)

Apesar de caminhos distintos, os dois grupos debitam ao governo a responsabilidade pela manutenção ou estancamento do processo inflacionário e têm como norte uma estabilização da economia.

Durante os anos oitenta e início dos noventa, de maneira geral, a inflação foi apresentada como causa dos baixos salários, da falta de investimentos, da ausência de equidade social e do agravamento da concentração de renda. Criou-se uma ilusão de que, caso a inflação fosse contida, os salários melhorariam, os investimentos seriam retomados e o país experimentaria uma distribuição de renda mais equitativa. Acima de tudo, a inflação foi colocada na condição de inimigo número um do povo brasileiro: era tida como um mal tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores. Logo, o principal objetivo das políticas econômicas, a serem adotadas nos anos noventa, seriam as medidas de combates a elevação dos preços.

É importante salientar que essa posição foi assumida por diferentes matizes, seja de direita ou de esquerda. E, em decorrência disto, construiu-se um coro em torno do fim da inflação e da necessidade de um processo de estabilização para a economia brasileira. Ouriques (1997), analisando o Plano Real, faz os seguintes comentários a respeito daquele consenso que se projeta até os dias de hoje.

“Parte deste verdadeiro encanto pela estabilização é compreensível: as altas taxas de inflação que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo no país nos últimos anos, produziram um certo esgotamento, tanto na maioria como nas classes dominantes, fazendo com que todos curvem-se diante da necessidade de controlar outros aspectos, igualmente importantes, como as coincidências político-ideológicas e também teóricas, que edificam o consenso entre posições que pareciam antagônicas até bem pouco tempo.” (Ouriques, 1997, p. 125)

O consenso entre antigos rivais (monetaristas x estruturalistas), no tocante a inflação e desenvolvimento, ocorre em virtude da falência das políticas keynesianas, bem como da preponderância ideológica das posições neoliberais no início dos anos noventa, às quais ambos aderem em maior ou menor grau.

Há também uma outra análise a respeito do processo inflacionário. Uma explicação que aponta a inflação como resultado do conflito distributivo entre lucro e salário, da falta de um Estado forte e da incapacidade de conversão da moeda nacional em moeda estrangeira. Note-se que aqui o processo inflacionário não é culpa do “elefante na sala de cristais”³⁹. Pelo contrário, a solução do problema passa por um Estado necessariamente forte.

Segundo João Sayad (1997), há uma diferença entre estabilidade econômica e estabilidade monetária. Para o autor, não há possibilidade de estabilidade econômica numa sociedade capitalista,

“a estabilidade macroeconômica - nível geral de preços estáveis, desemprego natural e taxa de crescimento estável - é um resultado pouco provável das economias capitalistas em geral e das economias subdesenvolvidas ou dependentes como a brasileira, em especial.” (Sayad, 1997, pág. 73)

A estabilidade seria um constructo dos modelos neoclássicos, que pensam ser possível conseguir o equilíbrio em todos os mercados, com a soma do excesso de demanda e oferta igual a zero e taxa de crescimento do estoque de capital igual à taxa de crescimento da população economicamente ativa. Neste caso não há inflação, a menos que as

³⁹ Alusão a uma campanha publicitária pró idéias liberais, veiculada durante o governo Collor, que caracteriza as ações governamentais a semelhança do elefante e de seus movimentos.

autoridades econômicas insistam em perturbar o equilíbrio alcançado (Sayad, 1997).

Isso porque, numa sociedade capitalista, os conflitos distributivos entre salários e lucros estariam sempre presentes e a estabilidade só seria possível se houvesse uma igualdade entre lucro e salário. Contudo, lucro e salário são opositivos, e, mesmo numa situação de crescimento econômico, as taxas de elevação do salário e do lucro serão diferenciadas⁴⁰. Dessa forma, a estabilidade seria inatingível e, ao mesmo tempo, algo precário por mascarar insuficientemente aquele conflito.

Daí uma das razões da insistência dos neoclássicos em perseguir uma estabilidade: para tentar encobrir o conflito entre lucros e salários na sociedade. E, dando lógica ao seu constructo, eles advogam um Estado Mínimo como forma de estabelecer uma estabilidade. A tese do Estado Mínimo não passa de um argumento ideológico para encobrir uma verdadeira utilização do Estado em proveito de certos interesses. Adiante nos deteremos um pouco mais nesta questão

Vejamos que as questões ideológicas incorporadas à linguagem aparece com força. Esse termo é engendrado com uma função estratégica, lançando mão do ideológico para influir no psicológico e, conseqüentemente, nas ações de pessoas e grupos. O que reclamar de uma dada organização econômica se ela está estável?

No sentido proposto por Sayad, concluímos que a política econômica brasileira, tendo como objetivo primeiro a busca da estabilidade econômica, não passaria de uma quimera e de uma tentativa de acalmar o conflito distributivo da economia brasileira com vantagem para um dos lados.

Porém, Sayad confirma a possibilidade de uma estabilidade monetária que, segundo ele, é conceituada pelos neoclássicos como ilusão monetária, pelos marxistas de fetiche da moeda e por Keynes de pleno emprego. Ele adianta as condições para a sua existência,

"Para existir estabilidade será necessário uma ilusão

⁴⁰ Numa situação de crescimento pode ocorrer crescimento simultâneo do salário e do lucro, mesmo que a taxas de crescimento diferenciada. Sendo assim, as políticas econômicas (ortodoxas e heterodoxas) sempre prometem uma melhoria das condições de vida, jogando para um futuro qualquer uma participação dos trabalhadores nos estoques de renda e riqueza da nação.

monetária. A moeda deveria assumir a representação da riqueza na sociedade (...)

A estabilidade monetária depende da extensão e força da ilusão monetária, na linguagem dos modelos neoclássicos. Se não existir nenhuma ilusão monetária, ou se a percepção dos trabalhadores e capitalistas for aguda e rápida para desvendar imediatamente o valor real dos preços e salários, agora e no futuro, a moeda perde suas funções relevantes, torna-se simples meio de troca e precisa ser 'socada como peça de roupa numa mala abarrotada para fazer parte do modelo neoclássico' (Sayad, 1997, p. 73)

Segundo Sayad a ilusão, o fetichismo ou a soberania da moeda podem ser atribuídos a conversibilidade da moeda em ouro, em moeda estrangeira ou ao poder soberano do Estado. Ele conclui que, para existir moeda forte, é preciso ter:

- Estado eficaz, capaz de impor leis, fazer com que sejam cumpridas e que tenha o monopólio da violência;
- Salários fixados nominalmente em termos dessa moeda;
- Possibilidade de conversão da moeda nacional, por regras estáveis, em outra moeda.

Dessa forma, Sayad aponta a dinâmica da inflação brasileira:

"A inflação brasileira no período 1974-94 apresentou sempre taxas crescentes, tendo sido interrompida por curtos períodos de tempo durante os planos de estabilização. Esta aceleração era devida: às dúvidas sobre a eficácia do Estado democrático (no sentido de Estado com parlamento funcionando e rodízio no poder), numa economia que apresentou rápidas taxas de crescimento; elevado grau de urbanização e aparecimento de novos e eficazes grupos políticos com demandas fortes de mais participação na renda (o contingente eleitoral atinge valores maiores do que 90% da população com idade superior a 16 anos); e à crise da dívida externa de 1982, que interrompe 18 anos de regras estáveis de conversibilidade da moeda nacional na moeda estrangeira e causa instabilidade na taxa cambial. (Sayad, 1997, p.78)

Para Sayad, no período de 1964/74, os trabalhadores eram levados a comportar-se como se tivessem ilusão monetária, devido ao período ditatorial que impôs uma política salarial que corrigia imperfeitamente os salários. Associado a isso, esse período coincide com um momento de excesso de liquidez no mercado internacional, ou seja, possibilidade de financiamento da economia brasileira, bem como a alternativa de conversão da moeda

nacional em moeda estrangeira.

A partir do momento que essas condições deixam de existir, o processo inflacionário aquece, pois o conflito distributivo retoma sua força. Daí decorre a grande questão para as economias capitalistas emergentes. Para conseguirem moeda forte há necessidade de criar formas de alcançar a ilusão monetária. Um dessas formas seria através da majoração dos salários reais. Outra seria através de regras claras e duradouras de conversão da moeda nacional em moeda estrangeira forte e, por fim, a existência de um governo forte.

Mas, aumentar salários reais significa diminuição de lucros, perdas imediatas para os detentores de renda e riqueza. Dessa forma, as elites tentam contornar o conflito distributivo impedindo ou dificultando a organização dos trabalhadores, para que eles não reclamem e os lucros continuem ganhando dos salários na contenda característica do modo de produção capitalista. Ou seja, tentam fazer com que os trabalhadores tenham uma ilusão monetária e uma expectativa positiva do futuro, para isso usam a propaganda, a persuasão, a justiça e a repressão.

Em meio ao debate sobre o processo inflacionário o Brasil adentrava a década de noventa no centro de um turbilhão de problemas. Podemos afirmar que, de certa maneira, há um consenso entre os mais distintos autores, a respeito do decréscimo nos níveis econômicos e nos indicadores sociais da América Latina, durante a década de oitenta. Entretanto, as causas desses decréscimos, que caracterizaram esta década como a "década perdida", são creditadas a diferentes fatores nas análises elaboradas sobre o tema. Por conseguinte, surgiram diferentes propostas de superação da chamada crise dos anos 80. Vejamos algumas delas.

Para Xavier (1993), a equação chegara ao seu limite nos anos oitenta, por três motivos relevantes: o Estado (sujeito responsável pelas reconversões produtivas e por boa parte da demanda) foi espoliado de tal forma que chegara a uma situação de completa incapacidade de garantir a continuidade da acumulação nas mesmas bases; a força de trabalho (responsável por outra parte da demanda) foi conduzida a um social-extermínio, não tendo condições de garantir a expansão dos mercados; e, por fim, a iniciativa privada,

buscando a lucratividade dos seus capitais, direcionava seus ativos para as inversões parasitárias (especulação financeira) dentro ou fora do país.

Segundo o autor, essas economias estão fadadas a conviverem com ambientes de regressão e crise cada vez mais freqüentes. A retomada do crescimento não viria sem reinvestimentos produtivos que dinamizassem e elevassem a produtividade e a demanda. Mas aqui é que se encontra o grande obstáculo para essas economias. Os reinvestimentos produtivos não acontecem na medida e tamanho necessários a conduzir a economia a um estágio de reanimação, prosperidade e auge do ciclo econômico.

Pelo contrário, os proprietários de capitais direcionam seus ativos à especulação financeira, onde tinham retorno maior, mais rápido e seguro. A situação complica-se quando o Estado não tem as condições de outrora para investir nas esferas produtivas.

“O retorno às evidências numéricas permite ilustrar as singularidades formais da conjuntura de reanimação econômica que, na economia subdesenvolvida, mostrou ser apenas ‘ensaio’ de reanimação. Isso porque falta aqui a reconversão produtiva das riquezas acumuladas, de um lado, das riquezas privado-capitalistas, de outro, na conjuntura específica dos anos oitenta aqui analisada, das estatal-capitalistas, numa tal dimensão que a reanimação viesse a ser alavancada à prosperidade e auge econômicos. Sob tal carência, a conjuntura de reanimação é rapidamente ‘sufocada’. Tal é, na verdade, a marca mais característica do ciclo de conjuntura da economia subdesenvolvida: a reanimação, mais que ser alavancada à prosperidade, bem como ao desenvolvimento, é estrangulada, regredida à própria crise” (Xavier, 1993, p. 87)

Sendo assim, o mais provável seria uma contínua desindustrialização e o aumento da barbárie contra os trabalhadores. Um novo ciclo de desenvolvimento, ou uma superação positiva da crise, só se daria além dos marcos capitalistas, conclui o autor.

A análise de Xavier levanta várias frentes de discussão. O papel da burguesia latino-americana no desenvolvimento da região que, segundo ele, seria inexistente; a específica atuação do Estado por essa parte do globo e a afirmação de que as principais variáveis do

desenvolvimento são as inversões produtivas e a expansão horizontal⁴¹ da economia. Revela também, como solução, uma alternativa de longo prazo, desde quando a transformação da América Latina e do Brasil, especificamente, numa sociedade socialista não se encontra na ordem do dia⁴².

Esta é uma análise que, por mais que seja plausível e consiga explicar vários fenômenos que vêm acontecendo na região, neutraliza seus defensores no debate da conjuntura de curto e médio prazos nas questões relativas às ações necessárias para implementar o desenvolvimento. Porém, esboça um quadro de variáveis bastante interessantes para futuras avaliações sobre o desempenho da economia da região, ou seja, do nível de reconversão produtiva, principalmente do setor privado, e a capacidade de expansão horizontal das economias latino-americanas.

Outra análise desse momento é a de Fajnzylber (1990), em "*Sobre La Impostergable Transformación Productiva de América Latina*", que considera a falta de incremento de progresso técnico no sistema produtivo latino-americano, principalmente nos produtos que compõem a pauta de exportações, como uma das principais causas da crise. Além dela, aponta a excessiva desigualdade dos níveis de renda que, por sua vez, exerce um papel importante na configuração do sistema produtivo e, por conseguinte, na capacidade de absorção e geração do progresso técnico.

Esse conjunto de considerações vão ao encontro das formulações de Xavier, contudo, diferentemente deste, Fajnzylber assinala que um dos pontos necessários à superação da situação de crise seria uma base empresarial nacional imbuída na construção de um sistema industrial internacionalmente competitivo.

"La disponibilidad de la base empresarial nacional será, sin duda, un factor determinante en la posibilidad de construir un sistema industrial internacionalmente competitivo. Para efectos de

⁴¹ Incorporação ao mercado de parcelas da população até então excluídas do mesmo e manutenção do poder aquisitivo dos estratos mais baixos da sociedade.

⁴² Nesse sentido, concordamos com as reflexões de Oliveira sobre movimentos revolucionários no Brasil de hoje: "Excluem-se, para ser mais enfático, como saída estratégica, movimentos revolucionários, não por cautela, mas pelo fato de que a força das centrais e dos partidos políticos mais à esquerda - para dar o nome do principal, o PT - encontra-se no terreno da negociação institucional, onde suas 'temporalidades' estão inscritas no próprio movimento contemporâneo". (Oliveira, 1992, p. 82).

abastecer el mercado interno, éste no es un requisito central y, de hecho, el liderazgo de los sectores más dinámicos puede desplazarse a las empresas transnacionales, lo cual requiere absorber progreso técnico e innovar de modo de poder mantenerse sólidamente inserto por la única vía que no se erosiona y que es aquella que consiste en agregar valor intelectual a los recursos naturales e a la mano de obra no calificada disponible, la existencia de la base empresarial nacional, incluidas variadas posibilidades y modalidades de vinculación con la inversión extranjera, será, determinante. En este sentido la experiencia de los GEIC'S y de los países nórdicos resulta iluminadora." (Fajnzylber, 1990, p. 94).

Para ele a superação da crise latino-americana será possível dentro dos marcos do capitalismo, desde quando consiga associar crescimento e equidade social. Como ilustração, cita o caso da Espanha, Portugal e Coréia do Sul. Países que, ao longo desse século, vem industrializando-se e diminuindo a distância para com os países líderes e garantindo um nível razoável de equidade.

Fajnzylber recoloca em cena a importância do conceito nação no processo de desenvolvimento latino-americano, o que aponta para uma permanência de nuances da clássica problemática cepalina sobre o desenvolvimento dos países periféricos. Por outro lado, apresenta uma autocritica daquele pensamento, quando redimensiona o papel do Estado na atual equação desenvolvimentista. Sendo assim, reinsere no debate, a aposta na regulação da dinâmica capitalista.

Trabalhando também com a possibilidade de superação da crise nos marcos capitalistas, Chico de Oliveira (1992) aponta, como causa da crise, a falência dos esquemas de financiamento que impulsionaram a economia brasileira nos últimos 30 anos. Segundo o autor, a situação exigia novos e maiores fundos de acumulação e financiamento que não estivessem comprometidos com as restrições de curto prazo, condição básica para o Estado continuar desempenhando o papel de financiador e articulador maior do processo de acumulação de capital.

"O ponto crucial da pauta de questões que a Nova República sequer conseguiu encaminhar situava-se na deterioração

da capacidade do Estado continuar desempenhando o papel de financiador e articulador mor do processo de acumulação de capital. Portanto, o ponto crítico era o da continuidade da acumulação, nas específicas condições brasileiras. O peso do Estado na formação bruta de capital fixo, a especificidade do setor produtivo estatal na dinâmica, e considerando com tudo isso o papel financiador articulador do Estado, estavam sendo postas em xeque desde a emergência das novas condições dos mercados internacionalizados de capitais, financeiro, de produto e "commodities" em geral. E, de outro lado, o próprio crescimento progresso da economia brasileira, cuja expansão fora sustentada por esse "imbróglio", exigia nova competitividade, novos e maiores fundos de acumulação, e um processo de financiamento que, ou se internacionalizava definitiva e totalmente, ou pedia a constituição de um novo esquema interno, que não estivesse submetido às restrições de uma dívida de curtíssimo prazo". (Oliveira, 1992, p.35).

Para o autor, a solução passa pela constituição de um novo e maior fundo de acumulação e fontes de financiamento de melhor qualidade. Ele não sinaliza, nem deixa pistas de como esse fundo vai constituir-se, mas fica patente no seu discurso a possibilidade de um novo ciclo de desenvolvimento, desde quando os obstáculos fossem superados.

Bresser Pereira (1996) assinala um caminho diferente. Para ele, a causa da crise foi o excessivo e distorcido crescimento do Estado, decorrentes de uma subavaliação das potencialidades do mercado na alocação dos recursos e na coordenação da economia. Dessa forma, o problema central da economia brasileira é apontado no gigantismo do Estado, representado na sua crise fiscal.

"A causa da crise foi o excessivo e distorcido crescimento do Estado: do Estado desenvolvimentista no Terceiro Mundo, do Estado Comunista no Segundo Mundo e do Welfare State no Primeiro Mundo."

"O Estado tinha-se tornado muito grande, aparentemente muito forte, mas, de fato, estava cada vez mais fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesse, engajados em práticas privatizadoras do Estado, ou seja no rent seeking". (Bresser Pereira, 1996, p. 17).

Ao cabo dessas análises, verificamos que a questão conflitante entre essas interpretações é o papel que o Estado desempenhou e poderá desempenhar na busca pelo

desenvolvimento no país. Pois todos eles, de formas diferentes, observam o papel do Estado na economia. Em Xavier, o Estado teve um papel fundamental para a acumulação de capital, quando superou a crise e os obstáculos que o processo de acumulação e a divisão internacional do capital impuseram aos países periféricos, em 1930. Esse papel, porém, estaria esgotado.

Em Chico de Oliveira, o Estado ainda pode continuar a desempenhar um papel de articulador e financiador maior da acumulação. O mesmo acontece com Fajnzylber, onde o Estado, através da substituição de importações, representou um grande papel, até meados da década de oitenta e, de agora em diante, metamorfoseando seu papel, deverá assumir a responsabilidade de levar a economia para um patamar de competitividade internacional com equidade social.

Todavia, em Bresser, o Estado é o obstáculo. Logo, a possibilidade de superação da crise é possível e palpável, desde quando diminua-se a participação do Estado e reconheça-se a superioridade do mercado na alocação dos fatores e coordenação da economia. Bresser alerta que não está defendendo um Estado-Mínimo, de acordo com a visão neoliberal, mas, de qualquer forma, acentua a superioridade do mercado frente ao Estado.

Por outro lado, podemos notar que o maior obstáculo ao desenvolvimento da região, que perpassa, de forma distintas os autores analisados, será a garantia e manutenção de níveis adequados de investimentos, de maneira que, assegure-se a equidade social ou expansão horizontal da economia. Dito de outra forma, essa foi a grande questão a ser enfrentada por qualquer opção que viesse a ser posta em prática nos anos noventa.

Além dos desafios internos, as economias latino-americanas hão de considerar as modificações na acumulação em nível mundial. Sabemos que, do ponto de vista da acumulação mundial, o final do anos oitenta e começo dos anos noventa consolidaram importantes questões: a emergência de um padrão tecnológico mais aprimorado; movimentações no sentido de constituir mercados comuns de livre comércio que, a princípio, podem ser encaradas como medida no intuito de facilitar as trocas internacionais; consolidação das teses neoliberais e, por fim, o desmoronamento do que se convencionou chamar de socialismo real.

Primeiro examinamos a emergência de um padrão tecnológico mais aprimorado, baseado na microeletrônica, na biotecnologia e no desenvolvimento de novos materiais. Destaca-se a incorporação de tecnologia nas áreas de telecomunicações, que tem proporcionado uma interação dos mercados produtivos e sobretudo dos mercados financeiros e no setor de transportes, onde acontece uma diminuição sensível na duração dos percursos e dos custos, associada a um aumento na capacidade transportada. Essas mudanças têm implicação direta no desenvolvimento da América Latina, pois exigem dos países da região a sua incorporação, o mais rápido possível, sob pena de perderem mais competitividade internacional.

Dessa forma, acentua os elementos contidos na análise de Fajnzylber quanto à falta de progresso técnico, principalmente na pauta de exportação, e, em decorrência disto, evidencia-se a necessidade de investimentos em grande monta, para transformação e adequação da estrutura produtiva, como bem acentuaram Oliveira, Fajnzylber, mas, sobretudo, Xavier.

Quanto às movimentações no sentido de constituir mercados comuns de livre comércio dissemos que, a princípio, podem ser encaradas como medida no intuito de facilitar as trocas internacionais. Porém os blocos econômicos, em certa medida, podem dificultar as relações econômicas dos países do bloco com outros que não estejam inseridos, devido ao fato de que cada acerto comercial, agora, tem que levar em conta o conjunto de interesses do bloco econômico, diferente da situação anterior, onde os entendimentos davam-se a partir de uma perspectiva bilateral.

Como terceiro ponto, temos a consolidação das teses neoliberais. Como vimos anteriormente, desde fins dos anos sessenta, o padrão de acumulação, herdado do segundo pós-guerra, apresentava, diversos problemas. Tentando atender às exigências de um novo padrão de acumulação, observamos atuações em três flancos: ressuscitaram a teoria e o discurso liberal⁴³, batizando-o como neoliberalismo; direcionaram sua atenção para

⁴³ Desde muito, as políticas keynesianas eram alvo das críticas de cunho liberal. A medida que o receituário keynesiano mostrava-se incapaz de superar os obstáculos enfrentados pela acumulação capitalista, as críticas aumentaram em intensidade e número de formuladores. A opção neoliberal ganhou força e propagação a partir de 1979, com os governos de Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Inglaterra).

implementar modificações na gestão de trabalho e desregulamentaram os mercados de capitais.

Quanto a gestão de trabalho, buscou-se a chave para conseguir desvendar os segredos que o novo padrão de desenvolvimento exigia. Para tanto, não só o esquema fordista de produção precisaria ser passado a limpo, mas sim, todo o modo fordista de desenvolvimento do Estado de bem-estar social precisaria ser desmontado, com o intuito de atender às questões levantadas. Nesse sentido Kurz (1998) nos apresenta uma posição extremamente ceptica. Para ele, a crise sistêmica do capitalismo só tende a agravar-se justamente porque o esquema fordista de produção não foi substituído e, na visão dele, não será.

“Se a crise sistêmica contida nessa contradição pôde ser superada no passado, isso se deveu unicamente ao mecanismo de compensação de uma expansão do modo de produção como tal. Já a racionalização promovida por Henry Ford reduziu enormemente a quantidade de trabalho por produto. Mas, dessa maneira, o produto automóvel, para citar um exemplo, foi tão barateado, que podia se tornar objeto de consumo das massas, levando a uma expansão súbita do mercado automobilístico. Assim, necessitava-se de menos trabalho por automóvel, mas de uma quantidade bem maior do que antes de trabalho para a produção desproporcionalmente aumentada de automóveis. A racionalização fordista alimentou-se, portanto, de uma expansão constante dos mercados, do trabalho das massas, dos rendimentos das massas e do consumo de massas.” (Kurz, 1998, pág. 112)

Segundo Kurz, o mesmo não vem acontecendo com a racionalização microeletrônica,

“(...) a racionalização microeletrônica pós-fordista e a globalização dos mercados de mercadorias e de trabalho e dos mercados financeiros fizeram com que quantidades tão grandes de trabalho se tornassem não rentáveis, que todo o mecanismo histórico de compensação existente até agora começa a desmoronar. Em outras palavras: pela primeira vez na História, a velocidade da ‘racionalização eliminadora’ (Wegrationalisierung) de trabalho supera a expansão dos mercados.” (Kurz, 1998, pág.113)

Robert Kurz (1998), em *Os Últimos Combates* apresenta uma posição definitiva sobre a gestão do trabalho. Mesmo recorrendo à tradição marxista de analisar o sistema capitalista pela ótica da produção, afirma categoricamente sobre a impossibilidade de um novo esquema da gestão de trabalho que contorne a crise sistêmica capitalista presente desde fins dos anos sessenta. Assim, põe em cheque a análise dialética do próprio Marx cuja veia central é a possibilidade de protagonizar a história e alterá-la.

Analisando o mercado de capitais, observamos que, com a crise de conversibilidade do dólar em ouro, no início dos anos setenta, a esfera financeira acentua sua autonomia frente à esfera produtiva e distancia-se do controle das autoridades monetárias. Com esse fato, mais uma das propostas do Acordo de Bretton Woods perdia sua eficácia e, em termos de circulação de capital, o mundo iniciava um retorno à situação similar aos anos pré-crise de 1929. Através de decisões políticas estatais dos países do centro, vão criando-se as condições para uma retomada da livre circulação de capitais (Fiori, 1997).

Nos anos noventa, em consonância com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, que permitiram a integração das diversas praças financeiras e o desenvolvimento de novos instrumentos de mercado, a esfera financeira transforma-se no centro de comando da acumulação capitalista. Com as políticas neoliberais de desregulação e desoneração fiscal sendo praticadas nas principais economias, o processo de financeirização chega aos países periféricos, mais precisamente, à América Latina e aos países da ex-União Soviética.

O financiamento das economias periféricas fica condicionado, preponderantemente, ao novo formato do mercado financeiro internacional. Não podemos esquecer o que foi exposto anteriormente sobre as dificuldades de acesso a financiamento, por parte do Brasil, na banca internacional¹¹. Após as modificações ocorridas, a captação de recursos acontece em meio a uma frenética disputa entre os pretendentes, o que ocasiona taxas de juros altos e

¹¹O fracasso do plano cruzado que, dentre outras conseqüências, acarretou na adoção da moratória técnica, contribuiu para potencializar as dificuldades de financiamento internacional.

prazos de pagamentos curtos, que podem variar, de acordo com o nível de segurança que cada país possa oferecer a tais capitais⁴⁵.

Os dois tópicos anteriores (gestão de trabalho e desregulamentação do mercado de capitais) podem ser compreendidos como partes deste terceiro tópico: o neoliberalismo. O neoliberalismo compreende um conjunto de orientações políticas, econômicas e sociais que visam diminuir a presença do Estado na economia, reduzindo-o apenas a garantidor da propriedade, dos contratos e da defesa da nação. Esse intuito parte do princípio da superioridade do mercado, frente ao Estado, na alocação e distribuição do trabalho social. Esse movimento representou uma contra ofensiva ao objetivo keynesiano de garantir a demanda agregada da economia, empregando, dentre outros meios, a intervenção do Estado. Nesse tipo de abordagem, os "vilões" da economia voltaram a ser o Estado, causador dos excessos inflacionários, e os trabalhadores, que não queriam abrir mão das suas conquistas sociais.

Antes de nos aprofundar mais sobre as leituras e implicações do neoliberalismo, temos de enfatizar que, essa contra ofensiva neoliberal tinha como pano de fundo a impossibilidade do aparato keynesiano-fordista impedir a crise na acumulação capitalista, a partir do final da década de sessenta, representada por aceleração da inflação, aumentos dos impostos, aumentos de gastos do governo e diminuição dos índices de produtividade.

Sobre o neoliberalismo Guimarães (1995) diz que poderia ser caracterizado como uma atualização dos temas e teses das correntes históricas mais conservadoras da tradição liberal⁴⁶. Ele vai mais fundo na gênese do neoliberalismo, processando uma divisão na

⁴⁵ Fiori (1997) periodiza o processo de desregulamentação financeira da seguinte forma: (a) nos anos sessenta, através de decisão política do governo inglês, é autorizado um mercado interbancário paralelo e autônomo aos sistemas financeiros nacionais (o euromercado de dólares); (b) anos setenta, suspensão do padrão dólar e introdução do sistema de taxas flexíveis de câmbio; (c) anos oitenta, revalorização do dólar, fim do controle de capitais, liberação das taxas de juros e liberalização dos mercados de ações (big bang), e (d) anos noventa, financiamento das economias periféricas através do processo de financeirização.

⁴⁶ Segundo Guimarães, o liberalismo, como visão de mundo orgânica ao capitalismo, sofreu várias mutações adaptativas nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema. É possível identificar inclusive tradições específicas do liberalismo segundo o país de origem e de sua maturação. É, sem dúvida, uma tradição de um extremo pluralismo: não seria artificial identificar correntes de "esquerda, de "centro" e de "direita", autores mais ou menos sensíveis aos desafios democráticos, mais ou menos dispostos a relativizar as dinâmicas mercantis anti-sociais, que aceitam em maior ou menor grau a regulação do Estado sobre a economia. O que daria coerência e consistência a essa filosofia, seriam os temas da propriedade privada, do mercado e da acumulação capitalista.

matriz - no liberalismo - e associa o neoliberalismo com o lado, ou a porção mais conservadora daquela corrente.

Segundo Guimarães, o neoliberalismo representa um conjunto de orientações de governo e de pregação sistemática de valores centralizados pelo tema do "Estado Mínimo". Uma ação que pode ser desdobrada em dois movimentos, um de crítica e outro propositivo.

Inicialmente o neoliberalismo criticou o caráter unilateral do Keynesianismo, o distributivismo do Estado do Bem-Estar social (denúncia da crise fiscal), o gigantismo estatal (burocrático e ineficiente) e os "excessos" da democracia (denúncia de uma inflação de demandas insaciáveis sobre o Estado). No segundo momento, o neoliberalismo ganhou um sentido mais propositivo em torno a alguns temas chaves como a privatização, desregulamentação, diminuição dos impostos e encargos sociais, internacionalização e propostas de autonomização dos governos em relação aos controles democráticos.

Neste sentido, Paulo Nogueira Batista Júnior (1997) acha que a esquerda nunca deveria ter aceito a designação de "neoliberalismo" para denominar a linha de pensamento hegemônica nos últimos anos, pois aquela linha de pensamento não teria nada de novo e caracteriza-se por tentar restaurar uma filosofia econômica e política do século XIX. Para ele, o mais apropriado seria falar paleoliberalismo.

Segundo o autor, a questão da nomenclatura não pode ser tomada como acessória ou irrelevante, desde quando uma das principais características do nosso tempo é valorizar o novo, o progresso. Sendo assim, com o prefixo de "neo" estabelece-se uma associação automática com algo novo e a esquerda coloca-se em uma posição desfavorável, desde o início do debate sobre tal pensamento. Outro ponto destacado por Batista Júnior é a aplicabilidade do chamado neoliberalismo no mundo.

"Outro mito é a idéia de que o chamado neoliberalismo domina a ação prática dos países desenvolvidos. Pode ser que tenha prevalecido, pelo menos até recentemente, no plano da retórica e da propaganda, mas os dados referentes à participação do Estado na economia dos países desenvolvidos, nos últimos quinze ou vinte anos, mostram um quadro bem diferente daquele que em geral se imagina. Nesse período, numa época de suposto triunfo do chamado neoliberalismo, a participação do Estado na

economia não diminuiu. Ao contrário, aumentou. Vale a pena mencionar, ainda que brevemente, os números para os sete principais países desenvolvidos, o Grupo dos 7, comparando as médias do período 1978-82 com as do período 1991-95. O gasto público aumentou de 36,3% para 39,4% do PIB, em média. A carga tributária, de 33,5% para 35,9% do PIB. O déficit público, de 2,9% para 3,5% do PIB. A dívida pública líquida praticamente dobrou, passando de 22% para 40,4% do PIB. É verdade que houve programas de privatização e desregulamentação de vários setores da economia, mas a participação do Estado, medida por indicadores agregados, aumentou na grande maioria dos países desenvolvidos. É preciso, portanto, tomar muito cuidado com a mitologia que se criou sobre as tendências da economia mundial. Sem desfazer as lendas sobre o chamado neoliberalismo, sobre a chamada globalização, não é possível construir um discurso crítico eficaz, nem chegar a propostas adequadas. Acabaremos caindo nas armadilhas do vocabulário e das ideologias que circulam pelo mundo em busca de consumidores incautos. (Batista Jr., 1997, p. 12)

Mesmo considerando a análise do liberalismo a partir dos movimentos internos da filosofia liberal, ainda seria equívoco, ou imprecisão lingüística, considerar a linha hegemônica dos últimos anos como neoliberal, desde quando ela representa o pensamento clássico da matriz liberal. Ainda conforme Guimarães, essa linha de pensamento hegemônica dos dias atuais se contrapõe a outra, também liberal, que ele chama de liberal-democrática. Os liberais-democratas seriam aqueles que preservam o núcleo duro da tradição histórica do liberalismo - o capital e seu *ethos* mercantil -, por isso liberais, contudo aceitaram o sufrágio universal, o distributivismo para além da ótica mercantil estrita, e a necessidade da intervenção anti-cíclica do Estado na economia, por isso democratas ou progressistas⁴⁷. Por outro lado, os neoliberais seriam aqueles liberais que preservariam o núcleo duro da filosofia, mas não permitem nenhuma concessão no tocante à intervenção no mercado.

O neoliberalismo traz à cena dos anos noventa propostas e idéias análogas as que foram defendidas no período do liberalismo clássico. Como já acentuamos: a tese do Estado-Mínimo, da superioridade do mercado, do individualismo e do desenvolvimento das

⁴⁷ Assim sendo, seria mais apropriado denominar de novos liberais aqueles que defendem o capitalismo, mas admitem uma regulação social através do Estado ou de qualquer outro mecanismo.

nações, a partir de uma especialização produtiva interligada pelo comércio inter-nações.

Já Robert Kurz (1998) apresenta uma tese diferente ao debate: diz que as propostas neoliberais estão fora de foco porque o capitalismo sempre precisou das ações do Estado. Kurz investe contra a leitura de opositividade entre Estado e Mercado, como a que faz Paulo N. Batista Júnior. Para ele, o crescimento de um não significa a diminuição do outro, pelo contrário, Estado e mercado, apesar de serem antagônicos, participam do mesmo campo. Sendo assim, além de completar-se, necessitam-se no processo de reprodução do capital.

Essas reflexões de Kurz implica que o aumento do sistema de mercado leva, obrigatoriamente, ao aumento da atuação estatal, sob pena de comprometer o bom funcionamento do próprio sistema de mercado. Dessa forma ele sentencia:

“Quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tronando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação ineludivelmente recíproca.” (Kurz, 1998, pág. 96)

Ele, em outra passagem, retoma a carga,

“Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subseqüentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado.” (Kurz, 1998, pág. 102)

A partir de então, invalida as análises dos intervencionistas que preconizam mais ação estatal e retira o lastro das análises neoliberais, que defendem mais autonomia para o sistema de mercado. De acordo com o que vimos no capítulo anterior, mesmo antes da intervenção estatal nas esferas produtivas, o Estado já estava presente na economia. Ele sempre se fez presente com políticas creditícias, monetárias, entre outras. Dessa maneira, independente de qualquer orientação teórica, o Estado é um sujeito constante no tecido econômico. Controlando a moeda, o câmbio, os juros, os incentivos e as isenções. Nesse

sentido, o neoliberalismo apresenta-se como uma falsa promessa, porque a sua proposta de organização social, calcada na tese do Estado-Mínimo, é impraticável, tanto antes de 1930, como nos dias atuais. Nestes termos concordamos com as análises de Kurz.

Porém, as análises cepalinas sobre o desenvolvimento latino-americano, a partir de relações comerciais, ainda estão por demais presentes, num momento de ascensão da composição orgânica de capital por produto transacionado no comércio exterior, como bem acentua Fajnzylber.

Por fim, com o desmoronamento do que se convencionou chamar de socialismo real, simbolizado com a queda do muro de Berlim, as questões de geopolítica que tiveram um peso considerável no pós-guerra, de certa forma, experimentavam um esfriamento. O mundo deixava de ser dividido em partes distintas ideologicamente e passava a ser um único território para a livre acumulação capitalista, dependendo exclusivamente das taxas de retorno. Vejamos que nossa interpretação configura-se completamente distinta das análises que apontam para uma disputa multipolar após a emergência do Japão e Comunidade Européia de forma mais agressiva no cenário econômico e, principalmente, com a falência do socialismo real. Mesmo que aparentemente mais competidores entrassem em cena, o campo de disputa ficava circunscrito à esfera capitalista. Dessa forma, a América Latina perdia a proteção e o interesse que, de certa forma, desfrutou durante as disputas entre o bloco liderado pelos EUA e o bloco liderado pela URSS, o que implica dizer que os fluxos de capitais se orientarão, preponderantemente, de acordo com as taxas de retorno. O que adiciona mais um dilema para a região: como garantir alta lucratividade aos capitais externos e, ao mesmo tempo, expandir horizontalmente a economia, garantindo melhor distribuição de renda e o resgate da dívida social? Enfim, como promover a equidade social?

Além disso, o fracasso do socialismo real foi explorado como vitória do capitalismo. Os defensores do sistema capitalista, governos dos países, universidades, organismos multilaterais e a imprensa propagavam o triunfo do mercado frente a qualquer tipo de regulação social. A iniciativa privada e o mercado passaram a ser apresentados como representantes do único caminho capaz de conduzir as nações, as regiões e as pessoas, ao bem estar e a felicidade geral.

A América Latina e o Brasil não ficaram alheios à "avalanche" neoliberal. Como vimos anteriormente, a inclusão da região no processo de financeirização constituía-se em um passo necessário e lucrativo na atual etapa de acumulação capitalista. Todavia, essa inclusão dependia de uma série de reformas nas economias latino-americanas que, em sua maioria, ainda estavam organizadas conforme o figurino desenvolvimentista de autonomia produtiva. Aqui, passamos a responder à questão sobre a opção brasileira sobre qual o projeto foi implementado nos anos noventa no intuito de restabelecer a equação da acumulação capitalista.

Coube aos organismos multilaterais divulgar, incentivar e, até certo ponto, persuadir os governos da região a adotarem tais teses. Esse esforço do FMI, BIRD, adquiriu forma através do Consenso de Washington. E tais medidas foram anunciadas como capazes a solucionar os problemas que, há muito, atormentavam as economias sul-americanas.

O Brasil e o Consenso de Washington.

Desde o governo Collor, passando por Itamar Franco, até Fernando Henrique Cardoso, fazem-se presentes nas ações governamentais iniciativas identificadas com as propostas neoliberais. Isso é demonstrado na continuidade da implementação de reformas administrativas, da desregulamentação comercial e financeira e das privatizações. Óbvio que dentro desses marcos surgem particularidades.

Essas propostas estavam contidas nos dez pontos consensuados em Washington, em 1989. Por isso, e em decorrência de outros fatores, afirmamos que as teses do Consenso de Washington constituíram o estatuto teórico das ações administrativas no Brasil, durante os anos noventa. Chamamos de estatuto teórico as formulações teóricas que servem de base às ações governamentais. Essas formulações são derivadas de concepções filosóficas e ideológicas. Poderíamos afirmar que, a cada período histórico-econômico, um estatuto teórico é estruturado e é dominante.

Esses estatutos tentam orientar as ações presentes e futuras, de acordo com a leitura, mediada por interesses, que seus proponentes realizam das conjunturas econômica, política e social do passado. Como várias interpretações são realizadas sobre uma determinada conjuntura, o estatuto teórico de um determinado período será aquela interpretação que

consiga hegemonizar-se diante das outras e sirva de suporte para implementação de ações administrativas, não significando que as demais tenham sido superadas ou descartadas.

Consolidado um estatuto, não significa que o mesmo seja aplicado como havia sido formulado, nem que as outras interpretações desapareceram. Além dessa coexistência, deve ser assinalado que o estatuto consolidado não é aplicado da mesma forma que foi formulado. Acontecem afastamentos entre o pensado proposto e o praticado, principalmente se aquele enunciado passa a ser aplicado em distintos espaços socioeconômicos, independentemente de suas características particulares. Outro detalhe, é o fato das interpretações não adquirirem o patamar de estatuto por uma pretensa superioridade ou qualidade frente as demais. Uma série de circunstâncias e de condições políticas, sociais, culturais, econômicas e militares atuam nesse processo de definição. Nesse sentido, poderíamos afirmar que o estatuto teórico dominante, antes de 1930, foram as teses liberais. No período pós 30 até o início dos anos 70, observamos a prevalência do estatuto teórico keynesiano.

Conforme o capítulo anterior, verificamos que foram elaboradas análises e propostas de superação da crise dos anos oitenta do Brasil e da América Latina. O Consenso de Washington tornou-se concepção predominante na América Latina por meio de um misto de imposição interna e opção interna.

No Brasil, durante os anos noventa, as administrações políticas apoiaram-se nas teses ditadas pelo Consenso de Washington para propor medidas de intervenção na realidade nacional, visando a superação da década perdida. Vejamos como esse processo acontece, quais seus traços mais característicos e suas conseqüências. Começamos pela gênese de tais propostas.

Origens do Consenso

Em novembro de 1989, reuniram-se, na capital dos Estados Unidos, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BIRD - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das

reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação de "Consenso de Washington" (Batista 1995).

Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e ao Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. A proposta recomendada era composta de dez pontos:

1. disciplina fiscal;
2. priorização dos gastos públicos;
3. reforma tributária;
4. liberalização financeira;
5. regime cambial;
6. liberalização comercial;
7. investimento direto estrangeiro;
8. privatização;
9. desregulação;
10. propriedade intelectual.

Como podemos constatar, o Consenso de Washington não tratou das questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza ou distribuição da riqueza acumulada por infima parcela da população latino-americana. A solução para todos esses problemas foi creditada ao mercado. O pensamento encaminhava-se na seguinte perspectiva: o mercado é o instrumento capaz de suprir todas as demandas da economia nacional e corrigir todas as suas imperfeições. A ação governamental tem que se concentrar na desobstrução dos canais à livre atuação daquele mecanismo.

A resolução dos problemas viria à medida que ocorresse a liberalização da economia (liberalização financeira, liberalização comercial, não existência de qualquer restrição ao capital estrangeiro) e da diminuição do Estado (redução dos gastos públicos, privatização e reforma administrativa). As questões sociais seriam atenuadas, no seu devido tempo, em função e consequência da atuação das "santas" forças do mercado. Nesse sentido, retomemos a Batista:

"As reformas sociais, tal qual as políticas, seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas." (Batista, 1995, p. 108)

Outra consideração possível sobre o Consenso de Washington é quanto à completa submissão dos organismos multilaterais aos interesses e propostas do credo liberal, sustentado pelos países do centro capitalista, principalmente Estados Unidos - o mais interessado no *disciplinamento* econômico e político da América Latina.

Há que ser salientada a uniformidade de políticas para economias tão distintas entre si, como é o caso do Brasil, Argentina, México, Colômbia, Equador e demais. As particularidades e interesses de cada nação eram subordinadas à vontade de organismos multilaterais e de determinadas nações. Claro que a adoção das medidas recomendadas vai contar com a anuência de parcelas consideráveis das elites locais e sua implementação constituiu-se em uma opção dos setores dirigentes sul-americanos, evidenciando a importância das decisões internas para o processo de acumulação capitalista como um todo.

Os dez pontos do consenso podem ser sintetizados em três: estabilidade macroeconômica, liberalização econômica e diminuição da presença do Estado na economia. À medida que a presença excessiva do Estado é anunciada como principal problema da América Latina, os três blocos de medidas carregam traços de incoerências. A estabilidade macroeconômica é buscada através de intervenção estatal, quando a

diminuição da presença do Estado na economia é um dos principais fundamentos do Consenso de Washington⁴⁸.

Analisando as transformações na dinâmica capitalista desde o fim do padrão dólar, perceberemos que as propostas do Consenso não seriam incoerentes, e sim, como denominou Fiori (1997), uma inversão ideológica da realidade. Cada vez mais recorre-se ao Estado para propiciar a globalização das medidas neoliberais e, ao mesmo tempo, proclama-se a necessidade de um Estado-Mínimo, ou seja, o Estado é necessário, mas ele é capturado para cumprir um determinado papel, em prol de determinados interesses. Ainda dito de outra forma, o que acontece é uma seletividade de atuação do Estado no espaço econômico, diminuindo sua participação e responsabilidade nas questões mais coletivas (políticas sociais) e assumindo papel preponderante na garantia da inclusão do país no processo de financeirização internacional, garantindo os lucros às corporações.

Os dados levantados anteriormente por Batista Júnior, entretanto, demonstram um caráter contraditório na relação teoria/práxis das teses do Consenso. O Estado continua a administrar as políticas monetárias, cambiais e diversos instrumentos de política econômica, interferindo, na maioria das vezes, mais do que na situação anterior. Esses fatos ganham mais nitidez nos países periféricos que passaram a adotar as teses consensuadas em Washington.

No entanto, segundo Bresser Pereira (1992), seria equivocado considerar Collor e seu governo como neoliberal, pois suas ações não poderiam ser comparadas como as ações de Magareth Thatcher ou Ronald Reagan, nem derivadas das concepções de Hayek, Lucas, Friedman ou Buchanan e Oslo. Essa caracterização constituiu-se de um equivoco fruto da incompreensão de certos intelectuais, principalmente de esquerda, do que seria o neoliberalismo.

⁴⁸ As tentativas de estabilização macroeconômica adotadas durante os anos oitenta constituíram-se com forte intervenção governamental. Sejam, de um lado, as políticas ortodoxas implementadas no Governo Figueiredo, em que o Estado interviu abruptamente no mercado de juros, aumentando as taxas, e no mercado cambial que, também abruptamente, experimentou uma máxidesvalorização e, posteriormente, o câmbio, ajustado para atender às exportações. Sejam, de outra parte, as políticas heterodoxas da segunda metade dos anos oitenta: congelamento, tablitas e confisco. Posteriormente, veremos que a presença do Estado não foi dispensada nas tentativas de estabilização durante os anos noventa.

Bresser Pereira defende a tese do social-liberalismo. Essa concepção seria resultado da junção da preocupação social da social-democracia com a disciplina fiscal dos neoliberais. Em alguns pontos aproxima-se de uma concepção mais estruturalista e, em outras, das teses liberais. Uma espécie de síntese entre uma corrente e outra. Bresser Pereira apresenta várias divergências com as teses neoliberais e discorda da sua aplicação na América Latina. Mas concorda com os processos de liberalização econômica e privatização advogados pelos neoliberais, como sendo necessários na América Latina devido ao gigantismo que o Estado assumiu. Para ele, o Estado tem que ser pequeno e forte, para cumprir suas funções de coordenador, disciplinador e indutor econômico, e promotor do bem estar social.

Bresser Pereira chega afirmar que esse social-liberalismo será o caminho mais adequado para um socialismo de mercado. Mas, na verdade, não consegue ultrapassar as barreiras do capitalismo e, apesar de conseguir reconhecer as mazelas da ordem social capitalista, o que faz é propor mais capitalismo para solucionar o problema. Tenta readaptar o sonho social-democrata de regular o capitalismo. Como Guimarães bem demonstrou, Bresser está circunscrito aos liberais progressistas, mas apesar da *boa vontade*, continua a ser liberal.

Seguindo aquele raciocínio, Bresser Pereira defende que o Brasil conseguiu distanciar-se das orientações de Washington ou Nova York, filtrando o que tinha de melhor no receituário do Consenso (as orientações de mercado) e, desde o governo Collor o Brasil experimentaria, cada vez mais, uma gestão social liberal.

Bresser Pereira nada diz sobre o processo de financeirização e participação dos latino-americanos nessa ciranda ou cassino global, seu internacionalismo só consegue chegar à crise da dívida externa. Também, não acentua nada sobre ações desconcentradoras de renda e riqueza, que poderiam, de imediato, reorientar o país para à direção da equidade social. Essa tarefa, assim como nas concepções liberais, é deixada a cargo do mercado. E, mais uma vez, a participação das camadas excluídas no acesso à renda fica para o futuro, como nos períodos precedentes. Para a população em geral, agora, caberia mais sacrifício em nome de uma melhora no porvir. Sendo assim, o social-liberalismo de Bresser Pereira (e

de muitos outros) deixa escapar várias nuances do processo de acumulação capitalista nos dias de hoje.

A polêmica sobre o que vem a ser ou não neoliberalismo e onde ele é aplicado, vem ganhando corpo no Brasil nos últimos tempos. O fato curioso desse embate é que ninguém, ou poucos, assumem a posição de neoliberal, talvez porque o termo tenha assumido uma conotação pejorativa e anti-popular, fruto das denúncias e críticas efetuadas, principalmente, pelos setores de esquerda.

Até aqui, contextualizamos o desenvolvimento brasileiro nesse século, desde o período agro-exportador até a crise do período estatal-desenvolvimentista. Discorreremos, também, sobre o pensamento dominante nos anos noventa, explicitando como as teses liberais foram reeditadas e sua relação com América Latina. Concluimos que as administrações brasileiras adotaram nos anos noventa o estatuto teórico que estava de acordo com a nova maré liberal.

De agora por diante vejamos as particularidades dos três governos que dirigiram o país durante os anos noventa. As continuidades e rupturas das administrações. De tal forma que sejam explicitadas características e peculiaridades do período estudado.

CAPÍTULO III

A Política Econômica Aplicada nos anos 90

No capítulo anterior apontamos a opção do Brasil pelo caminho liberal. Aqui explicitamos algumas medidas adotadas pelo país nessa década. Cabe salientar que, nesse período, o país experimentou três governos distintos: Fernando Collor de Melo (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002).

A literatura que aborda a dinâmica da economia brasileira nos anos noventa, geralmente, tem por hábito discorrer sobre cada experiência administrativa separadamente⁴⁹. Esse tipo de abordagem parte do princípio de que cada governo desenvolve suas ações todavia, de uma certa forma, o que podemos verificar é que não houve problema de continuidade. Apesar de dois processos eleitorais, um impeachment, três presidentes, nove ministros da fazenda, percebemos que a concepção teórica que guiou os governos foi a mesma e que a distinção entre eles ficou por conta da aplicação de determinadas medidas.

Isso decorre do fato de todos os governos que passaram pelo Palácio do Planalto, nessa fase, terem o mesmo estatuto teórico para enfrentar os problemas nacionais, ou seja, todos eles optarem, em grande medida, pela concepção teórica desenvolvida pelo Consenso de Washington.

Aqui, baseados na tese da continuidade desses governos, iniciamos a discussão através de uma contextualização histórica das três administrações. A partir dessa contextualização, discutiremos as principais medidas adotadas para superar a crise da década de 80

3.1- Contextualização histórico-teórica.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1990⁵⁰, a equipe econômica que foi conduzida ao governo tinha a seguinte análise da crise dos anos 80:

⁴⁹ Como exemplo podemos citar Brum (1997); Gremaud & Vasconcellos (1996) e Cardoso (1997).

⁵⁰ A vitória de Collor afastou, mesmo que por algum tempo, qualquer espécie de crise de hegemonia ou de

"A crise vivida pela economia brasileira não é conjuntural. É produto do esgotamento do próprio padrão de desenvolvimento adotado nos últimos 50 anos. Adicionalmente, as políticas econômicas desenvolvidas ao longo da década de 80 acabaram amarradas a uma lógica perversa, mediante a qual a busca de resultados positivos no curto prazo prevalecia sobre a conquista de bases efetivas para a estabilidade futura, que era trocada por resultados imediatistas, perderam-se as perspectivas de retomada do desenvolvimento e a sociedade brasileira chegou a vislumbrar os efeitos de desagregação econômica e social que costumam acompanhar os processos de hiperinflação" (BRASIL, 1991, p. 17)

Ainda que genérica, essa caracterização, à primeira vista, sugere-nos uma proximidade com as caracterizações contidas na Nova Proposta da Cepal⁵¹. Aparentemente, ambas apontam o esgotamento do padrão de desenvolvimento, a ineficácia das políticas econômicas adotadas nos anos 80, a falta de perspectiva de retomada do desenvolvimento, a necessidade de uma atenção especial para as questões relativas à equidade social⁵², e, mais importante, criticam as ações imediatistas descoladas de um projeto de desenvolvimento para o país. Essas críticas estendiam-se às políticas ortodoxas e heterodoxas⁵³

dominação no sentido do acirramento das relações capital x trabalho; por outro lado, incrementou disputas entre as frações da burguesia na busca pelo controle do Estado. As classes dominantes que historicamente tinham dirigido o aparelho de Estado permaneceram no governo, apesar de estarem sob a liderança de uma nova fração dessa classe.

⁵¹ Com a crise dos anos oitenta na América Latina chegou-se à conclusão do esgotamento da proposta clássica da CEPAL. Incorporando as críticas e através de um processo de autocritica, a CEPAL apresentou uma nova proposta de desenvolvimento para os anos noventa na América Latina, Transformação Produtiva com Equidade Social (TPES). A nova proposta consiste numa vinculação recíproca entre progresso técnico, competitividade internacional e equidade social, no marco geral de sociedades plurais e democráticas e da necessidade de retomar o crescimento sustentado e ambientalmente sustentável.

⁵² Entenda-se equidade de acordo a conceituação utilizada pela Nova Proposta da Cepal, ou seja: "Equidad significa igualdad de oportunidades para participar en la procura del bienestar y de las posiciones y posesiones sociales. La igualdad de oportunidades requiere la eliminación de los privilegios y discriminaciones establecidos jurídicamente, tales como los que persisten entre los sexos y entre los grupos étnicos; [...] también es necesaria la eliminación de los privilegios y discriminaciones basados en las estructuras económicas, sociales y políticas. El tipo de familia la localización urbana o rural, la influencia política, entre otros, son factores que afectan de manera decisiva las oportunidades de vida. Si hay una diferencia de niveles demasiado aguda en estos planos, existirá también una marcada desigualdad de oportunidades. La igualdad jurídica asegura que todos puedan participar en la carrera; la equidad económica, social y política permiten que todos puedan partir del mismo punto." (Cepal, 1991, p.1 - citado por Schwarzer, 1993, p. 74)

⁵³ Os períodos caracteristicamente marcados pela ortodoxia referem-se aos tempos de Delfim Neto (1979-1984), Francisco Dornelles e Mailson da Nóbrega (1985 e 1989) primeiro e último ano do governo Sarney, respectivamente). Quanto à heterodoxia, temos os períodos dos Planos Cruzado e Bresser durante o governo Sarney.

O governo Collor assinalava o grande desafio que a década de 90 representaria para a sociedade brasileira:

"A década de 90 apresenta à sociedade brasileira um enorme desafio, com implicações que certamente condicionarão a vida das próximas gerações. Do ponto de vista econômico, o País defronta-se com a necessidade de suplantar seus graves problemas estruturais, tais como a estagnação econômica, os atuais níveis de pobreza e a precária situação financeira e capacidade operacional deficiente do setor público. A superação desses problemas é condição essencial para a consolidação do processo democrático e para extensão da cidadania plena a todos os brasileiros" (BRASIL, 1991, p. 17)

Para enfrentar esses desafios, o governo propunha investimentos significativos para uma reestruturação competitiva da economia, antecedidos e simultâneos a reformas estruturais: ajuste fiscal e a reorganização do aparelho estatal através de reformas (reforma administrativa, o programa federal de desregulamentação, o programa nacional de desestatização, o comitê de controle das empresas estatais e o contrato de gestão).

"Como se vê, os grandes objetivos que se colocam para a reconstrução nacional - a retomada do crescimento em novas bases e o resgate da dívida social - irão requerer um esforço de investimento significativo. Para viabilizá-lo, é necessário efetivar reformas estruturais básicas, como a reforma das finanças públicas e a revisão dos espaços de atuação do Estado e da iniciativa privada" (BRASIL, 1991, p. 20)

Mas a aproximação entre governo Collor e as proposições da nova proposta da Cepal ficaria só na aparência, pois a nova administração, apesar de pautar-se nesse conjunto de preocupações, estabelecia uma hierarquia de ação no seu dia-a-dia, tendo o combate à inflação e a busca da "estabilização" econômica como objetivos principais. Nesse sentido, a Ministra Zélia Cardoso fazia os seguintes comentários:

"O programa de governo do presidente Collor envolve, de um lado, um esforço de estabilização e, de outro, a concentração dos esforços do Estado nas áreas em que eles são estritamente necessários, isto é, nos setores social, de saúde, educação etc., e, finalmente, a criação de condições para que o setor privado venha a modernizar-se e atingir níveis de competitividade compatíveis com os que hoje se registram em países mais avançados do que o nosso." (Mello, 1991, p. 25)

A partir de pronunciamentos iguais ao que acabamos de verificar, ficava claro que a "teoria do bolo"⁵⁴, de forma distinta, estava reeditada. As questões relativas à equidade social, como distribuição de renda, acesso à terra, melhoria e ampliação dos serviços de saúde, educação, enfim, a expansão horizontal da economia foram subordinados ao fim da inflação e à retomada do crescimento econômico. Essa determinação fica mais explícita em outro discurso da Ministra:

"Só o crescimento sustentado, impulsionado pelo progresso técnico e pela integração internacional do Brasil, pode permitir incorporação crescente da população ao lado moderno do país e melhoria do salário real e na qualidade de vida"
(Mello, 1991, p. 26)

Com essa hierarquização, o governo Collor passava a praticar a mesma política que havia criticado, ou seja, passava adotar políticas econômicas descoladas de um projeto nacional. E essas políticas eram estruturadas da seguinte forma: primeiro, chama-se a população para contribuir no projeto de crescimento nacional com uma cota de sacrifício (renúncia ao aumento de salário, pagamento de uma cota maior de imposto, etc.), depois, a promessa dos bônus serem divididos no futuro. Sobre esse tipo de postura, adiamento da participação popular nos frutos da acumulação, bem característico no Brasil, Tavares faz os seguintes comentários:

"Os donos do poder não se limitam, porém, a um patrimonialismo mais ou menos abrandado. Sempre foram exímios em fazer 'projetos de futuro' em que prometiam ora a 'grandeza nacional' ora o paraíso na terra às populações marginalizadas cuja a única saída de sobrevivência tem sido, até hoje, uma extraordinária mobilidade espacial. A participação nos frutos da acumulação e do progresso técnico fica sempre adiada para as calendas: depois da estabilização (na retórica liberal), ou depois do crescimento (na retórica desenvolvimentista), ou mesmo depois da "democratização" que segue os períodos abertamente autoritários e sempre resulta inconclusa." (Tavares, 1996, p. 2)

Além dessa postergação da participação popular nos frutos da acumulação a que se refere Tavares, essa hierarquização diferenciava o pensamento do governo e a proposta cepalina de Transformação com Equidade Social, desde quando a Cepal

⁵⁴ A idéia segundo a qual primeiro temos de fazer crescer o bolo para depois dividi-lo, muito difundido na época do milagre econômico (1967-1973) pelo então Ministro da economia Delfim Neto.

propunha uma vinculação recíproca entre progresso técnico, competitividade internacional e equidade social.

Para a Cepal (versão 90), a transformação do quadro recessivo latino-americano passaria, necessariamente, pela relação de reciprocidade entre 4 fatores:

- 1 - Equidade: Transformação da estrutura agrária, incorporando o campesinato ao mercado nacional;
- 2 - Austeridade (do padrão do consumo): Inibição a uma reprodução desmedida de formas de consumo mais sofisticado entre as elites, permitindo uma maior disponibilidade de recursos para investimentos;
- 3 - Crescimento: Permite a incorporação mais acelerada de novas técnicas, elevando a competitividade;
- 4 - Competitividade: Maior participação do comércio internacional, baseada em acréscimos de competitividade por incorporação de tecnologia.

O objetivo da nova proposta cepalina consiste em:

"crear nuevas fuentes de dinamismo que permitan cumplir algunos de los objetivos propios e una concepción actualizada del desarrollo: crecer, mejorar la distribución del ingreso, consolidar los procesos democratizadores, adquirir mayor autonomía, crear condiciones que detengan el deterioro ambiental y mejorar la calidad de vida de toda la población (Cepal, citado por Schwarzer, 1993, p. 74)

Quando o governo focalizava suas medidas na busca da estabilidade via redução do Estado, abertura comercial e privatizações, a análise governamental afastava-se da Cepal, ficando mais próxima do Consenso de Washington, ou melhor, essas propostas estavam contidas nos dez pontos consensuados em Washington em 1989.

O diagnóstico elaborado pela equipe governamental, desde sua gênese, já deixava clara a sua filiação teórico-ideológica. Sem se preocupar com as causas externas da crise e desconsiderando uma análise histórica do desenvolvimento brasileiro, só conseguia observar os problemas do Estado que, nesse tipo de leitura, figura-se no estopim da crise.

Talvez possamos compreender melhor a relação governo Collor/Consenso de Washington, retornando às afirmações de Batista.

"A proposta do Consenso seria repassada nos países latino-americanos, de forma que as classes dirigentes da região se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas."
(Batista, 1995, p. 101)

O conjunto de posições do governo Collor o aproximava das análises de Bresser Pereira destacadas anteriormente. Apontando a crise como resultado do excessivo crescimento do Estado, o esgotamento da política de substituição de importações e dificuldades no comércio internacional, Bresser Pereira, equipe econômica e outros, de imediato, apresentaram como solução e, conseqüentemente, como condição para um novo ciclo de desenvolvimento, a diminuição do Estado, através da privatização das empresas estatais e uma maior liberalização do comércio internacional para um aumento do fluxo de mercadorias.

Benjamim (1995) escreve sobre essa concepção tão presente nas análises sobre a crise brasileira dos anos 80 e 90, enfatizando a falta de uma visão mais ampla, que levasse em conta mudanças significativas na sociedade brasileira, no momento de transição de um ciclo de desenvolvimento para outro. Para ele, seria necessário uma reorientação no sistema financeiro, na estrutura agrária, no perfil de distribuição de renda e um projeto nacional de desenvolvimento. Elementos ausentes no governo Collor e nos sucessores.

"A ênfase das elites na reforma do Estado é o grande biombo que elas têm para não reformar uma sociedade obviamente em crise. Se o sistema financeiro vai permanecer intacto, se a estrutura agrária não pode mudar, se o perfil de distribuição de renda e riqueza está dado, se se abandona a idéia de políticas nacionais de desenvolvimento - então a única variável de ajuste, aquela que recebe e absorve todo o impacto da crise, é o Estado. Sua reforma passa a ser a bandeira, usada

até a exaustão, para encobrir a ausência de outras reformas. Sua culpa por todos os males absolve quaisquer outros agentes de culpa. O barulho em torno da reforma do Estado encobre o silêncio em torno da reforma da sociedade. Não há grande novidade nessa operação ideológica. Historicamente, o discurso conservador no Brasil sempre se constituiu como um discurso de mudança" (Benjamim, 1995, p. 68)

Concomitante a sua posse, Collor apresentava um plano de estabilização econômica, com intuito principal de conter o processo hiperinflacionário que já registrava índices na casa dos 84% mensais.

A situação, por si só já dramática e cercada de expectativa, era potencializada com as declarações do Presidente, que garantia surpreender os adeptos da direita e deixar os esquerdistas perplexos com o seu único e certo golpe contra o "tigre" da inflação. As medidas econômicas que compunham a metáfora do Presidente consistiram em:

- a - Reforma monetária que alterava o signo da moeda, que voltou a ser cruzeiro, e um radical aperto monetário, tendo sido reduzida a liquidez, imediatamente, pela via do seqüestro e congelamento dos ativos financeiros, representado no bloqueio de metade dos depósitos à vista, 80% das aplicações de overnight e um terço dos depósitos de poupança. Isso significou a redução da liquidez a uns 10% do nível imediatamente anterior. Essa era a pedra de toque do programa anti-inflacionário;
- b - Desindexação geral da economia;
- c - Reformulação dos mercados cambiais;
- d - Reforma administrativa, com o lançamento do programa de privatizações, melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação e maior controle sobre os bancos estaduais; Programa de desregulamentação, mudança na política comercial, incidindo, inicialmente, sobre as facilidades de exportação e importação, inaugurando o processo de liberalização do comércio exterior;
- e - Manutenção da moratória técnica do serviço da dívida;
- f - Instituição dos certificados de privatizações;

- g - Supressão dos subsídios fiscais, com exceção dos concedidos à Zona Franca de Manaus;
- h - Reforma fiscal, que visava promover um ajuste fiscal da ordem de 10% do PIB;
- i - Congelamento de preços;

De todas as medidas, a mais abrangente foi o seqüestro dos ativos. Apesar da surpresa e redução violenta da liquidez na economia, o choque não conseguiu controlar a inflação e, dois meses após sua edição, o governo já lançava novos instrumentos na tentativa de controlá-la. Neste momento, não poderíamos esquecer os "avisos" do Presidente, dizendo que só tinha um "*tiro para matar o tigre*", como esse "*tiro*" já havia sido utilizado, com o seqüestro dos ativos, doravante, o país ficava ao "*Deus dará*".

No que se pode denominar de segunda fase do Plano Collor I, temos uma inflexão importante. O governo abandona uma versão mais heterodoxa e passa a administrar a economia com técnicas ortodoxas. Uma outra questão importante é que a grande promessa do presidente de abater o "*tigre da inflação*", com apenas um "*tiro*", não mais poderia ser cumprida. Como as medidas iniciais não conseguiram controlar o processo inflacionário, fracassando no seu principal objetivo, conforme a tabela 1, a equipe econômica, durante o mês de maio, reorienta a política econômica governamental.

QUADRO 1 - Inflação Pós-Plano

	INPC/ IBGE	IPC/ FIPE	ICV/ DIEESE	IGP/ FGV	PTA-PTA/ FIPE**
Abril	14.7*	20.2	22.3*	11.3*	3.3
Maio	7.3	8.5	11.2	9.1	6.4
Junho	11.6	11.7	10.6	9.0	10.6
Julho	12.6	11.3	13.6	13.0	7.3

Inclui residuo. ** Índice de ponta a ponta: quarta semana contra quarta semana do mês anterior. Exclui aluguéis.

Fonte: Bresser Pereira, 1991, p. 37.

As principais medidas dessa nova fase são:

- a - o governo desiste de prefixar os salários conforme o planejado;
- b - definiu uma meta monetária (aumento de 9% para os meios de pagamento, M1, no segundo semestre;

c - evitou a indexação de salários, com o objetivo de reduzi-los em termos reais.

Segundo Bresser Pereira (1991), essas medidas, a princípio, reverteram a tendência inflacionária, o que levou o governo a comemorar a recuperação do controle sobre a política fiscal/monetária e receber elogios dos economistas ortodoxos. Porém, apesar das novas medidas e dos novos admiradores, a inflação retoma sua tendência ascendente, fechando dezembro de 1990, bem próximo dos 20% ao mês. Com a inflação em alta, registra-se o fim da segunda fase do Plano Collor I. Mais uma derrota da equipe econômica.

O fracasso das medidas tomadas em 1990, representado na inflação ascendente, na casa dos 20% mensais, levou o governo a adotar uma nova política econômica. Em 31 de janeiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II, com base nas seguintes medidas:

- a - congelamento de preços;
- b - tarifaço (aumento dos controlados: combustíveis 46,8%; energia elétrica em 59,5%; tarifas telefônicas em 58,7%);
- c - desindexação;
- d - criação de juros de referências, semelhante à *libor*;
- e - tablita de conversão de dívida;
- f - conversão de salários pela média;
- g - unificação das datas-base.

A permanência da inflação exigia novas mudanças. Como a equipe econômica já havia lançado três planos econômicos, recorrido à heterodoxia, à ortodoxia, retornado para heterodoxia, inventado, experimentado, desgastara-se a tal ponto que chegou a sua vez de ser modificada.

A partir de 8 de maio de 1991, assume o ministério da Fazenda Marcílio Marques Moreira, executivo de confiança da banca internacional e do capital financeiro. Depois desse momento, consolida-se a adesão definitiva de Collor aos ditames do Consenso de Washington.

Se antes houve tentativas de diferenciação e independência, a partir de então, ficava selada a subordinação completa. As políticas praticadas foram os itens da cartilha ortodoxa: controle monetário, inibição ao consumo, recessão com todas as suas

conseqüências, queda do produto interno, desemprego. Essa política perdurou até o impeachment, em dezembro de 1992.

Vimos que os planos econômicos da era Collor continham, a princípio, forte viés heterodoxo e uma tentativa de política macroeconômica diferenciada em relação ao que estava sendo aplicado na América Latina. Todavia, à medida que a gestão foi transcorrendo, uma total interação entre governo Collor e Consenso de Washington ficava patente no tocante às propostas de liberalização da economia, privatização e seletividade dos gastos do Estado. Ou seja, mesmo com a política monetária, inicialmente distinta, mas presa à interpretação teórica neoliberal, Collor caminhou na direção do Consenso⁵⁵. Essa relação de identidade avança em 1991, com a escolha de Marcílio Marques Moreira para ministro da economia, que adota o velho receituário ortodoxo de combate às crises. Daí em diante, tanto as ações no sentido de alcançar a estabilidade macroeconômica, como as demais políticas, estavam de acordo ao Consenso de Washington⁵⁶.

Em setembro de 1992, Itamar Franco, eleito vice-presidente na chapa de Fernando Collor, assume a presidência, decorrente do processo de impeachment do titular. Em meio à agitação do país com a campanha "Fora Collor", Itamar prometia resgatar a ética na administração pública e estabilizar o processo inflacionário. Itamar manteve o lema do governo anterior: premissas liberais e, dentre elas, a busca da estabilidade, contrário ao que assinalavam aqueles que apontavam para um novo consenso no Brasil.

Seu governo esteve afeito às dificuldades políticas de sustentação, heterogeneidade em sua equipe e uma certa paralisia no Congresso Nacional provocada em função da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do orçamento. A conjunção

⁵⁵ Conforme Batista (1995): "Contribuiria para a pronta aceitação do diagnóstico e da proposta neoliberal - dessa visão economicista dos problemas latino-americanos - a existência de um grande número de economistas e cientistas políticos formados em universidades norte-americanas, de Chicago a Harvard, onde passara a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. Alguns desses economistas seriam chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, do que são exemplos Salinas de Gortari no México e Domingos Cavallo na Argentina." A essa lista podemos acrescentar Pedro Malan e Gustavo Franco do Brasil, entre muitos outros.

⁵⁶ Apesar dessa proximidade entre governo Collor e o Consenso, havia diferenças entre as políticas de estabilização monetária do Brasil e dos outros países da América Latina. Aqui, apesar da utilização de instrumental ortodoxo, ainda não se tinha lançado mão das políticas de âncora cambial.

desses elementos, de certa maneira, paralisou o governo nos primeiros meses de atuação. Contudo, essa paralisia pode ser entendida como disputa entre as frações da burguesia para saber quem daria o *tom* no novo governo.

Essa situação foi agravada e confirmada pelas constantes trocas de Ministros da Fazenda. Em apenas 8 meses, passaram pelo Ministério da Fazenda Gustavo Krause, Paulo Hadad e Eliseu Rezende⁵⁷. Por outro lado, o novo governo enfrentaria as dificuldades econômicas: a combinação da inflação ascendente com recessão aprofundada.

Alguns autores, como Bacha (1997), argumentam sobre a fragilidade na base parlamentar de sustentação do novo governo. Essa afirmação, apesar de ser corrente, não condiz com os fatos. Foram várias as vitórias que o governo obteve no Congresso: aprovação do Fundo Social de Emergência, que diminuía as transferências constitucionais para Estados e Municípios, e do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, que aumentava a carga tributária, só para citar as mais importantes. Ou seja, um governo que consegue modificar a divisão de recursos do pacto federativo e impõe majoração dos impostos, não pode ser considerado como fraco. Além disso, conseguiu impor suas vontades frente ao Poder Judiciário, mais especificamente à Justiça do Trabalho, nas questões dos reajustes salariais.

Além da avaliação de se tratar de um governo fraco, o período Itamar Franco era tido como algo passageiro e que pouca interferência teria no processo de acumulação capitalista brasileiro. Segundo aquelas avaliações, as grandes mudanças estariam reservadas para depois das eleições presidenciais e legislativas de outubro de 1994. A avaliação corrente que se tinha era de um governo tampão, liderado por um presidente trapalhão e sem expressão.

Alguns analistas, como Fiori (1996), argumentavam que o início do período Itamar Franco representaria a ruptura com teses do Consenso de Washington.

"Mas parece que o contínuo fracasso no combate inflacionário não só deixou marcas reais e perversas como

⁵⁷ Segundo Bacha (1997), os dois primeiros ministros da Fazenda de Itamar demitiram-se depois de uma série de conflitos com o Presidente quanto à gestão da política econômica, enquanto o terceiro abandonou o cargo sob acusações de manter relações impróprias com empresas.

também permitiu um doloroso processo de aprendizagem. Hoje multiplicam-se no cenário político intelectual brasileiro documentos técnicos expondo uma argumentação que converge com a de vários organismos internacionais e reaparece em inúmeros estudos de opinião sobre as posições de setores empresariais, intelectuais e políticos brasileiros (Payne, 1990 e 1992; Diniz e Boschi, 1992; Souza e Lamounier, 1992, entre outros). Em seu conjunto, não é impossível identificar um novo consenso emergente (mas não-hegemônico) em torno das razões dos fracassos e da necessidade de uma nova concepção estratégica para enfrentar o desafio da inflação" (Fiori, 1996, p. 159)⁵⁸

Não que as teses liberais deixassem de ser aplicadas pelo governo Itamar, contudo, após o fracasso da política econômica do Governo Collor⁵⁹, os analistas especulavam que estaria ganhando solidez um novo consenso, apontando a necessidade de outras medidas, além de estabilização monetária, liberalização econômica e privatizações:

"Se em vários pontos seu diagnóstico nacional e internacional difere da visão neoliberal, algumas de suas propostas, entretanto, são muitas vezes coincidentes: reconhecem a propriedade absoluta da estabilização monetária, o papel essencial das políticas fiscal e monetária austeras, mas, ao mesmo tempo, consideram que a estratégia não pode, por um lado, desconsiderar as prévias condições sociais da população nem as condições políticas reais de sua implementação. Mas se diferenciam, sobretudo, ao considerar que, para que a estabilização tenha êxito, deve estar articulada com um projeto nacional que conte com a sustentação de uma sólida coalizão política e o apoio empresarial" (Fiori, 1996, p. 159)

O projeto nacional a que se refere o novo consenso deveria ser guiado através do Estado. Dito de outra forma, nessas interpretações, o mercado, apesar de ter suas vantagens aludidas, perdia o papel de principal instrumento de alocação e distribuição na economia. O Estado assumiria a condição de principal instrumento de coordenação e regulação econômica. Além desse posicionamento, que colocava por terra um dos eixos centrais das teses neoliberais, as novas interpretações referem-se a projeto nacional.

⁵⁸ Essa citação refere-se a "*Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro*", texto escrito, entre janeiro e março de 1993, enquanto o autor esteve em Washington como pesquisador visitante do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Publicado em 1996, em *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, com Maria da Conceição Tavares.

⁵⁹ Sobretudo do último período quando foi aplicado o receituário ortodoxo com apoio e monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mudança considerável, pois, até então, qualquer perspectiva de projeto nacional era vista como ultrapassada, desde quando estariamos nos tempos da globalização. Ademais, o projeto deveria

"contar com a coordenação de um Estado reformado capaz de trocar seu velho papel de regulador e produtor pelo de coordenador estratégico de um grande esforço de compatibilização de expectativas em torno de quatro objetivos básicos: 1. O da reestruturação produtiva voltada para a competitividade e sustentada por um novo tipo de política industrial; 2. O de uma efetiva inserção econômica internacional; 3. O da construção produtiva da justiça social, e 4. O da obtenção de uma institucionalidade democrática auto-sustentada"(Fiori, 1996, p. 160)

Essa avaliação ocorria no momento em que o processo de Revisão Constitucional chegava ao seu final, sem produzir grandes alterações na Carta Constitucional de 1988 e o candidato das oposições estava percorrendo o país com suas caravanas, embalados por alto índices de popularidade que pareciam assegurar sua eleição já no primeiro turno.

Realmente, o sentimento que ganhava corpo na nação, no período pós-Collor, era de mudanças. O impeachment do presidente, após um processo de grandes mobilizações, assumia uma significação de repúdio às políticas econômicas aplicadas até então. Dessa forma, a emergência do novo consenso apresentava-se como contraponto às políticas neoliberais, mas também significava um contraponto a um programa mais radical por parte de um possível governo democrático-popular, representado pela candidatura Lula.

A partir da posse de Fernando Henrique Cardoso, em maio de 1993, como novo ministro da Fazenda, o governo assumiu mais coesão e adotou uma estratégia de ação no campo da busca da estabilidade macroeconômica: o controle financeiro das contas públicas⁶⁰. Dessa forma, quanto ao controle das políticas macroeconômicas, alguns analistas dividem em dois momentos a administração de Itamar Franco: o primeiro marcado pela indefinição e rotatividade de ministros, e o segundo caracterizado pela preparação e lançamento do Plano Real.

⁶⁰ Segundo alguns autores, Fernando Henrique Cardoso desempenhou um papel semelhante a de um Primeiro-Ministro.

A presença de Fernando Henrique no comando do Ministério da Fazenda contribuía para que as formulações que defendiam o novo consenso adquirissem mais força, devido à pessoa do presidente e às propostas da social democracia. Contudo, a partir da gestão de Fernando Henrique à frente do Ministério da Fazenda, o que se verificou foi a adoção de um programa econômico ortodoxo.

Esse conteúdo ortodoxo ganhou forma pela primeira vez através do Programa de Ação Imediata (PAI). Lançado em junho de 1993, mantinha a análise das causas da crise e as soluções apontadas ainda no governo Collor. Nesse sentido, como anunciamos acima, a nova equipe ministerial identificava-se, ainda mais, com aquele diagnóstico, chegando a ser mais contundente em suas declarações e documentos, quanto à superioridade do mercado frente ao Estado, do que as posições do governo anterior.

"A economia brasileira está sadia, mas o governo está enfermo. O diagnóstico sobre a causa fundamental da doença inflacionária já foi feito. É a desordem financeira e administrativa do setor público, com seus múltiplos sintomas"(BRASIL, 1993)

A questão, de agora por diante, tinha contornos diferenciados. A economia brasileira (leia-se o setor privado) estaria muito bem. Já o Estado, estaria enfermo e em decorrência dessa enfermidade, surgia o problema inflacionário que, por sua vez, seria o responsável pela falta de crescimento, pela má distribuição de renda, enfim, pela falta de equidade social no país.

Temos que observar o quanto o discurso contra o Estado e a favor das atividades privadas estavam enraizadas na nova equipe ministerial⁶¹, mesmo o documento salientando para práticas não tão saudáveis dos bancos e das empresas.

Diante de tal concepção, a hierarquização de ações para iniciar-se o processo de promoção da equidade social era bem mais nitido e até mais etapista do que o observado, anteriormente, na fala da Ministra da Economia do governo Collor.

⁶¹ A única alusão a um comprometimento das elites no processo de recuperação da economia só aparecia no meio do documento, após a exposição da sua mensagem principal: *"Por fim, a evasão fiscal não pode continuar transferindo para os assalariados uma parcela desproporcional da carga tributária, nem proporcionando a certas empresas uma vantagem competitiva espúria em relação àquelas que cumprem suas obrigações"* (BRASIL, 1993).

"A reorganização financeira e administrativa do setor público tem implicações que vão muito além do econômico. É uma tarefa de salvação nacional e um desafio político que pode ser resumido nos seguintes termos:

- O Brasil só consolidará sua democracia e reafirmará sua unidade como Nação soberana se superar as carências agudas e os desequilíbrios sociais que infernizam o dia-a-dia da população;

- A dívida social só será resgatada se houver ao mesmo tempo a retomada do crescimento auto-sustentado da economia;

- A economia brasileira só voltará a crescer de forma duradoura se o país derrotar a superinflação que paralisa os investimentos e desorganiza a atividade produtiva;

- A superinflação só será definitivamente afastada do horizonte quando o governo acertar a desordem de suas contas, tanto na esfera da União como dos Estados e Municípios;

- E as contas públicas só serão acertadas se as forças políticas decidirem caminhar com firmeza nessa direção, deixando de lado interesses menores."(BRASIL, 1993)

As propostas dirigiam-se, unicamente, ao controle financeiro do Estado, objetivando o equacionamento do caixa do governo. Nesse sentido, Edmar Bacha, membro da equipe, fazia os seguintes comentários.

"O Ministro Cardoso e sua pequena equipe econômica inicial (da qual o autor foi membro) decidiram então adotar uma política econômica bastante conservadora e apresentaram o Programa de Ação Imediata, com ênfase total no ajuste das contas do setor público, cujos desequilíbrios eram identificados como a causa fundamental da inflação crônica no Brasil. (...) A conclusão era que o controle da inflação pressupunha que o governo equilibrasse seu programa ex-ante, isto é, mostrasse a determinação política de cortar do orçamento os excessos de gastos que eram previamente erodidos pela inflação ou financiados pelo imposto inflacionário." (Bacha, 1997, p.13)

O Plano de Ação Integrada (PAI) consistia em seis eixos de ação, conforme o quadro 2 abaixo.

QUADRO 2 - Medidas do PAI objetivando o equilíbrio financeiro do Estado.

A recuperação das finanças públicas não é uma mera questão de gastar menos e arrecadar mais. Ela envolve uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada, incluindo:

- I) corte e maior eficiência de gastos;
- II) recuperação da receita tributária;
- III) fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação as dívidas com a União;
- IV) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais;
- V) saneamento dos bancos federais;
- VI) privatização.

O conjunto de medidas que se apresenta a seguir enfrenta esse desafio a partir da sua vertente mais árdua: o estabelecimento da verdade orçamentária nas contas da União, tanto pelo lado da despesa como da receita.

Fonte: BRASIL, 1993 p. 199.

Desse conjunto de medidas, só o corte e, talvez, maior eficiência de gastos e recuperação da receita tributária foram feitos imediatamente. Os outros itens foram mais cartas de intenções e demonstrações de atitudes, cujos efeitos sobre o orçamento só se verificariam a médio prazo.

Quanto ao controle de gastos, o governo retificava a posição da gestão anterior, no sentido da repressão e supressão das fontes. Quanto à recuperação da receita, implementava medidas no sentido de tornar a máquina arrecadadora mais eficaz e previa-se de aumento de impostos. Apesar de assinalar as distorções do sistema tributário nacional, alto índice de regressividade, sonegação e uma base mínima de incidência, não fora tomada nenhuma medida corretiva⁶².

O governo esperava, com essas medidas, alcançar o equilíbrio orçamentário, para, a partir daí, conquistar etapas seguintes na sua hierarquia de prioridades e de possibilidades.

"O governo entende que, com efetiva implantação deste Programa de Ação Imediata e a progressiva melhora das contas públicas, o adicional de risco atualmente cobrado pelos

⁶² O governo remetia modificações mais profundas na ordem tributária para o processo de Revisão Constitucional.

mercados financeiros cairá, e por isso o Banco Central deverá praticar taxas de juros internas que cada vez mais se aproximem das taxas internacionais para prazos equivalentes de aplicação. Do mesmo modo, o Banco Central evitará que a supervalorização cambial afete negativamente as exportações brasileiras. A desvalorização cambial deve, em princípio, seguir a inflação e cair junto com ela, na medida em que aumenta a confiança do público na aplicação efetiva do programa de ação do governo." (BRASIL, 1993)

Contudo, diante do pouco alcance que o Programa teria nas contas do governo de imediato, ainda em 1993, o governo propõe e implementa um aumento de impostos por conta do lançamento do imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF) e cria o Fundo Social de Emergência (FSE). Com o IPMF, aumentaram os impostos de forma indiscriminada, atingindo a todos que realizassem operações bancárias.

O Fundo Social de Emergência representava uma retenção de US\$ 15 bilhões do repasse para Estado e Municípios⁶³. Apesar da sua denominação de Social e do discurso utilizado no momento de aprovação, o fundo mantinha-se na direção de cortes e supressão de despesas, muitas vezes dos gastos sociais. O objetivo do governo com o lançamento do fundo era driblar os repasses constitucionais a Estados e Municípios, esperando, com isso, equilibrar o orçamento fiscal, condição importante, segundo a equipe econômica, para um futuro plano de estabilização.

"O primeiro estágio consistiu em equilibrar o orçamento fiscal operacional ex-ante, por intermédio de cortes profundos na proposta orçamentária para 1994. A implementação desses cortes exigiu a aprovação pelo Congresso de uma emenda constitucional (FSE), permitindo a esterilização para os anos fiscais de 1994 e 1995, de 20% das destinações orçamentárias.

A finalidade dessa primeira etapa era demonstrar a capacidade de o governo federal executar as despesas orçadas sem precisar das receitas geradas pela inflação." (Bacha, 1997, p.19)

O Fundo, inicialmente, tinha uma duração prevista até o final de 1995, porém foi prorrogado, com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal, até 30 de junho de 1997.

⁶³ Segundo o Ministério da Fazenda, já no exercício de 1993, conseguia-se o equilíbrio das contas governamentais. Chegava-se a um superávit operacional do setor público (União, Estados, Municípios e Empresas Estatais) igual a 0,25% do PIB (BRASIL, 1993).

Após aprovação do FSE, o governo avança para a terceira fase do seu programa de estabilização, lançando a Unidade de Referência de Valor (URV).

A economia brasileira apresentava um forte grau de indexação. Para alguns economistas, essa situação, apesar de proteger ativos do processo inflacionário, eternizava a memória inflacionária nos agentes econômicos⁶⁴. Daí decorria uma situação complicada: à medida que a indexação protegia os ativos da inflação de hoje, projetava essa inflação para o amanhã. Contudo, essa indexação não era realizada por um indicador apenas, eram vários indicadores, cada vez mais aperfeiçoados e voltados para setores específicos da economia. Além disso, o momento da recomposição dos ativos era diferenciado. Como resultado, quando alguns setores realizavam suas correções e chegavam ao pico de seus ativos, outros estavam no piso. Essa dessintonia realimentava constantemente o processo inflacionário.

Desindexar a economia sem vulnerabilizar os ativos diante do processo inflacionário e garantir uma coerência entre os preços relativos constituía-se no grande desafio dos Planos de Estabilização experimentados na economia brasileira. A Unidade Real do Valor surgiu com o objetivo de realizar tal empreitada.

“A principal finalidade da Segunda etapa do plano era alinhar os preços relativos mais importantes da economia, uma vez que a existência de contratos indexados com datas de reajuste diferentes implicava uma grande dispersão desses preços a qualquer momento do tempo, com alguns deles tendo sido reajustados recentemente e outros apresentando uma grande defasagem. Em tais circunstâncias, uma súbita interrupção do processo inflacionário surpreenderia alguns preços em seu valor de pico e outros no vale. Tais desalinhamentos de preços tenderiam inevitavelmente a impor pressões inflacionárias adicionais, na medida em que cláusulas prévias de reajuste continuariam a forçar para cima os preços defasados. Esse mecanismo de indexação não-sincronizado fornecia o chamado componente estrutural associado ao déficit operacional ex-ante do orçamento federal.” (Bacha, 1997, p. 21)

⁶⁴ Esse é o princípio básico dos defensores da tese da inercialidade da inflação brasileira. Dessa forma, políticas de controle de cunho ortodoxo, como supressão do crédito, juros altos, seriam ineficazes. Diante desse caráter inercial da inflação brasileira, o controle mais eficiente passa pela necessidade de apagar a memória inflacionária dos agentes econômicos.

A URV foi lançada em 1º de Março de 1994⁶⁵. Inicialmente, tratou de superindexar a economia. Reajustada diariamente de acordo com a variação do câmbio, assumiu a função de unidade de conta que a moeda inflacionada havia perdido. Começou a ser utilizada na conversão dos salários e benefícios previdenciários, estendendo-se, posteriormente, aos preços privados, aos contratos pré-fixados e pós-fixados, aos contratos financeiros, às tarifas e preços públicos e, finalmente, aos contratos continuados com cláusulas de reajuste.

Com isso, foi assumindo a condição de indexador único da economia. Desde quando os preços e contratos foram sendo transformados em URV, acontecia um realinhamento dos preços relativos dos bens e serviços. Segundo o governo, o pressuposto básico do Plano Real, na fase da URV, foi o da neutralidade distributiva. Para evitar as distorções que comprometeram o êxito de outras políticas anti-inflacionária, notadamente o Plano Cruzado, seria essencial que a conversão dos contratos para URV não interferisse no equilíbrio econômico das relações reguladas por esses contratos⁶⁶.

A URV cumpriu seus propósitos, realinhou os preços relativos, tornou-se o indicador referencial para economia, e, com isso, conseguiu eliminar o componente inercial da inflação e baixar a inflação, criando as condições de reunificação das principais funções monetárias em uma única moeda.

Após quatro meses de utilização da URV, o governo achou que o componente inercial da inflação estava controlado⁶⁷ e chegava a hora de unificar em uma nova unidade monetária as três funções básicas da moeda. Em 1º de julho de 1994, a URV é transformada em Real, a nova moeda brasileira⁶⁸.

⁶⁵ A exposição de motivos da URV (nº 395), foi lançada em 7 de dezembro de 1993, transformada na Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994, e foi aprovada na forma de Lei sob o nº 8.800 em 27 de maio de 1994.

⁶⁶ Essa fase é aplaudida por economistas das variadas matizes. Consideram o grande feito do processo de estabilização. Segundo Delfim Neto (1997), a equipe do governo conseguiu os efeitos de uma hiperinflação sem necessariamente o país ter passado por ela.

⁶⁷ Com o lançamento da nova moeda, o governo dava mais um passo para o fim da indexação na economia, eliminando a maioria dos indexadores existentes até então.

⁶⁸ A escolha da data do lançamento do Real teve uma forte componente política para privilegiar o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, candidato às eleições presidenciais de outubro.

Dessa forma, podemos apontar que ao longo dos três governos foram mantidos e acelerados os pontos da agenda neoliberal implantada por Collor. E longe de agregar uma nuance mais social, pautada por um projeto nacional, como especulavam as análises que vimos anteriormente, o período FHC avançava na adoção completa dos principais pontos do Consenso de Washington.

O governo Itamar Franco, em linhas gerais, deu continuidade às ações do governo Collor, apesar de toda tentativa de construção de uma imagem diferenciada entre os dois períodos. Claro que nas questões éticas nada foi comparável com a ação do "*Caçador de Marajás*". Porém, quanto ao estatuto teórico do governo, as medidas e as estratégias foram as mesmas. Houve diferenças de ritmo, intensidade, em uma ou outra ação, mas prevaleceu a lógica do Consenso de Washington, condicionando uma melhora na equidade social ao crescimento econômico e esse à estabilidade macroeconômica, associada à liberalização da economia e à diminuição da presença do Estado nos setores produtivos.

Assim, num quadro síntese sobre o período Itamar Franco, não encontraremos grandes diferenças com uma síntese do governo Collor. Os governos direcionaram suas ações na tentativa de estabilizar a economia, implementaram políticas visando intensificar a liberalização econômica, a privatização das empresas estatais e a reforma administrativa.

O grande feito da gestão Itamar foi conseguir, em julho de 1994, faltando seis meses para o término do seu mandato, uma estabilização da inflação que afetou, sobremaneira, as pessoas, principalmente por uma questão psicológica.

3.2 Implementação do Real

O Plano Real constitui-se numa nova tentativa de organizar a economia brasileira, visando deter a trajetória ascendente da inflação, recuperar as bases do crescimento sustentado a longo prazo (PIB, investimentos, emprego e produtividade) e reduzir os desequilíbrios sociais. A implementação do Real ganhou contornos bem distintos dos planos de estabilização anteriores, por ser feita por etapa (ajuste fiscal e a URV, como vimos anteriormente), evitando choques na economia: seja por congelamento, desvalorização, confisco, seja por outra medida.

Para sustentação da nova moeda, o governo atrelou-a ao câmbio, criando a paridade de R\$ 1,00 = US\$ 1,00. O governo comprometia a emissão da moeda às reservas cambiais. Assim ficava estabelecido na medida provisória:

"Art. 3 - O Banco Central do Brasil emitirá o REAL mediante a prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente, observado o disposto no art. 4.

S 1 - As reservas internacionais possíveis de utilização para a composição do lastro para emissão do REAL são os ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América.

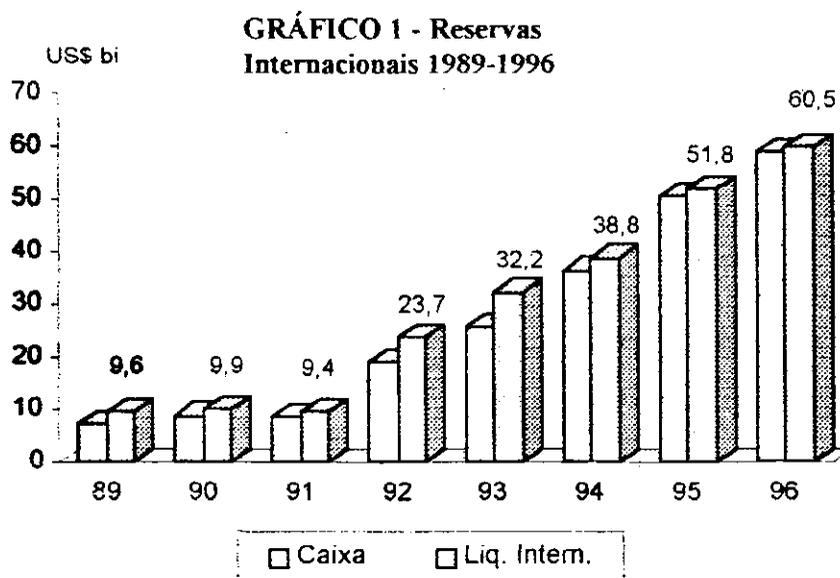
S 2 - A paridade a ser obedecida, para fins da equivalência a que se refere o caput desse artigo, será de um dólar dos Estados Unidos da América para cada REAL emitido.

S 3 - Os rendimentos resultantes das aplicações das reservas vinculadas não se incorporarão a estas, sendo incorporadas às reservas não vinculadas administradas pelo Banco Central do Brasil."(BRASIL,1994)

Essa sobrevalorização ajudou a derrubar a inflação, provocou a redução dos preços dos produtos importados, forçando a queda dos preços internos; favoreceu as empresas na importação de máquinas e equipamentos (mais baratos), contribuindo para intensificar a modernização das indústrias e aumentar-lhes a produtividade, a eficiência e a competitividade.

Essa ancoragem cambial foi possível pelo grande volume de reservas cambiais que o governo conseguira acumular nos últimos tempos, fruto do excesso de liquidez no mercado financeiro internacional⁶⁹. Esse acúmulo pode ser constatado no gráfico 1 abaixo:

⁶⁹ O fechamento do acordo da dívida externa com os credores externos, após vários anos, também contribuiu para o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil.



Como podemos observar, as reservas internacionais que em 1991, antes do fechamento do acordo da dívida, estavam no patamar de US\$ 9,4 bi, foram incrementadas de forma significativa em 1992, alcançado o patamar histórico de US\$ 23,7 bi, continuando a crescer até chegar, em 1994, próximo de US\$ 40 bi. O gráfico apresenta as reservas internacionais em dois conceitos: caixa e liquidez interna. O conceito caixa, significa a quantidade de reservas disponíveis no Banco Central. O conceito de liquidez interna leva em conta as reservas disponíveis no Banco Central mais os haveres representado em

titulos de médios e longos prazos. Essa quantidade de reservas dava o aval a política monetária do governo ao estabelecer a paridade com o real, ou seja, as emissões de dinheiro não seriam às custas do déficit. Também podemos constatar o aumento contínuo das reservas até o ano de 1996, fruto da política de atração de capitais no mercado internacional que foi intensificado a partir do Plano Real.

As conseqüências imediatas do lançamento da nova moeda foram extremamente positivas, levando alguns observadores à euforia. De imediato, conseguiu o controle da inflação. Em julho de 1994, os vários índices de preços detectavam uma inflação mensal na casa dos 50% mensais: após o Plano Real, registraram uma inflação mensal na casa dos 2%. O quadro 3 abaixo demonstra tal evolução em vários índices de verificação mensal da inflação.

QUADRO 3 - Índices de Preço⁷⁹ (%)

Período	IGP-DI	IGP-M	IPC-FIPE	IPC-r	INPC
94/ jun.	46,60	45,21	50,75	-----	48,24
jul.	5,47	4,33	6,95	6,08	7,75
ago.	3,34	1,95	1,95	5,46	1,85
set.	1,55	1,75	0,82	1,51	1,40
out.	2,55	1,82	3,17	1,86	2,82
nov.	2,47	2,85	3,02	3,27	2,96
dez.	0,57	0,84	1,25	2,19	1,70

Fonte: Ministério da Fazenda/ Balanço dos 12 meses do Real.

A redução imediata nos níveis inflacionários resultou num aumento do poder aquisitivo, principalmente dos extratos mais baixos da população, propiciando um aumento da demanda, desde quando o poder aquisitivo dos salários foi preservado e até aumentado. Para muitos, esses resultados foram possíveis graças ao fim do imposto inflacionário, uma espécie de taxa que recaía com mais força sobre a população de baixa renda, que não tinha como se proteger das altas taxas de inflação, por não ter acesso aos instrumentos financeiros do mercado (conta bancária remunerada etc). O governo fez a seguinte leitura desses fatos,

"A nova moeda trouxe um substancial ganho para o trabalhador. Além de o salário deixar de ser corroído mensalmente pela inflação, as classes de renda mais baixas foram favorecidas pelo aumento de 54% no valor do salário mínimo - passou de R\$ 64,79, em julho de 1994, para R\$ 100,00, em maio de 1995 - e pela queda de cerca de 5% no valor da cesta básica, ocorrida nos últimos 12 meses. A combinação desses fatores redundou em expressivo crescimento do poder aquisitivo (quase 60%) dos trabalhadores de menor renda, ao longo dos últimos 12 meses, sobre os produtos da cesta básica

O valor da cesta básica, em 1º de julho de 1994, era de R\$ 106,95. Em 30 de junho de 1995, o preço da cesta havia caído para R\$ 100,78." (BRASIL.Ministério da Fazenda, 1995)

⁷⁹ IGP-DI: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro.

IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado, da FGV.

IPC-FIPE: Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Universidade de São Paulo (USP).

IPC-r: Índice de Preços ao Consumidor do Real (deixou de ser apurado desde o dia 1º de julho deste ano).

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por outro lado, as organizações dos trabalhadores e alguns críticos do governo relativizaram os dados, dando outra interpretação para o fato,

" (...) O primeiro ponto a destacar é que, apesar de muitos analistas tentarem desqualificar o IPC-r como indexador de perdas salariais, estas ocorreram. Na verdade, elas aconteceram principalmente na virada da URV para o Real. Mas não devemos esquecer que a URV é parte integrante do plano de estabilização e que uma de suas funções era exatamente evitar que as perdas acontecessem. Neste sentido, não houve erro técnico na introdução do IPC-r, como querem fazer acreditar alguns. Por outro lado, também não errou o IBGE no cálculo do índice, como quiseram fazer parecer outros. Se algum erro houve foi no desenho da política salarial após a introdução do Real e na timidez do plano em atacar a origem do problema: o caráter conflitivo das relações de trabalho no Brasil. Mas isso não foi um erro, e sim uma escolha." (Camargo, 1994, p. 24)

A argumentação do governo é correta, ou seja, dado o salário de julho e a redução do índices inflacionários a partir dessa data, ocorre a manutenção do poder aquisitivo dos salários e se associado a isto houver aumentos de salários ou redução dos preços, estaremos diante de um ganho incontestável. Por outro lado, as argumentações das organizações dos trabalhadores acrescentam outros elementos à discussão. Elas argumentam que não se deve avaliar as perdas ou ganhos salariais a partir de um único mês. Quando o governo instituiu a URV, os salários foram reajustados pela média, e dessa forma, acarretou perdas. Além disso, no período de vigência da URV, também ocorreram perdas que não foram recompensadas. Dessa forma, os salários de julho de 1994 representavam um poder aquisitivo menor do que o último quadrimestre de ano de 1993. Entretanto, esse poder aquisitivo seria preservado de agora em diante, enquanto permanecessem as baixas taxas de inflação e para aqueles que continuassem empregados.

O aumento do poder aquisitivo associado à expansão do crédito e da possibilidade de compras com prestações fixas⁷¹ levaram a um aumento da demanda,

⁷¹ A respeito da expansão da demanda Beluzzo faz os seguintes comentários: "Por conta da estabilização súbita, os salários que não eram protegidos contra a inflação ganham um poder de compra enorme. Ao mesmo tempo observa-se um impulso ao endividamento muito rápido, como se as condições fossem as anteriores (isso ocorreu na Argentina também), e quando as pessoas se dão conta as circunstâncias mudaram e há o risco de uma crise de crédito." (Novos estudos CEBRAP, n 44 p. 51)

que, por sua vez, fizeram com que o desempenho da economia também experimentasse taxas ascendentes. Essa constatação pode ser verificada em diversos campos. O PIB cresceu 5,67% em 1994, com o setor industrial apresentando expansão de 7%. Com base em dados do IBGE, verifica-se que o setor de bens duráveis liderava até março o crescimento industrial estimulado pelo Plano Real, acumulando expansão de 29,7%. No entanto, o setor de bens de capital, responsável pela ampliação da capacidade de oferta da economia, também teve expressivo crescimento, alcançando a taxa de 27,2% naquele período.

O governo ainda anunciava outros dados que corroboravam o sucesso inicial do plano,

"A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), da Fundação IBGE, mostra que, no período entre junho de 1994 e abril de 1995, nas regiões metropolitanas, o aumento real de salários foi de 12,02%, (deflacionado pelo INPC), para os trabalhadores com carteira assinada. Maiores foram os ganhos dos trabalhadores do setor informal da economia, cujo poder aquisitivo é bem menor. Em média, os rendimentos reais dos trabalhadores que não têm carteira assinada aumentaram em 20,80 %, enquanto a renda daqueles que trabalham por conta própria teve um crescimento de 45,48 %, naquele período. Em termos médios, a massa de salários nas regiões metropolitanas cresceu 21,4%, entre junho de 1994 e abril de 1995.

O nível de ocupação nas regiões metropolitanas, também segundo a PME, acusou incremento médio de 3,3%, entre junho de 1994 e abril de 1995. A ocupação para empregados com carteira aumentou em 2,16%. Para empregados sem carteira, o crescimento foi de 6,13%, na medida que, os trabalhadores autônomos tiveram o nível de ocupação ampliado em 2,65%. A taxa de desemprego nas regiões metropolitanas, que era de 5,42% em junho de 1994, caiu para 4,35%, em abril de 1995."(BRASIL, Ministério da Fazenda, 1995).

Portanto, o plano promoveu sinergias positivas em cadeias: diminuição da inflação, preservação do poder aquisitivo dos salários, restabelecimento do crédito, aumento das vendas, crescimento da economia, aumentos de empregos, melhora na arrecadação que aumentou 11,5% em 1994 em relação ao ano anterior.

Segundo Vasconcellos *et al* (1996), contribuiu para o sucesso do real, além da liquidez internacional e o acordo da dívida, o processo de abertura iniciado no governo Collor, assim como, indiretamente, a recessão provocada nesse período:

"O processo de abertura econômica iniciado no Governo Collor, num quadro de recessão econômica, como foram os anos de 1991 1992, teve fortes impactos sobre a lógica de formação de preços na economia, tanto no que diz respeito à capacidade dos empresários de repassarem os aumentos de custos para preços, como ao poder dos sindicatos em suas pretensões salariais." (Vasconcellos, Gremaud e Toneto Júnior, 1996, p. 231)

Já Sayad (1997) debita o sucesso do plano ao restabelecimento da ordem econômica, graças ao soerguimento das funções da moeda (unidade de conta e de reserva de valor), pois, dessa forma, possibilitava operacionalidade nas trocas. Sayad discorda de interpretação freqüente que aponta a supressão do imposto inflacionário como principal trunfo do plano,

"O sucesso político de todos os planos de estabilização, e em especial o sucesso político do Plano Real, o único de longa duração, deve ser atribuído ao restabelecimento da ordem econômica e não ao fim do 'imposto inflacionário'. A maioria da população apóia Estados eficazes, mesmo que autoritários ou ditatoriais. Analogamente, a população apóia o fim da inflação, independentemente dos ganhos de imposto inflacionário" (Sayad, 1997, p. 76)

Ele prossegue, apontando a singularidade do Plano Real frente aos planos de estabilização experimentados pela economia brasileira,

"O sucesso de qualquer plano de estabilização depende da estabilização de um preço nominal relevante: salário ou câmbio. (...) Já que salários e câmbio não podiam ser eficazmente estabilizados, todos os Planos, com exceção do Real, usaram o congelamento de preços, tentando fixar, em termos nominais, todos os preços. Todos fracassaram. Só a solução da crise da dívida externa permitiu a fixação bem-sucedida do câmbio em julho de 1994." (Sayad, 1997, p. 79)

Contudo, adverte que a equação que possibilitou o Plano Real não pode ser mantida infinitamente,

"A utilização da taxa de câmbio como preço nominal a ser fixado não pode ser analisada como solução definitiva e estável,

pois está sujeita às instabilidades do mercado financeiro internacional. É, entretanto, a única solução disponível para as economias latino americanas em geral e do Brasil em particular” (Sayad, 1997, p.79)

A leitura de Sayad sobre as questões inflacionárias de uma forma geral, (vista no capítulo anterior) e de forma específica do Plano Real que acabamos de verificar, corroborando com o que havíamos dito anteriormente, constata que a estabilização do câmbio derivava diretamente da quantidade de reservas cambiais no Banco Central. Para isso, o governo adotou altas taxas de juros para atrair capitais com intuito de manter as reservas nacionais elevadas.

O sucesso inicial do Plano Real fortaleceu as formulações reinantes na equipe do governo, o discurso proferido na mídia e em certos setores da academia, de que a estratégia do Consenso de Washington se mostrara eficiente e essas medidas constituíam-se no único caminho possível de conduzir o país para a retomada do desenvolvimento. Aperto fiscal, controle da inflação, estabilização monetária e, de agora por diante, crescimento econômico. Contudo, a diminuição dos índices inflacionários não significou a abertura de uma nova rota de desenvolvimento para o Brasil e, como já assinalamos, revelava uma contradição com as teses do Consenso de Washington, quando alimentava o controle macroeconômico. Ou seja, a estratégia seguida desde o governo Collor, enfim, revelara-se eficiente para conter a inflação, porém criava obstáculos para os passos seguintes.

As reservas elevadas e abertura comercial possibilitaram importação, que veio suprir a demanda e forçar a concorrência nos setores onde repiques inflacionários resistiam. Em contrapartida, a manutenção da atratividade de capitais levou à necessidade de taxas de juros elevadas, que trouxe consigo toda perversidade contra os investimentos produtivos e as dívidas do governo.

Essa necessidade revelava-nos uma contradição frontal com a pregação da equipe econômica, pois juros altos incidindo sobre o déficit governamental, significariam dívidas mais altas. No PAI, a equipe enfatizava o contrário,

“A equação governamental para alcançar fases de crescimento passava pelo equilíbrio das contas, redução dos juros e

desvalorização do câmbio visando sucesso da exportações."(BRASIL, 1993)

Como os déficits governamentais sempre foram apontados como um dos principais causadores da inflação, obstáculo ao investimento e ao crescimento econômico, implementar um programa de estabilização que estava baseado na necessidade de juros altos, constituía-se numa "operação enxuga gelo". Pois, ao passo que se buscava diminuir o déficit com cortes de gastos de custeio, investimentos sociais e vendas de ativos, incrementava-se uma política econômica queurgia por juros altos.

Talvez o componente eleitoral tenha falado mais alto. A vontade de manter-se no poder fez com que a equipe desenvolvesse um plano, rápido e eficiente, voltado a diminuir as taxas de inflação sem tantas preocupações com a eficácia deste na estabilidade macroeconômica. Caso essa explicação seja aceita como verdadeira, temos configurado um novo tipo de populismo na América Latina. Em função da disputa eleitoral, buscou-se atender a um reclame popular, mesmo que a forma para conseguir tal intento acarretasse prejuízos para coletividade no futuro. Os desdobramentos dessa opção veremos adiante.

Segundo Chico de Oliveira, o êxito inicial seria o principal problema do plano:

"Em primeiro lugar, eu diria que o maior risco do Plano Real é que ele teve êxito. Isto porque o governo está fluidificando. Isso é um prognóstico que eu tinha um ano atrás, e acho que se confirmou. O Governo ficou prisioneiro do êxito. Pode ser um êxito precário, à custa dessas alianças ad hoc, através de negociações que têm que ser reiteradas a cada dia, mas é um êxito que o tornou prisioneiro. Tornou prisioneiro do ponto de vista de que não pode sair mais daquele caminho, durante um certo tempo. E isso tem muitos riscos, conforme as exposições dos que me antecederam já evidenciaram. O principal dos quais, a meu modo de ver, é que o êxito, na forma que está dada, rema a favor da maré conservadora. Sociologicamente, a estabilidade é conservadora, e isso rema a favor da dificuldade de introduzir mudanças - que têm que ser, na verdade mais ousadas. Isso torna o governo, em primeiro lugar, prisioneiro do próprio plano, e prisioneiro das alianças que ele precisa para mantê-lo. Nesse sentido, o êxito reduz severamente a margem de manobra do governo, ao invés de ampliá-la" (Novos Estudos CEBRAP, 44, p. 57)

Com os primeiros resultados do controle inflacionário, pensou-se que, trilhando a cartilha do Consenso de Washington, estaria sendo iniciado um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil. É relativo a esse ponto que Chico de Oliveira se refere quando afirma que o plano caminha para ser prisioneiro do seu sucesso. Desde então, não precisaria de políticas e estratégias para o desenvolvimento. Doravante, o mercado se encarregaria de criar as condições para retomada do desenvolvimento. Sobre esse ponto, Antônio Barros de Castro faz os seguintes comentários:

“Os chamados pais do Real certamente não dispunham de uma visão ou proposta estratégica, no que concerne ao crescimento da economia. E isto poderia ser facilmente justificado, antes de mais nada, pelo fato de que a derrota da inflação de há muito passara a ser entendida como pré-condição para retomada do crescimento.

Muitos, porém, dentro ou fora do governo, iam muito além dessa posição. Para eles, a economia de mercado (que estaria, finalmente, sendo implantada no país) é um sistema auto-impulsionado e, mais que isso, autocorrigível. Se assim é, faz pouco ou nenhum sentido pretender estabelecer estratégias singulares de crescimento. Cabe apenas, na simplória e arrogante fórmula preferida por alguns, “fazer o dever de casa”.”(Castro, 1997)

Nesse mesmo sentido, Luis Gonzaga Belluzo faz os seguintes comentários:

“Eu não vejo o governo Fernando Henrique, no que respeita à administração da economia, como constituído por uma equipe homogênea. Há distintos pontos de vista dentro da equipe. Há uma ala radicalmente liberal, que prega que o processo de substituição das importações foi um erro e que a indústria brasileira é artificial, e para esses o melhor é nem falar em política industrial, porque o certo é abrir mesmo o mercado e introduzir a concorrência. Esse grupo, devido ao sucesso do programa de estabilização, tem uma preeminência em relação à outra fração, o que impede que sejam tomadas iniciativas na direção de fazer com que a economia se desenvolva pelas beiradas - porque o fato é que nós nos desenvolvemos, ao longo desses últimos sessenta anos, fazendo o contrário do que nos recomendaram.

Há dentro da equipe econômica uma fração cuja visão é de que, uma vez estabilizada a economia, nós vamos automaticamente recuperar a capacidade de crescimento. Essa parece uma interpretação ingênua do que está acontecendo no

mundo em matéria de redistribuição de indústrias e de políticas dos Estados em relação às suas respectivas indústrias" (Novos Estudos Cebrap - n° 44)

Vimos que a fala de Beluzo aponta para a hegemonia da ala liberal da equipe econômica, que joga todas as fichas para recuperação da economia brasileira na soberania do mercado. Sobre essa questão, existe discordância, por exemplo, a análise que aponta o Estado brasileiro como o empresário schumpeteriano: desde quando ele é levado a ficar fora das questões relativas ao desenvolvimento, a economia nacional perde seu principal agente inovador.

O período de Itamar Franco conseguiu elevar as taxas de crescimento do produto em 4,2% em 1993 e 6,0% em 1994. Esse crescimento também foi observado no produto per capita, 3,4% em 1993 e 4,3% em 1994⁷². A taxa de investimento alcançou o patamar de 14,4% e 15,3% do PIB em 1993 e 1994, respectivamente, significando um crescimento de 2,85% e 6,25% respectivamente. Apesar de estar aquém dos patamares dos anos oitenta (18%), representava uma inversão na tendência declinante dos anos anteriores. Coroando esse processo, as taxas de desemprego caem de 4,39% em 1993, para 3,42% em 1994. As distinções entre o governo Collor e o de Itamar ficaram por conta do resultado de cada gestão. Collor finalizou sua administração com o Brasil experimentando o aprofundamento da recessão e um processo inflacionário ascendente, enquanto Itamar Franco passava para seu sucessor um país com queda nos índices inflacionários, o que representou um aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores e um crescimento do PIB.

O sucesso econômico do plano irradiou-se para a esfera eleitoral e, após três meses, o então ministro da fazenda é eleito Presidente da República. Fernando Henrique Cardoso foi o maior beneficiário do Plano Real, conseguindo eleger-se no primeiro turno com 54% dos votos, numa eleição em que antes do lançamento do plano, a vitória do candidato de oposição ao governo, Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular⁷³, era tida como certa.

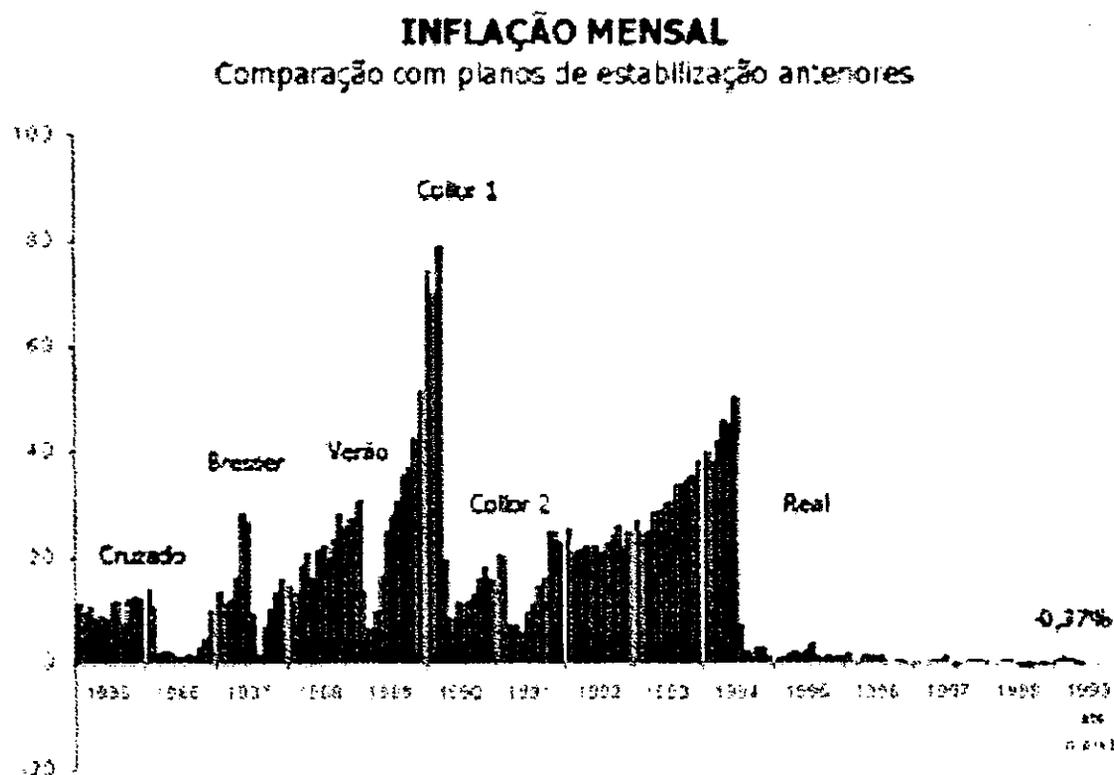
⁷² Dados do IBGE/FGV/SECEX

⁷³ A Frente tinha como principais integrantes: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Apesar do sucesso, já em dezembro de 1994, o plano acarretava problemas ao controle macroeconômico da economia. Sobrevalorização cambial, juros altos, aumento da dívida pública e déficit na balança comercial apresentavam-se como descompassos daquela orquestração, que teriam de ser resolvido pelo novo maestro, com posse marcada para o dia 1/01/95.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assumia a presidência num ano distinto para economia brasileira. Enfim, conseguiu-se dominar "o tigre" da inflação. Após vários planos e diversas tentativas, o processo inflacionário experimentava sensível queda. Seria a primeira vez, em muitos anos, que se iniciaria uma administração sem a companhia de altas taxas de inflação. Como podemos visualizar no gráfico 2 abaixo:

GRÁFICO 2 – Inflação Mensal e Planos Econômicos



Os anos de 1985 (início do governo Sarney), 1990 (início do governo Collor) e 1992 (início do governo Itamar) períodos iniciais de administração coincidiu uma alta taxa de inflação, diferentemente do ano de 1995 quando a inflação registrou 2 pontos percentuais ao mês.

Conduzir o país para um novo ciclo de desenvolvimento, atacando os problemas da falta de um esquema sustentável de financiamento, enfrentar a necessidade de agregar mais progresso técnico aos produtos que compõem a pauta de exportação, elevar as taxas de investimento e criar mecanismos que expandissem a economia horizontalmente: estes foram problemas que caracterizaram os anos oitenta como a década perdida, e resolvê-los seria a missão do governo.

O cenário desejado pela equipe econômica seria o seguinte: controlada a inflação e com a liberalização da economia em curso (fim das restrições ao capital estrangeiro, fim dos monopólios, substituição do Estado pela iniciativa privada nas áreas produtivas), teríamos um aumento de produtividade.

O parque produtivo instalado no país seria reciclado. Com isso, a economia brasileira obtería um novo dinamismo, retomaria a posição superavitária na balança comercial e, pouco a pouco, a âncora cambial seria deixada de lado, os juros declinariam e a economia adquiriria sustentabilidade. Ou seja, a equipe econômica aposta nos mecanismos de mercado e nos investimentos externos de boa qualidade para a grande transformação. Investimentos diretos, que possam proporcionar uma reatualização da estrutura produtiva instalada no país.

Admitindo essa estratégia como verdadeira, ainda teria uma questão a ser ponderada. O foco das atenções deve dirigir-se para a questão do tempo. O tempo necessário para a reatualização produtiva e volta dos *superávits* comerciais teriam que ser iguais à capacidade do país de agüentar dispêndios com os aumentos da dívida do Estado e com déficits nas transações comerciais.

Para esse cenário tornar-se verdadeiro, o governo esperava contar com uma aceitação fácil e automática do seu plano. Imaginou-se que, sendo um "bom plano", todos tinham obrigação de colaborar. Quem assim não o fizesse, seria atrasado, dinossauro e antipatriota. Esperava contar com a sorte e a manutenção das teses do

Consenso, agora com a legitimidade das urnas e da pessoa do presidente⁷⁴. Sorte, para que os bons ventos da liquidez internacional continuassem a soprar para as bandas de cá. Sorte, para receber a colaboração dos investidores internacionais, pois o governo oferecia-lhes ativos preciosos, com excelentes mercados, a preços no mínimo "camaradas". Essa colaboração (ou retribuição) do capital internacional deveria concretizar-se na forma de investimentos diretos. Nunca na condição de capital volátil.

Mas cenários nem sempre ganham identidade com a realidade. Saindo do mundo dos desejos e dobrando a esquina da vida real, o plano encontra-se, de imediato, com críticas referentes à sua consistência, sua coerência e suas possibilidades, desde quando a forma como se alcançou a contenção da inflação provocou sérios descontroles macroeconômicos. Ou seja, a gestão de Fernando Henrique Cardoso, em vez de caminhar única e exclusivamente rumo ao desenvolvimento, teve que se ater a desarmar os problemas macroeconômicos potencializados pelo Plano Real.

Destoando dos resultados positivos, a balança comercial apresentou resultados desfavoráveis. Mês a mês as importações aumentavam numa velocidade superior à ampliação das exportações, resultando em déficit já partir do mês de novembro de 1994. Nesse sentido, Ciro Gomes, último Ministro da Fazenda do Governo Itamar, que acompanhou a implementação do Plano fazia os seguintes comentários,

"Eu não fiz a abertura comercial estudando o nível ótimo da integração da economia brasileira à economia mundial. E disse isso com sinceridade na época. O Plano Real foi lançado, e, como em todas as vezes em que se estabilizou a economia, explodiu a demanda. A economia funcionava quase a pleno emprego, e havia ágio, risco de volta da inflação, de desabastecimento. Começou a haver uma pressão generalizada por aumento de preços, com a armadilha da reindexação. Essa foi o principal motivo da minha ida para o Ministério da Fazenda. A abertura assustava e ninguém queria fazer. O Ricúpero (ex-ministro da Fazenda Rubens Ricúpero) ficou famoso porque foi pego pela parabólica dizendo "O que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde". Mas, na mesma

⁷⁴ Fiori (1994), argumenta que FHC seria a pessoa ideal para assumir a condição de líder máximo da implantação das teses do Consenso no Brasil, devido à sua pseudo aproximação com a esquerda no passado, sua passagem na academia, sendo considerado o príncipe da sociologia brasileira e seu distanciamento com a ditadura militar. Diante de tais atributos, ele superava Collor (um filho da ditadura) e Itamar Franco, seria a pessoa certa à assumir o papel, que Carlos Menem, Alberto Fujimori e Andres Perez, assumiram em outros países latino-americanos, de difusão e ratificação das referidas teses.

fitá, ele dizia: "Se esses f.d.p. dos empresários pensam que vão destruir o Plano Real como destruíram o Cruzado, estão muito enganados, eu vou zerar as alíquotas de importação". Ele caiu foi por isso." (Gomes, 1999)

Os déficits comerciais surgiam em decorrência, primeiro, da sobrevalorização do real, que, no primeiro momento, igualou-se ao dólar e depois ficou valendo mais, o que aumentou as possibilidades das importações e tornou as mercadorias brasileiras mais caras e, segundo, como efeito das medidas de liberalização da economia. Além do que, a partir do aumento das reservas via ingresso de capitais especulativos, de certa forma, o governo brasileiro deixou de priorizar a manutenção dos mega-superávits, consoante a tabela abaixo:

TABELA 1 - Balança Comercial no Plano Real
(US\$ Milhões)

Mês	Exportações	Importações	Saldo
Jul./94	3.738	2.535	1.203
Ago.	4.282	2.760	1.522
Set.	4.162	2.729	1.433
Out.	3.842	3.198	644
Nov.	3.706	4.198	-492
Dez.	3.727	4.611	-884
Jan./95	3.981	3.284	-303
Fev.	2.952	4.047	-1.095
Mar.	3.798	4.734	-936
Abr.	3.394	3.861	-467
Maio	4.205	4.895	-690
Jun.	4.120	4.895	-775

Fonte: Conjuntura Econômica, citado por Vasconcellos, Gremaud e Toncto Júnior, 1996, p. 234.

Há de se destacar, na lista de produtos importados, uma grande quantidade de bens duráveis, principalmente automóveis. Isto denotava uma permissividade para importação de bens de consumo no exterior, fato que vinha a satisfazer e privilegiar os estratos médios e altos da população. Sendo assim, o comércio exterior brasileiro sofreu uma profunda inversão, passando de superávit de US\$ 10 bi, para o déficit na casa dos US\$ 3,5 bi, já em 1995, o que se constituía em um grande problema para estrutura macroeconômica do país que, mais do que nunca, necessitaria de dólares para garantir a estratégia de âncora cambial.

O dado mais agravante é que o País aumentava sua dependência frente ao mercado internacional de capitais para sustentar sua política macroeconômica. Como vimos anteriormente, a situação do mercado internacional de capitais traz consigo a marca da instabilidade, pois cada vez mais aumenta o intervalo entre a riqueza financeira e a riqueza real. Dessa forma, a busca por lucratividade é intensa e a ocorrência de crise é constante. Mesmo o governo adotando uma legislação mais punitiva contra os investimentos voláteis, como a exigência de prazos de investimentos mais longos e incidência tributária, adotava a ação defensiva de aumentar os juros para manutenção das reservas.

Além da vulnerabilidade externa, o governo tinha pela frente o déficit comercial e o déficit nas contas do governo. O balanço de pagamentos, a conta que registra as transações do país com seus parceiros comerciais, passou a acumular déficits. A quantidade de saídas do caixa do governo passou a ser maior do que as entradas. Mais precisamente, os gastos com importações, pagamentos de juros referente a dívida externa, juros das aplicações financeiras dos investidores externos, as remessas de lucros ao exterior e as viagens dos turistas brasileiros têm alcançado tal cifra que os ingressos (investimentos, empréstimos e os resultados das exportações) são insuficientes para garantir um equilíbrio.

TABELA 2 - Balanço de Pagamentos, 1995/96

	1995	1996
1) Balança Comercial (FOB)	-3,4	-3,5
Exportações	46,5	47,7
Importações	-49,9	-53,3
2) Serviços (líquidos)	-18,6	-21,7
Juros (líquidos)	-8,2	-9,8
3) Transferências (líquidos)	4,0	2,9
A) Conta corrente (1+2+3)	-18	-24,3
B) Conta de capitais (4+5)	30,8	33,0
4 Investimentos (líquidos)	5,0	16,0
Investimento direto (líquidos)	3,9	9,4
5) Empr. E financiamentos (líquidos)	25,4	17,0
Curto Prazo	19,3	4,3
C) Superávit (+) ou Déficit (-)	12,9	8,7

Fonte: Banco Central do Brasil. *Informações Econômicas*, 17 fev. 1997. Citado por Bacha. 1997. p. 50

Um dos instrumentos utilizados pelo governo para resolver os referidos problemas foi uma aposta na manutenção da liquidez internacional. Porém, desde o lançamento do Real, podemos listar quatro grandes ocorrências que interferiram de forma acentuada no fluxo de capitais no mercado internacional, ocasionando grandes dificuldades para o Brasil, que necessitou aumentar drasticamente os juros para defender suas reservas.

Inicialmente, em fins de 1994 e início de 1995, desencadeou-se a crise mexicana, em que o governo tomou uma série de medidas recessivas, dentre elas a elevação dos juros. Quando os efeitos da crise do México dissipavam-se e o mercado financeiro internacional estabilizava-se, possibilitando que os juros declinassem e as reservas cambiais batessem novo recorde, no segundo semestre de 1997, os "tigres asiáticos", antigos e os novatos, entram em *pane*. Isso provoca uma instabilidade ainda maior no mercado internacional, impondo à condução do Plano Real elevação dos juros novamente, só que, dessa vez, a níveis bem mais altos. Quando as conseqüências da crise da Ásia neutralizavam-se, eclode, em 1998, a crise da Rússia com efeitos potencializados. Por fim, em 1999, a crise é no próprio Brasil que se vê obrigado a abandonar a âncora cambial.

A aposta ampliava-se na esperança de contar com a constante colaboração, compreensão e paciência de empresários, trabalhadores empregados e desempregados, movimento social, acadêmicos e a comunidade financeira internacional, para com as necessidades de tempo e limitações do plano.

Outro instrumento utilizado pelo governo foi a manutenção das teses do Consenso. A continuação das teses do Consenso significou mais velocidade no processo de privatização e liberalização da economia brasileira e a implementação do receituário ortodoxo para enfrentar os descompassos da economia. Até a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas mineradoras do mundo, superavitária e competitiva, foi privatizada.

Os pressupostos acima embasaram uma política econômica recessiva tentando contornar os problemas; porém, à medida que os pressupostos continuavam e a estratégia da âncora cambial eram mantidos, o país continuava dependendo de uma

estabilidade no mercado internacional de capital, isto é, apostando que os efeitos das crises seriam normalizados e não ocorreriam outras instabilidades.

"Entre março e junho de 1995, o novo governo adotou uma série de drásticas medidas de política econômica para reagir aos desequilíbrios identificados, que ameaçavam a sustentação do Plano Real.

Em primeiro lugar, foi tomada a decisão de elevar substancialmente as taxas básicas de juros (a taxa foi pra quase 70%) e impor restrições adicionais à expansão creditícia (No final de dezembro de 1996, após uma gradual queda, chega ao valor de 23,7%). Estas medidas restritivas superpuseram-se àquelas já adotadas em dezembro de 1994, que instituíram depósitos compulsórios de 30% sobre CDBs e 15% sobre os créditos bancários."(Bacha, 1997, p. 46)

Quanto ao déficit, o governo caminhou na direção de cortes dos gastos e aumento das receitas. Os cortes de gastos materializavam-se no curto prazo em contenção salarial⁷⁵. No médio prazo, trabalhou com a possibilidade de efetivar uma reforma administrativa que, dentre outros pontos, permitisse a diminuição dos funcionários via demissão⁷⁶. Buscou uma reforma na previdência para conter os gastos com as aposentadorias. Com a reedição do Fundo Social de Emergência, que passou a chamar-se Fundo de Estabilização Fiscal, diminui as transferências para Estados e Municípios. Aumentou a arrecadação, através de maior eficiência da máquina arrecadadora e com aumentos de impostos⁷⁷.

Podemos observar que, a partir de 1994, a carga tributária pula da casa dos 17 pontos percentuais para próximo dos 20 pontos percentuais do PIB; um fato no mínimo contraditório com as pregações de não interferência do Estado na economia.

⁷⁵ O governo não reajusta os vencimentos dos funcionários desde janeiro de 1995, salvo exceções pontuais destinadas à alguns segmentos, como militares e o alto escalão administrativo.

⁷⁶ Tanto a reforma administrativa, quanto a reforma da previdência foram aprovadas no primeiro semestre de 1998.

⁷⁷ Desde 1993, data da implementação do Imposto Provisório Sobre Movimentação financeira (IPMF), o governo vem conseguindo sucessivas reedições. Atualmente, esse tipo de tributo recebe o nome de Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

TABELA 3 - Carga Tributária no Brasil 1985-1996

Ano/Entidade	Governo Federal	Estados	Municípios	Total
1986	16,7	5,1	0,6	22,4
1987	15,3	4,4	0,6	20,3
1988	14,9	4,5	0,6	20,0
1989	14,7	6,9	0,6	22,2
1990	19,9	8,8	0,8	29,5
1991	16,1	7,0	0,6	23,7
1992	17,0	7,2	1,0	25,2
1993	17,6	6,5	0,9	25,0
1994	19,9	7,8	1,3	28,9
1995	19,4	7,9	1,3	28,6
1996	19,7	8,3	1,5	29,5

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Além desses expedientes, podemos relacionar as receitas provenientes do programa de privatização, cujos recursos, ou partes deles, a princípio, foram utilizados para abater parte da dívida do governo.

Quanto ao déficit comercial, o governo freou a abertura comercial. Reutilizou instrumentos tarifários para dificultar as importações. As alíquotas sobre automóveis e eletrodomésticos de 20% pularam para casa dos 70%. Desvalorizou o câmbio em 5% e mudou a política cambial para banda flutuante. Ademais, passou a estimular os exportadores com concessão de incentivos fiscais.

Com o crescimento da economia, a propensão a importar aumenta. Tentando impedir a elevação dos déficits na balança comercial, o governo decidiu implantar uma dura recessão. As taxas de juros foram majoradas e restringiu a expansão creditícia. Tentando conter qualquer tipo de pressão salarial, altera-se a política salarial, decretando-se o fim do IPCr, que tinha sido estipulado para durar por um ano. A partir de junho de 1995, ficara instituída a livre negociação. Considerando o grau da recessão que o país experimentava, essa medida significava a consolidação de perdas salariais para os trabalhadores, pois o poder de mobilização estava prejudicado diante do desaquecimento da economia.

"(...) desde de julho de 1995, a balança comercial voltou a apresentar pequenos superávits, numa situação que esteve sob controle até a primeira metade de 1996. Dai em diante, entretanto, os déficits comerciais voltaram a aumentar à medida

que a economia recuperava-se do aperto creditício de meados de 1995." (Bacha, 1997, p. 49)

A recessão conseguiu manter as taxas de inflação sob controle e com tendência declinante, porém comprometeu sobremaneira a atividade produtiva, o sistema bancário e as contas do governo. Enquanto duraram as restrições ao crédito contiveram-se as importações. Contudo, o déficit na balança comercial voltou a verificar-se, assim que a economia se livrou dos constrangimentos ao crédito.

"As iniciativas restritivas adotadas na primeira metade de 1995 mostraram-se bem-sucedidas em superar os problemas iniciais do Plano, e mantiveram a tendência declinante da inflação ao longo da segunda metade de 1996. O ressurgimento de grandes déficits comerciais desde setembro de 1996 indicava, entretanto, que o mix de políticas mostrava-se incapaz de garantir simultaneamente a estabilidade de preços, o crescimento sustentado do PIB e o equilíbrio externo." (Bacha, 1997, p. 56)

Com as medidas implementadas pelo governo, a economia caminhava para recessão. Retirando as restrições creditícias, os problemas voltaram. Ou seja, a economia entrou no círculo vicioso. Não pode crescer, pois gera inconsistências macroeconômicas. Segundo Delfim Neto (1997), seria a armadilha que o tipo de estabilização efetuado pela equipe econômica nos lançou:

"O mecanismo de estabilização nos deixou com a possibilidade de crescer 2,5 a 3% ao ano. Esse nível de crescimento do PIB é insuficiente para o Brasil: a oferta de mão-de-obra cresce 2,5% e a produtividade cresce 3%. De forma que, se o produto não crescer 5,5 ou 6%, o estoque de desempregados vai continuar crescendo. Ora, não estamos podendo fazer o produto crescer 6% ao ano porque isso produz rapidamente uma situação instável no balanço em contas-correntes." (Delfim Neto, 1997, p. 96)

"A continuidade do processo de estabilidade está, hoje, diante dessa armadilha: a economia não pode crescer por que o erro do câmbio desestimulou as exportações; não pode crescer mais rapidamente porque eliminou toda a poupança pública; e tem dificuldades incitas representadas pela expansão dramática das despesas públicas, incluindo os juros". (Delfim Neto, 1997, p. 99)

A gestão de FHC ficou presa em garantir a estabilidade monetária, pois, como vimos, ela era entendida como condição para o desenvolvimento, só que, para isso, os

mecanismos utilizados para se obter uma inflação baixa paralisavam a economia, propiciando desemprego. E se não tem crescimento, de acordo os pressupostos do governo e sua hierarquização de ações, não há possibilidades de equidade social. Os ganhos obtidos com o fim da inflação passaram e os brasileiros experimentam um decréscimo nas condições de vida. Uma consequência direta desse quadro pode ser observada no aumento das falências e da violência. Ou seja, passou mais uma década e continuamos a ser um país do futuro para a maioria dos brasileiros.

No início do Plano Real o governo poderia comemorar uma expansão do consumo divulgando dados como esse:

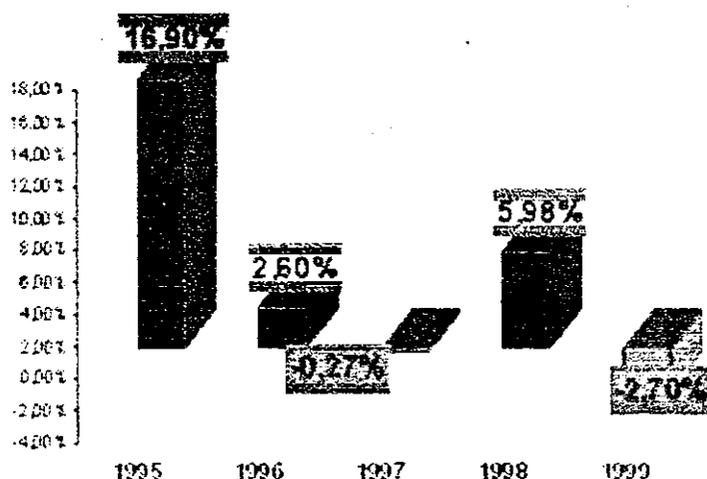
QUADRO 4 – Expansão do Consumo (1993-1995)

Bens/Ano	1993	1995
Água potável	75,0	76,2
Saneamento Básico	58,7	59,9
Coleta de Lixo	69,9	72,0
Energia Elétrica	90,0	91,7
Telefone	19,8	22,3
Fogão a Gás	95,5	96,4
Geladeira	71,7	74,8
Congelador	12,9	15,4
Lava-Roupa	42,3	26,6
Rádio	85,1	88,8
Televisão	75,8	81,0

Fonte IBGE.

Mas com o desenrolar do plano até o principal trunfo do programa, que era o aumento do consumo começa registrar quedas sensíveis, o que demonstra a diminuição do poder aquisitivo da população.

GRÁFICO 3 - As Vendas do Setor Supermercadista no Brasil (1995-1999)



Fonte: Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)

Podemos verificar, que no ano de 1995, as vendas dos supermercados foram incrementadas em quase 17%, porém esse ritmo não foi mantido e logo no ano seguinte constata-se uma redução pra 2,60%. Considerando-se o ano de 1994 como base, verifica-se que, nos anos de 1997 e 1999, o consumo da população foi inferior. Além dessa conclusão, o comportamento cíclico do consumo serve de base empírica para as afirmações feitas anteriormente que a economia ficava numa situação de “*stop and go*”. Inicialmente, ocorre uma expansão do consumo em decorrência do controle inflacionário; em seguida, com as dificuldades surgidas, acontece a implementação de medidas recessivas e imediatamente o consumo é retraído; com abrandamento da recessão, o consumo volta a incrementar-se. Coincidência ou não, as expansões vêm ocorrendo em anos eleitorais e as retrações em anos pós-eleitorais.

A constatação da diminuição do consumo e do poder aquisitivo de parcela considerável da população pode ser verificada em outro quadro baseados nas informações do IBGE,

QUADRO 5 - Vendas à população no comércio varejista do nordeste e sudeste

ATIVIDADES	INDICE DO FATURAMENTO OU DO CONSUMO DA POPULAÇÃO		
	JANEIRO 95	FEVEREIRO 99	
		-	RECIFE
TOTAL	100	67,5	65,9
SUPERMERCADOS	100	90,4	92,4
MERCEARIAS	100	75,2	68,6
LOJAS DE DEPARTAMENTOS	100	82,3	56,0
FARMACIAS	100	72,8	43,1
VESTUARIO	100	45,5	48,0
ARTIGOS USO PESSOAL	100	82,9	57,1
MOVEIS/ ELETRODOMEST	100	53,6	49,4
AUTOMOVEIS E PEÇAS	100	42,6	46,4
COMBUSTIVEIS	100	65,0	88,6
MATERAIS DE CONSTRUÇÃO	100	76,8	48,2

Fonte: IBGE, citado por <http://www.informcs.org.br/social/dossiel.htm>

Tomando como referência o mês de janeiro de 1995, analisa-se o consumo de duas cidades brasileiras. Dessa forma, conseguimos identificar uma diminuição no consumo em todos os segmentos, sendo que o setor de supermercados, que analisamos no quadro anterior, vem sendo o segmento com menor redução. Ou seja, pode-se antever uma redução do consumo ainda maior do que seria notado se tomássemos apenas aquele segmento como referência.

Essa tendência de queda do consumo, do poder aquisitivo e das condições gerais de bem estar da parcela majoritária da população configura-se em um importante dado, pois, assim sendo, o grande trunfo da estabilização da economia brasileira deixava de existir. Através dos números agregados com o PIB, podemos constatar essa tendência de baixa da economia,

Quadro 6 - Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB	-0,5	4,9	5,9	4,2	2,7	3,6	-0,1	0,8

Fonte: FIBGE/FGV/SECEX

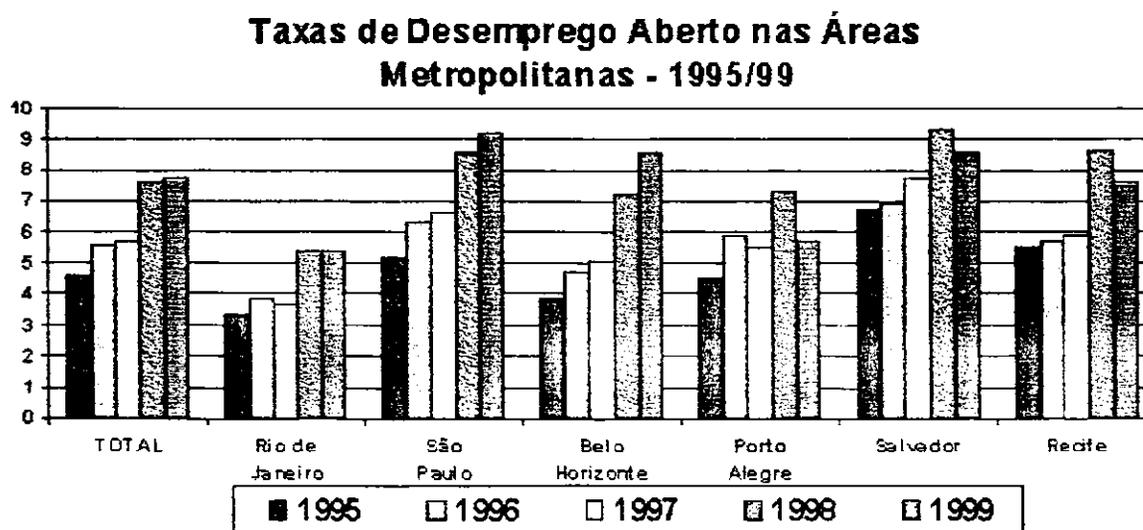
As taxas de crescimento do PIB, a partir de 1994, são decrescentes, com breve intervalo em 1997. Com o crescimento do PIB de -0,1% em 1998, a média de crescimento do produto no quadriênio de 1995/1998, período do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso não passará dos 3%. Qual a implicação desse dado? Passados oito anos da década de noventa, as políticas implementadas não conseguiram elevar sequer o produto a patamares aceitáveis⁷⁸. O resultado é mediocre se comparado à média de 1980/1989, a chamada década perdida, que foi de 4,22%. Isso quer dizer que as mudanças implementadas não demonstram seus efeitos sequer para repetir o péssimo desempenho da década perdida. Esse dados assumem gravidade maior quando observamos que tal situação teve reflexo principalmente na questão do emprego:

QUADRO 7 - Taxa Média de Desemprego Aberto

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB	4,2	4,8	5,8	5,3	5,0	4,6	5,4	5,7	7,6	?

Fonte: FIBGE/FGV/SECEX, citado por <http://www.mdic.gov.br/spi/indic/spi0200.htm>

GRÁFICO 4 – Taxas de desemprego aberto nas áreas metropolitanas (1995-1999)



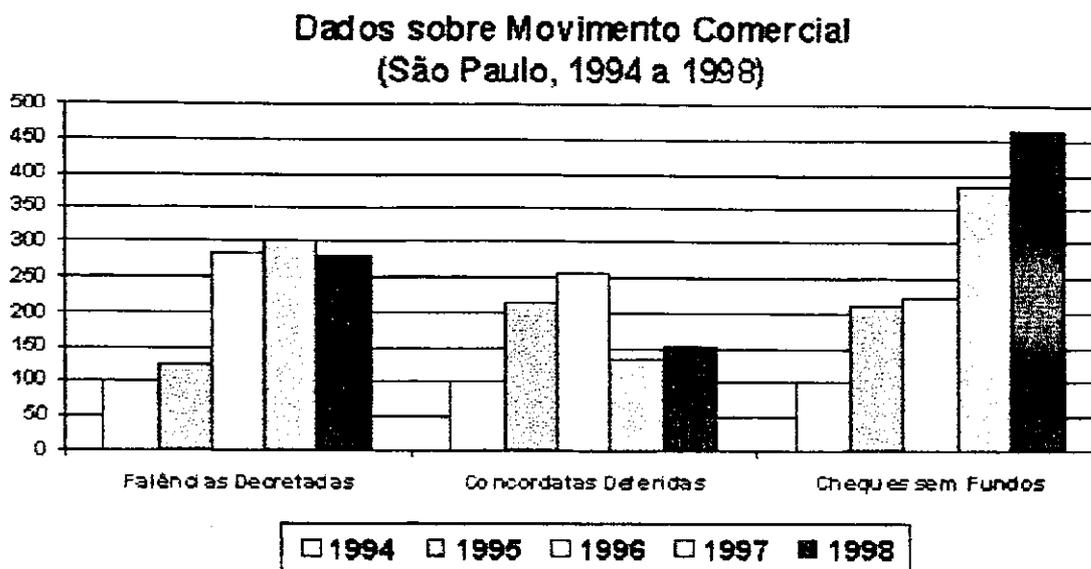
⁷⁸ De acordo a taxa de crescimento da população brasileira, algo em torno de 1,2% ao ano, e índice de produtividade da economia nacional de 3% ao ano, seria necessário que o país elevasse seu produto em, pelo menos, 6% ao ano, para manter os níveis de emprego da população economicamente ativa e abrir vagas para os jovens que anualmente deveria-se incorporar ao mercado de trabalho.

Os dados revelam uma tendência ascendente nos números de desempregados durante o governo de Fernando Henrique. Uma parcela minoritária do desemprego pode ser debitada as mudanças tecnológicas, o chamado desemprego tecnológico. Mas a parcela majoritária aconteceu em decorrência da situação macroeconômica do país: baixo nível de investimento, juros altos e concorrência comercial com o mercado externo. Os dados apresentados são do IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que considera desempregadas apenas as pessoas que estão procurando emprego na semana de referência da pesquisa. Dessa forma, quem não está trabalhando e, contudo, não procurou trabalho durante essa semana são considerados inativos. Essa metodologia, portanto, apresenta números inferiores à realidade efetiva e é certo que o desemprego alcança números bem maiores do que o mencionado.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE, que adota metodologia distinta da PME do IBGE, considera desempregado aqueles que procuram trabalho nos últimos trinta dias e não trabalharam nos sete dias anteriores à entrevista, mais aqueles que estão exercendo trabalho precário (trabalho descontínuo e irregular) e aqueles que procuraram trabalho nos últimos doze meses, apesar de não terem procurado nos últimos trinta dias; com essa metodologia, registram-se números mais elevados. Apesar da PED/DIEESE revelar-se uma metodologia mais adequada para a economia brasileira, ela tem uma amplitude menor que a PME/IBGE. A PED/DIEESE realiza levantamento apenas nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Em que pesem essas diferenças, observa-se que as pesquisas demonstram tendências semelhantes para o comportamento do emprego no país.

A retração do PIB e o aumento do desemprego também podem ser corroborada pelo número de falências, concordatas e cheques sem fundo constatado em São Paulo pela Associação Comercial.

GRÁFICO 5 – Dados sobre Movimento Comercial, São Paulo, 1994-1998



Fonte: Associação Comercial de São Paulo.

Em entrevista à revista República em Outubro de 1999, Ciro Gomes afirma que FHC traiu a idéia original do Plano quando deixou de atacar o problema da dívida e passou a preocupar-se com a reeleição.

“Não foi só uma ilusão de boa-fé. No início deste governo, havia um esmagamento do debate e a convicção de que o país e o mundo inteiro deveriam imitar aquilo que se passou a chamar Consenso de Washington. Essa foi uma ilusão de quem dá mais valor a passear na carruagem da rainha do que a cuidar dos interesses reais do seu país. Mas também houve irresponsabilidade. Havia a agenda neoliberal, que tinha um certo componente modernizador à luz do insucesso do nacional-desenvolvimentismo. Mas essa agenda foi trocada pelo populismo desbragado da reeleição. O Brasil tinha uma dívida pública interna e uma situação patrimonial confortável. Era possível se desfazer de parte desse patrimônio para libertar o país dos juros da dívida e reconstitui-la em prazos longos. Assim, o imenso capital gasto em juros poderia ser investido na eliminação dos estrangulamentos dos serviços públicos. Isso exigia um movimento rápido, pois a fórmula de estabilização do Plano Real era honesta, mas precária. Era uma mistura de juro alto e abertura abrupta para trazer competição, com uma moeda artificialmente vinculada ao câmbio. Findo esse período, assumiria o Fernando Henrique, e imediatamente se proporia a privatização, casada com a solução da dívida. Mas ele traiu esse compromisso. Sentou em cima da popularidade fácil e deixou subir à cabeça a idéia da reeleição” (Gomes, 1999)

Essa posição defendida por Ciro Gomes vem ganhado adeptos e traz implicitamente um salvo-conduto para as bases teóricas e lógica das políticas implementadas no Brasil, ao passo que coloca a responsabilidade pelo fracasso das medidas exclusivamente nas mãos de Fernando Henrique Cardoso.

O fracasso das políticas econômicas dos anos noventa não é abstrato, ele adquire forma e concretude, seja na volta de doenças antes controladas como cólera, dengue, sarampo, tuberculose, febre amarela entre outras, seja no número de desempregados, aumento da violência, de falências, concordatas, dentre vários outros aspectos que possamos citar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas internamente na economia nacional a partir do final dos anos oitenta e início dos noventa, conjugadas com a dinâmica capitalista externa, conseguiram transformar-se em indutores de uma nova etapa de desenvolvimento/ crescimento na economia brasileira? Esta foi nossa questão central nesse trabalho.

Para entender esse processo e analisar até que ponto houve crescimento/ desenvolvimento foi preciso considerar a história da acumulação econômica brasileira, os debates e as linhas teóricas que analisaram essa história e, por outro lado, investigar as Teses do Consenso de Washington e alguns dados econômicos do Brasil nos anos noventa. Nesse percurso conseguimos boas reflexões sobre o desenvolvimento do Brasil.

Certamente os dados investigados não foram suficientes para explorar a questão de forma consistente. Seria necessário fornecer à análise do desenvolvimento brasileiro fundamentos empíricos e teóricos mais sólidos. Dessa forma, a profundidade da investigação e a quantidade limitada dos dados que usamos restringiram bastante a possibilidade de manipular e tirar conclusões a partir deles; naturalmente, mais dados poderão produzir resultados mais concretos em análises posteriores. Assim sendo, consideramos essa investigação como preliminar em mais de um aspecto, mas ela torna-se base para futuras pesquisas.

Porém, mesmo enquanto uma pesquisa preliminar, nossa investigação estabeleceu fortes evidências que permitem vislumbrar rumos econômicos do Brasil atual.

Num primeiro momento constatamos um choque entre as teorias neoclássicas e a realidade brasileira. Com a crise de 1929 e suas conseqüências a teoria liberal entra em bancarrota, com a constatação da inadequação das suas análises com os acontecimentos da realidade, ficando comprovada a ineficácia do seu instrumental de política econômica sequer para elevar o Brasil da condição de exportador de produtos agropecuários. Daí em diante, durante cinquenta anos, uma ação planejada por parte do Estado consegue implantar um processo de industrialização. O Brasil sai do grupo de países periféricos, consolida um parque industrial integrado e diversificado e avança para o grupo de país da semiperiferia.

No entanto, se a política de substituição de importação com base na intervenção estatal foi importante para içar o país do grupo agrário-exportador, não foi suficiente para inscrever o país no grupo de nações do núcleo orgânico da economia mundial.

Essas movimentações do país na escala do desenvolvimento aconteceram num momento distinto das questões de geopolítica na acumulação mundial, que marcaram de forma especial os rumos da acumulação capitalista durante o século XX. A circunstância que dá especialidade a esse período da história é a constituição do bloco socialista. Não que o bloco socialista tenha conseguido cumprir suas promessas, mas estabeleceu uma espécie de cheque-mate nos países capitalista quando garantiu condições mínimas de bem estar para população, principalmente aos estratos mais baixos, e desafiou aqueles países através de um ambicioso projeto de pesquisa que, por exemplo, levou a União Soviética ao espaço antes do que as potências capitalistas. O surgimento do bloco socialista implicou uma mudança de atuação e a disposição dos capitais em estabelecer parcerias econômicas entre países do centro e países da periferia.

Dessa forma, à medida que surgia uma alternativa ou uma contestação ao capitalismo, ampliaram-se as possibilidades de formulações que levassem em conta o estado de bem estar. Efetuando uma observação do período anterior e o posterior (os dias atuais) à existência do bloco socialista, podemos sugerir que, talvez, a máxima do capitalismo se aplique a ele mesmo, pois o sistema só passou a incorporar os progressos técnicos ao bem estar da população de forma mais decisiva, quando ele se viu desafiado. Ou seja, até ele próprio necessita de concorrência.

Levando essa conclusão adiante, destacamos o erro estratégico do Brasil em apostar no mercado internacional da maneira como fez no início dos anos noventa, pois, a partir de então, as experiências socialistas chegavam ao fim e com elas a margem de barganha que havia permitido o estado de bem estar social e as parcerias entre países do centro e da periferia. Assim sendo, as medidas unilaterais de abertura da economia aconteceram num momento não muito propício, pois o único elemento que seria avaliado seria rentabilidade e o retorno dos capitais, não obstante a liquidez que imperava no momento. Desse modo, o Brasil deixava de contar com uma série de incentivos e facilidades que outros países

obtiveram em função das questões de geopolítica, mais precisamente podemos citar Japão e Coréia na Ásia, e Portugal e Espanha, na Europa.

O resultado dessa abertura foi negativo, tanto no que se refere às relações comerciais, no mercado financeiro, como no campo da produção. Na ótica da produção, o caminho utilizado pelas políticas neoliberais levou a uma espécie de destruição gradativa de muitos elos do parque industrial brasileiro e não conseguiu implementar um padrão mais competitivo na economia nacional. Nas relações comerciais a demonstração de boa vontade, reduzindo tarifas de importação, eliminando taxas alfandegárias e desonerando as importações, contribuíram para um gigantesco déficit comercial e não sensibilizaram países como Estados Unidos, Japão e o continente europeu a reduzirem seu protecionismo para facilitar a entrada dos produtos brasileiros. O mercado financeiro internacional demonstrou-se por demais "íngrato" com o Brasil. Apesar das altas taxas de juros, da desoneração fiscal dos investimentos estrangeiros, os investidores têm abandonado o país a qualquer sinal de perigo, aumentando os constrangimentos no balanço de pagamento. Isto impõe a necessidade de nova estratégia macroeconômica, além das pesadas perdas financeiras cristalizadas no aumento do déficit nominal e do tamanho da dívida.

O Plano Real foi vitorioso no aspecto de controlar a inflação. Nesse campo, ele se mostrou superior aos Planos aplicados anteriormente. Porém, o sucesso do plano não foi suficiente para inserir o país numa nova rota de desenvolvimento. Além do que, acrescentou novos obstáculos a condução macroeconômica do país. Podemos concluir então, que as políticas econômicas ficaram permanentemente direcionadas a conter uma possível volta da inflação. Com o Plano Real não foi possível sair do círculo vicioso que o Brasil entrou desde os anos oitenta: se antes o problema central foi à inflação, hoje, graças às políticas neoliberais e o Plano Real, nos debatemos com a questão da vulnerabilidade externa.

Passou-se mais uma década e o país não conseguiu concluir a transição, passar da semiperiferia para a categoria de país membro do núcleo orgânico. Após esses anos, as medidas chamadas de modernizantes passaram a contar com a desconfiança da população. Parcela crescente desta população reprova a condução privada de atividades que antes eram dirigidas por empresas estatais e essa contestação enfoca tanto o ponto de vista alocativo

(questão de preço) como do ponto de vista da qualidade dos serviços prestados. Nesse campo podemos citar os serviços telefônicos, eletricidade e rodovias.

Como o esforço modernizante ficou restrito à tentativa de estabilização monetária, as questões políticas e sociais ficaram de lado. E foram deterioradas ainda mais com o aumento do desemprego fruto da abertura da economia, da falta de investimento e inexistência de políticas compensatórias nesse campo.

Após dez anos de aplicabilidade dessa política, constata-se que o Brasil debate-se com velhos problemas, que adquiriu novos e que ainda encontra-se longe de uma nova rota de desenvolvimento e, em vez de aproximar-se do núcleo orgânico, corre o risco de retroceder alguns degraus, se não como um todo pelos menos em algumas questões.

Nossa investigação também constatou que apesar das reiteradas negativas dos administradores que passaram por Brasília, as teses do Consenso de Washington constituíram-se na base das políticas implementadas no Brasil e os resultados macroeconômicos dessas medidas, após dez anos de aplicação, em vários aspectos, estão aquém dos alcançados na chamada década perdida. Os dados apresentados no capítulo 3 são uma confirmação desse pressuposto.

Além disso, constatamos, em todo o processo analisado aqui, a necessidade da presença marcante e decisiva do Estado como bem salientou Kurz. E que contrário à pregação em torno do Estado-Mínimo, o que vem ocorrendo é a manutenção do Estado como instrumento. Só que, instrumento de uma política econômica que privilegia o capital, sobretudo financeiro, torna-se sujeito fundamental na concessão de práticas a setores seletos da sociedade. Observa-se uma seletividade na atuação desse Estado no espaço econômico, diminuindo sua participação e responsabilidade nas questões mais coletivas e assumindo papel preponderante na garantia da inclusão do país no processo de financeirização internacional.

Constatamos assim que a experiência brasileira nos anos noventa jogou por terra alguns argumentos neoliberais, dentre eles, a propalada tese segundo a qual conseguindo a estabilidade monetária o país estaria pronto para crescer. O Brasil experimentou mais de

quatro anos de estabilidade monetária e, a cada ano, crescia menos. Ou seja, esse fato serve de comprovação empírica de que o problema que impede o desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos ultrapassa em muita as receitas liberais ou neoliberais. E ainda podemos ligar essas constatações ao fato de que as políticas do Consenso de Washington não lograram êxito em diversos países que ao longo da década, em vários momentos, foram apontados como exemplos a serem seguidos pelo Brasil. Apesar da insuficiência de dados e da abrangência limitada da pesquisa, não seria incorreto afirmar que o fracasso das políticas inspiradas no Consenso de Washington não se restringiu ao Brasil, o que denota que a América Latina, diante do dilema que estava posto no início da década, conseguiu apenas garantir lucratividade para os capitais externos, principalmente aqueles que foram aplicados na esfera financeira. Concomitante não conseguiu expandir sua economia horizontalmente, ficando essa tarefa, novamente, para os anos vindouros.

Concluimos, portanto, que a opção liberal tornou-se incapaz de garantir um novo ciclo de desenvolvimento e até de crescimento para o Brasil. Como observamos, o projeto neoliberal após dez a quinze anos apenas, já se apresenta superado. Como alternativa surgem propostas que apontam para uma presença mais ativa do Estado realizando uma regulação das ações capitalistas.

Porém, já vivenciamos experiência semelhante, onde se buscou controlar os descaminhos do capital e bons resultados não foram conseguidos. Dessa forma, para a construção de um projeto nacional voltado para o desenvolvimento que não condicione uma participação de amplas camadas da população nos frutos da produção social a uma estabilidade presente ou uma proposta de crescimento futuro, faz-se necessário um projeto que resgate o Estado para atuar como promotor da equidade social.

Para isso, o Estado deve ser bem mais que um agente regulador e substituto da “mão invisível”, tem que assumir uma postura que questione, em muitos momentos, o lucro e a propriedade. Entretanto, seguindo essa linha de raciocínio “reaparece” uma questão: como alcançar tal empreitada nos marcos do capitalismo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BACHA, Edmar. L. O Plano Real: uma avaliação. In: O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: Unicamp, 1997, pág. 11.
- BARAN, Paul Alexander. A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (os Economista).
- BARROS, José Roberto Mendonça de. BELLUZZO, Luiz Gonzaga. OLIVEIRA, Francisco de. ABRANCHES, Sérgio. & GIANNOTTI, José Arthur (Mediador). O Primeiro Ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Novos Estudos Cebrap, 1996, pág. 47-72.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O Plano Real, Três Anos Depois. Palestra para o Bloco de Oposição na Câmara de Deputados, em 19 de Junho de 1997.
- BATISTA, Paulo Nogueira. Em Defesa do Interesse Nacional. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação Mundial e Dependência. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BENJAMIN, César. Elementos de uma nova estratégia para o Brasil. In: Brasil: reinventar o futuro. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1995, pág. 35.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRAGA, Ubiracy de Souza. Das Caravelas aos Ônibus Espaciais: A Trajetória da Informação no Capitalismo. São Paulo: ECA/USP. Tese de Doutorado em Ciências, 1994. (Mimeo)
- BRASIL. 5 anos do Real: Estabilidade e Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Fazenda, [online] disponível na Internet na <http://www.planalto.gov.br/5anos.htm>.
- BRASIL, Balanco dos 12 meses do Real. Brasília: Ministério da Fazenda, [online] disponível na Internet na <http://161.148.1.151/português/real/real12.html>.
- BRASIL, Balanco dos 24 meses do Real. Brasília: Ministério da Fazenda, [online] disponível na Internet na <http://161.148.1.151/português/real/real24.html>.
- BRASIL, Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília, 1991.
- BRASIL, Diretrizes de Ação Governamental. Brasília: SEPLAN/ Ministério da Fazenda, 1993 (b).

- BRASIL, Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV e dá outras providências. *Jornal A Tarde*, Salvador, p. 15, 1º mar. 1994.
- BRASIL, Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, edição extra, nº 123-A. p. 9761, 30 jun. 1994. Seção 1.
- BRASIL, Programa de Ação Imediata. Brasília: Ministério da Fazenda, 1993 (a) [online] disponível na Internet na <http://161.148.1.151/portugues/real/pai.html>.
- BRASIL, Real: 4 anos que Mudaram o Brasil. Brasília: Ministério da Fazenda, [online] disponível na Internet na <http://www.planalto.gov.br/secom/coleção/4real.htm>.
- BRAVERMAN, Henry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930 - 1983*. 3. Ed. atualizada - São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Os tempos Heróicos de Collor e Zélia: aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia*. São Paulo: Nobel, 1991.
- BRUM, Argemiro Jacob. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARDOSO, Eliana A. *Economia Brasileira ao Alcance de Todos*. 4 ed. São Paulo: 1997.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução: equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUCCAMP, 4 ed., Campinas: Papyrus, 1994.
- CASTRO, Antônio Barro de. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. São Paulo: Florense, 1972.
- CASTRO, Antônio Barro de. *Memórias póstumas de uma estratégia*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de dez. de 1997. Caderno Dinheiro.
- CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo*. São Paulo : Abril Cultural / Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)
- COELHO NETO, Eurelino Teixeira. *O Socialismo Científico e a Modernidade: Uma crise combinada*. Recife: UFPE, Projeto de Pesquisa apresentado ao Mestrado em Ciência Política. 1996.

- COLMAN, David. e NIXSON, Frederick. Desenvolvimento Econômico. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- DELFIN NETO. O Plano Real e armadilha do crescimento econômico. In: O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: Unicamp, 1997, pág. 89.
- DIEESE, 5 Anos do Plano Real. São Paulo, [online] disponível na Internet na <http://www.dieese.org.br/esp/real5ano.html>.
- DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. 3 ed. , São Paulo : Nova Cultural, 1988. Tradução de Manuel do Rego Barbosa.
- ELLSWORTH, Paul Theodore. Economia Internacional. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- FAJNZYLBER, Fernando. América Latina y Brasil: Reestructuración E Incorporación de Progreso Técnico. In: Seminário Tendências: o Brasil no Começo do Século XXI', 1988, Campinas.
- FAJNZYLBER, Fernando. Sobre la Impostergable Transformación Productiva de América Latina. s/d.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. Ed., 33ª impressão, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. In: Poder e Dinheiro: uma economia da globalização, Petrópolis: Vozes, 1997. pág. 37.
- FIORI, José Luis. Os Moedeiros Falsos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FURTADO, Celso. Fantasia Organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. Repensando a Dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOMES, CIRO. Entrevista a Revista República. Outubro de 1999.
- GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996.
- HEIMANN, Eduard. História das Doutrinas Econômicas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas; organização, introdução e tradução de Jorge Miglioli - São Paulo: Hucitec, 1977.

- KEYNES, Jonh. Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
- KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- LÊNIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In Obras Escolhidas, Tomo 2, Lisboa/Moscovo: Edições < Avante >; Edições Progresso, 1984.
- LIPIETZ, Alan. Audácias: Uma Alternativa para o Século XXI. São Paulo: Nobel 1991. Tradução Estela dos Santos Abreu Choisir l'audace - une alternative pour lu XXI(siècle. Paris - França: Éditions La Découverte, 1989
- LIPIETZ, Alan. Mirangens e Milagres: Problemas da industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel. 1988 Tradução de Catherine Marie Mathieu Mirages et miracles - Problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde. s.l.,Éditions La Découverte, 1985.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Organização e Introdução Marco Aurélio Nogueira; tradução Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. - 5. Ed. - Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. 2 ed., São Paulo : Nova Cultural. 1985. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe.
- MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. O Estado Superdesenvolvido (Ensaio Sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no Capitalismo contemporâneo). São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MELLO, João Cardoso de. O capitalismo Tardio. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MENDOÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. - Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MICHALET, Charles Albert. O Capitalismo Mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em discussão. 2 ed. São Paulo: Brasiliense. 1991.
- MÜLLER, Geraldo. Introdução À Economia Mundial Contemporânea. São Paulo: EDUC: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. Collor, A Falsificação da Ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- OURIQUES, Nildo Domingos. Plano Real: Estabilização Monetária e Estratégia Recolonizadora. In: A Crise Brasileira e o governo FHC. São Paulo: Xamã, 1997, pág. 123.

- PAULA, João Antônio de. A Atualidade do Pensamento Econômico de Marx: Capital, Dinheiro, Valores e Preços. In: Revista ANPEC, Brasília, n. 1, pág. 35 – ago. 1997
- PNUD - Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História e Desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974
- ROSTOW, W.W. Origens da Economia Moderna (como tudo começou). Tradução J. R. Matias. - São Paulo: Cultrix, 1977.
- SADER, Emir. Et al. O Brasil do Real. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- SALM, Cláudio L. Escola e Trabalho. São Paulo: Brasiliense. 1980.
- SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- SANTOS, Theotônio dos. As Ilusões do Neoliberalismo. Revista Carta, Brasília, n° 8, pág. 29-50, 1993.
- SANTOS, Theotônio dos. Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: As novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 3. Ed. - Petrópolis: Vozes, 1995.
- SAYAD, João. Observações Sobre o Plano Real. In: O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: Unicamp, 1997, pág. 71.
- SEGNINI, Liliana R. Petrilli. Ferrovia e Ferroviários. São Paulo: Cortez & Editores Associados, 1982.
- SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- STRAHM, Rudolf H. Subdesenvolvimento: Por que somos tão pobres. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (os Economista)
- TAVARES, Maria da Conceição. , 1996, FSP - Dinheiro, p. 2
- TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 2, pág. 6-14, abril-junho, 1985.

TROSTER, Roberto Luís e SOLIMEO, Marcel (editores). Plano Real - Pára ou continua? São Paulo: Makron Books, 1997.

XAVIER, Jurandir Antônio. A função Ausente da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. Campina Grande: 1983, mimeo.

XAVIER, Jurandir Antônio. A Industrialização Subdesenvolvida - Capital, classe & estado na Industrialização Brasileira. João Pessoa: UFPB/EDITORA UNIVERSITÁRIA, 1995.

XAVIER, Jurandir Antônio. O Ideário Industrial Desenvolvimentista no Brasil. João Pessoa: UFPB/EDITORA UNIVERSITÁRIA, 1995.